



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA REALIDADE
SOCIOAMBIENTAL DA ESCOLA ESTADUAL DOM JOAQUIM DE
ALMEIDA NO MUNÍCIPIO DE VÁRZEA-RN**

Josinaldo Clemente da Silva

Asunción, Paraguay

2020

Josinaldo Clemente da Silva

**A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA REALIDADE
SOCIOAMBIENTAL DA ESCOLA ESTADUAL DOM JOAQUIM DE
ALMEIDA NO MUNÍCIPIO DE VÁRZEA-RN**

Tesis presentada a la UAA como requisito para la obtención del título de
Licenciado, Doctor en Educación

Tutor: Dr. Diosnel Centurion, Ph.D.

Asunción, Paraguay

2020

Silva, Josinaldo Clemente da

**A Trajetória Histórica da Realidade Socioambiental da Escola Estadual
Dom Joaquim de Almeida no Município de Várzea-RN / Josinaldo**

Clemente da Silva. 2020

180 pp.

Orientador: Dr. Diosnel Centurión, Ph.D.

Tese de Doutorado em Ciências da Educação, Universidad Autónoma de
Asunción, Asunción, Paraguay.

Áreas: Socioambiental. Educação ambiental. Escola.

Josinaldo Clemente da Silva

**A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA REALIDADE
SOCIOAMBIENTAL DA ESCOLA ESTADUAL DOM JOAQUIM DE
ALMEIDA NO MUNÍCIPIO DE VÁRZEA-RN**

Esta tesis fue evaluada y aprobada para la obtención del título de Doctor en Ciencias de la Educación por la Universidad Autónoma de Asunción- UAA

Dr.....

Dr.....

Dr.....

Dr.....

Dr.....

A Deus, por sua eterna misericórdia. E, com muito amor, a minha esposa, filha e filho, de quem recebo toda a força para superar as dificuldades e tristezas e transformá-las em conquistas, pois sem eles nada seria possível.

Agradeço ao meu pai (*in memoriam*), José Queiroz da Silva. A minha mãe (*in memoriam*), Josefa Clemente da Silva. Aos docentes do programa de Pós-graduação dos Cursos Internacionais de Postgrado Doutorado em Ciências da Educação, pela contribuição nas disciplinas cursadas, em especial aos professores(as): Dr. José Antonio Torres, Dr. Fernando Solis Laloux, Dr. Orlando Perez, Dra. Daniela Ruiz Díaz e a Dra. Olga González de Cardozo. Ao professor Dr. Diosnel Centurion, meu orientador, por ter acreditado em minhas ideias e em meu trabalho, dedicação e interesse, apesar do pouco tempo de convívio nesta academia de ensino. A Edson Coelho de Oliveira e Luis Avelino Sobrinho, gestores da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida pelo apoio nesta pesquisa. Aos meus amigos(as) de magistério, alunos e funcionários pela troca de experiências e vivências que possibilitaram a ampliação de meus conhecimentos e da minha vontade de superar obstáculos e situações adversas. Aos colaboradores: Dra. Patricia Rodrigues Pê, Dra. Euzimar Gregório dos Santos, Dra. Maria Auxiliadora Costa de Jesus, Dra. Rosangela Martins Carrara, Dr. Paulo Sérgio Brindeiro de Araújo, Ms. Francisca de Assis Oliveira, Simone da Silva, a Secretária Elineide Belo da Silva e ao Aluno Jackson Dean Rosemiro de Oliveira. Aos meus amigos(as) do Doutorado em Ciências da Educação, em especial a Maria José Tavares de Lima e Marcelo Firmino, pelo aprendizado mútuo e companheirismo. Agradeço também as ex-diretoras, Gabriela Mauricio Pontes, Terezinha Bento Ribeiro de Oliveira, Maria José Costa da Silva, as ex-professoras, Lúcia de Fátima Gomes de Moura, Maria Diva Costa de Queiroz, Wilma Anacleto de Souza Ribeiro, aos ex-alunos, George Luiz Coelho Cortês, Daniel Silva de Souza, Fábio Jordão de Oliveira Pegado, Jean Willys Araújo Silva e a ex-aluna, Alzilene Feliciano de Carvalho, por toda a cooperação com o estudo. E por fim, agradeço a todos os que não perderam as esperanças de se construir uma sociedade sustentável no nosso Planeta Terra.

Existe um provérbio árabe que diz:

"Quem planta tâmaras, não colhe tâmaras!"

Isso porque antigamente as tamareiras levavam de 80 a 100 anos pra produzir os primeiros frutos.

Atualmente, com as técnicas de produção modernas, esse tempo é bastante reduzido, porém o ditado é antigo e sábio.

Conta-se que, certa vez um senhor de idade avançada plantava tâmaras no deserto quando um jovem o abordou perguntando: "Mas por que o senhor perde tempo plantando o que não vai colher?". O senhor virou a cabeça e calmamente respondeu: "Se todos pensassem como você, ninguém colheria tâmaras". Ou seja, não importa se você vai colher, o que importa é o que você vai deixar...

Cultive, construa e plante ações que não sejam apenas para você, mas que possam servir para todos e para o futuro.

Provérbio árabe

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE GRÁFICOS.....	xi
LISTA DE FIGURAS	xii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	xiv
RESUMO	xvi
RESUMEN	xvii
INTRODUÇÃO.....	1
1. EDUCACÃO AMBIENTAL	6
1.1. Breve histórico da educação ambiental no mundo.....	6
1.2. Conceitos fundamentais da Educação Ambiental	14
1.3. Institucionalização da educação ambiental no Brasil.....	17
1.4. A Educação Ambiental nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).....	23
1.5. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA e a Institucionalização da Educação Ambiental no RN.....	27
1.6. A importância da Educação Ambiental e da Sustentabilidade na Escola	30
1.7 A Importância do Socioambiental na Construção da Cidadania.....	35
2. BREVE ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN	41
2.1. Aspectos geográficos	43
2.2. Aspectos demográficos e sociais.....	44
2.3. Aspectos econômicos	46
2.4. Os aspectos morfoclimáticos.....	46
2.5. A trajetória educacional do município de Várzea-RN	47
2.6 Principais acontecimentos que marcaram o início da educação no município Várzea-RN.....	49
2.7 O processo de surgimento e desenvolvimento da escola	51
2.8. Mestras pioneiras e gestores.....	52
2.9 A atual Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida.....	59

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	63
3.1 Problemas e objetivos	63
3.2. Variáveis	66
3.3 Modelo, tipo e enfoque da investigação.....	67
3.4 Unidade de análise, população e amostra	71
3.5 Local do estudo	74
3.6 A História oral e a fotografia como método e fonte de pesquisa.....	76
3.7 Técnicas de coleta de dados	81
3.8 Técnicas de análise de dados.....	82
3.9 Aspectos éticos.....	83
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	85
4.1 Análise do questionário aplicado aos gestores.....	85
4.2 Análise do questionário aplicado aos professores.....	97
4.3 Análise do questionário aplicado aos alunos	113
CONCLUSÕES	132
RECOMENDAÇÕES	135
SUGESTÕES	136
BIBLIOGRAFIA.....	137
APÊNDICE	147
APÊNDICE 01 - Termo de autorização da pesquisa	148
APÊNDICE 02 - Instrumento de pesquisa.....	149
APÊNDICE 03 - Validação de instrumentos de pesquisa científica.....	158
APÊNDICE 04 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE.....	160
ANEXOS.....	162
ANEXO 01 - Caderno de memória da ex-aluna Maria Assunção Gomes de Moura (1969) Cânticos ensinados pelas professoras Zilda Roriz de Oliveira e Zeneide Hortêncio de Medeiros, aos alunos da Escola com a temática ambiental.....	163
ANEXO 02 - Hino do índio	164

ANEXO 03 - Cântico Peixe vivo.....	165
ANEXO 04 - Cântico Pica Pau.....	166
ANEXO 05 - Cântico Despertar do sertão.....	167
ANEXO 06 - Cântico Siriri.....	168
ANEXO 07 - Cântico a farinhada.....	169
ANEXO 08 - Cântico Alecrim.....	170
ANEXO 09 – Poema: Um Ninho de Tico-tico	171
ANEXO 10 -Termo de doação do terreno e construção do imóvel (2002)	172
ANEXO 11 - Planta baixa (2005).....	173
ANEXO 12 - Ata em defesa da árvore Algaroba (<i>Prosopis juliflora</i>) (2006).....	174
ANEXO 13 - Atividade realizada na disciplina de Português no 6º ano sobre a preservação da Natureza (Agosto 2019)	176
ANEXO 14 - Projeto Promovendo a Educação Ambiental Através de Ações Sustentáveis na Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida – (Horta e Aerogerador eólico - 2019)	178
ANEXO 15 - Atividades realizadas na Semana do Meio Ambiente e no dia da Árvore (2019).....	179
ANEXO 16 - Ação no dia da Limpeza Mundial (2019).....	180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os principais Marcos Históricos da Educação Ambiental no mundo.	9
Quadro 2: As principais leis que fundamentam a Educação Ambiental no Brasil.....	19
Quadro 3:Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Várzea, RN e do Brasil, no ano de 2010.	45
Quadro 4:População média da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida (1961-2019). .	71
Quadro 5:Tempo de atuação como gestor.	86
Quadro 6: Avaliação dos professores inativos e ativos quanto aos tipos de problemas ambientais existentes no entorno da escola estudada.	105
Quadro 7: Número de opiniões dos professores relacionadas a ações para um consumo sustentável.	110
Quadro 8:Número de opiniões dos professores relacionadas a ações para o descarte legal dos Resíduos Sólidos.....	111
Quadro 9: Disciplinas que mais abordam a Educação Ambiental na opinião dos participantes.....	118
Quadro 10:Avaliação dos alunos inativos e ativos quanto aos tipos de problemas ambientais existentes no entorno da escola estudada.	120
Quadro 11: Número de opiniões dos alunos relacionadas a ações para um consumo sustentável.	126
Quadro 12: Número de opiniões dos alunos relacionadas a ações para o descarte legal dos Resíduos Sólidos.....	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Grau de escolaridade dos gestores pesquisados.	87
Gráfico 2: Percentual de interesse dos gestores por assuntos relacionados ao Meio Ambiente (MA).....	97
Gráfico 3: Maior grau de escolaridade dos professores.....	98
Gráfico 4: Frequência na abordagem de assuntos relacionados ao Meio Ambiente na escola.	100
Gráfico 5: Percentual de disciplinas que abordam com mais frequência a Educação Ambiental.....	102
Gráfico 6: Acervo de materiais que retratam a Educação Ambiental na escola.....	104
Gráfico 7: Existência de evento comemorativo na semana do Meio Ambiente.....	106
Gráfico 8: Percentual de envolvimento em projetos relacionados a EA, enquanto professor da escola pesquisada.	107
Gráfico 9: Percentual de participação em alguma ação na escola relacionada a Educação Ambiental.....	108
Gráfico 10: Percentual de interesse dos professores por assuntos relacionados a Educação Ambiental (EA).....	109
Gráfico 11: Percentual de existência de áreas verdes na escola na opinião dos professores.	113
Gráfico 12: Maior grau de escolaridade dos alunos.	114
Gráfico 13: Percentual de frequência de assuntos relacionados ao Meio Ambiente nas disciplinas.	116
Gráfico 14: Acervo de materiais que retratam a Educação Ambiental na escola.....	119
Gráfico 15: Existência de evento comemorativo na semana do Meio Ambiente.	121
Gráfico 16: Percentual de envolvimento em projetos relacionados a EA, enquanto aluno da escola pesquisada.	123
Gráfico 17: Percentual de participação em alguma ação na escola relacionada a Educação Ambiental.....	124
Gráfico 18: Percentual de interesse dos alunos por assuntos relacionados a Educação Ambiental (EA).....	125
Gráfico 19: Percentual de existência de áreas verdes na escola na opinião do alunado.	128

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do município de Várzea/RN.	44
Figura 2: Imagem aérea do Município de Várzea/RN.	45
Figura 3: Registros das primeiras atividades educacionais da instituição em 1951.	50
Figura 4: Turma da quinta série no alpendre frontal da escola em 1969.	53
Figura 5: Implatação da horta 1982.	54
Figura 6: Visão frontal da Escola em 1980.	55
Figura 7: Visão frontal da instituição em 2005.	57
Figura 8: Exposição peças artesanais reutilizando materiais recicláveis em 1980.	61
Figura 9: Minicurso as práticas ambientais no Município de Várzea/RN.	61
Figura 10: Projeto Uma Ação pela Cidadania: a luta pelo sócio ambiental 2007.	61
Figura 11: Ecopraça do saber Inaugurada em 2008.	61
Figura 12: Participação na II Conferência Infanto-juvenil sobre Meio Ambiente na Escola (2006).	64
Figura 13: Projeto “Uma Ação pela Cidadania: a luta pelo sócio ambiental (2007).	64
Figura 14: IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (2013).	64
Figura 15: Resultado da participação IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (2013).	64
Figura 16: Escola sustentável - Semana do meio Ambiente 2018.	65
Figura 17: Projeto Promovendo a Educação Ambiental Através de Ações Sustentáveis na Escola dia mundial da limpeza (2019).	65
Figura 18: Visão frontal da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida Várzea/RN (2019).	74
Figura 19: Vista aérea da estrutura física da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida Várzea/RN.	75
Figura 20: Ação de coleta de resíduo sólidos nas ruas em comemoração ao Dia da limpeza mundial (2019).	90
Figura 21: Alunos plantando as espécies de Ypê-rosa e flamboyant em comemoração ao dia da árvore (2019).	90
Figura 22: Oficina de reciclagem na confecção de um porta Treco (2015).	112
Figura 23: Composteira construída pelos alunos.	112
Figura 24: Projeto semana do Meio Ambiente (2019).	122
Figura 25: Comemoração na semana do Meio Ambiente (2019).	122

Figura 26: Atividade realizada na semana de meio Ambiente 2019.....	122
Figura 27: Ação realizada dia da árvore (2019).....	122
Figura 28: Ecopraça do saber ingurada em 2008, com destaque para espécies Ypê-roxo.	128
Figura 29: Praça escola sustentável inaugurada em (2016).	128
Figura 30: Áreas verdes e espaço de convivência.....	129
Figura 31: Jasmin-manga (<i>Plumeria rubra</i>) plantada na década de 1950 por (Zilda Roriz).....	129
Figura 32: Algaroba (<i>Prosopis juliflora</i>) Plantado na década de 1960, pela gestão da época.	129
Figura 33: A escola em 1963, ao fundo, à direita, árvore Flamboyant (<i>Delonix regia</i> (Bojer ex Hook.).....	130
Figura 34: Pau-Brasil <i>Guilandina echinata</i> (Lam.) plantado pela gestão da época em 2003.....	130

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

EA	Educação Ambiental
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
IDEMA	Instituto de Defesa do Meio Ambiente
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
UNB	Universidade de Brasília
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MEC	Ministério da Educação
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CIMA	Comissão Interministerial para o Meio Ambiente
MINC	Ministério da Cultura
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
CNEA	Conferência Nacional de Educação Ambiental
ONGS	Organizações Não Governamentais
IDEC	Instituto de Desenvolvimento do RN
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
CMA	Coordenadoria de Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
NEA	Núcleo de Educação Ambiental
EP	Estilo de Pensamento
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
CGEA	Coordenação-Geral de Educação Ambiental
WWF	World Wide Fund for Nature
RN	Rio Grande do Norte
Pe	Padre
Exm ^o	Excelentíssimo
Sr	Senhor
Dr	Doutor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAGUE	Programa de Autonomia da Gestão das Unidades Escolares
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
PNE	Plano Nacional da Educação
SC	Santa Catarina
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos

RESUMO

O estudo foi realizado na Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, no município de Várzea, Rio Grande do Norte. Sob uma perspectiva crítica da Educação Ambiental, no contexto da prática educativa integrada, contínua e permanente, propulsora de projetos de transformação que visam a melhoria da qualidade de vida. Com o objetivo de analisar a realidade socioambiental a partir das ações realizadas no decorrer da trajetória histórica na percepção de diferentes atores envolvidos na instituição. Para tanto, foi utilizado um estudo qualitativo e quantitativo, por meio da aplicação de questionários, direcionados a gestores, professores e alunos. Identificou-se que o conceito de Educação Ambiental, consolidou-se entre as áreas estudadas, embora ainda não houvesse uma interdisciplinaridade desejada em sua abordagem. A educação ambiental, por meio de ações participativas envolvendo a comunidade escolar, é uma realidade significativa na escola pesquisada, mesmo não existindo um comprometimento de todos os atores envolvidos, especialmente na realização de eventos/atividades relacionados à semana do meio ambiente, bem como na participação em vários outros projetos envolvendo todos os níveis de instrução. Diante dos fatos e das circunstâncias que envolvem a presente pesquisa, torna-se importante enfatizar que a Educação Ambiental é um componente essencial e deve ser tratada por processos educacionais como uma ação permanente, uma vez que os problemas ambientais causados pela falta da conscientização da população são numerosos, afetando diretamente as condições de vida dos indivíduos e na conservação e preservação do planeta.

Palavras chave: Socioambiental. Educação Ambiental. Escola.

RESUMEN

El estudio se realizó en la Escuela Estatal Dom Joaquim de Almeida, en el municipio de Várzea, Río Grande del Norte. Desde una perspectiva crítica de la Educación Ambiental, en el contexto de una práctica educativa integrada, continua y permanente, que impulsa proyectos de transformación destinados a mejorar la calidad de vida. El objetivo fue analizar la realidad social y ambiental a partir de las acciones realizadas durante la trayectoria histórica en la percepción de los diferentes actores involucrados en la institución. Por lo tanto, se utilizó un estudio cualitativo y cuantitativo, mediante la aplicación de cuestionarios, dirigido a directores, docentes y estudiantes. Se pudo constatar que el concepto de Educación Ambiental se consolidó entre las áreas estudiadas, aunque todavía no había una interdisciplinariedad deseada en su enfoque. La educación ambiental, a través de acciones participativas que involucran a la comunidad escolar, es una realidad significativa en la escuela investigada, a pesar de que no hay compromiso de todos los actores involucrados, especialmente en la celebración de eventos actividades relacionadas con la semana del medio ambiente, así como la participación en varios otros proyectos que involucran todos los niveles de la educación. Teniendo presente los hechos y circunstancias relacionadas a esta investigación, es importante enfatizar que la educación ambiental es un componente esencial y debe ser tratado por los procesos educativos como una acción permanente, ya que se constató que existen problemas ambientales causados por la falta de conciencia de la población. Estos son numerosos y afectan directamente las condiciones de vida de los individuos y la conservación y preservación del planeta.

Palabras clave: Situación socioambiental. Educación ambiental. Escuela.

INTRODUÇÃO

Diariamente, assistimos a cenas que retratam o descaso com o meio ambiente, como o desaparecimento de espécies vegetais e animais, o aumento da temperatura ambiental, a escassez de chuvas em algumas partes do planeta e grandes enchentes em outras, os incêndios e catástrofes naturais nas principais florestas produtoras de oxigênio, dentre outros problemas. Tudo isso assombra, além de gerar a sensação de insensibilidade e de incapacidade para reagir e fazer melhorias no espaço em redor. Existe uma realidade assustadora com relação a esta questão e que, é primordial salientar o fato de que,

...embora recomendada por todas as conferências internacionais, exigida pela Constituição e declarada como prioritária por todas as instâncias de poder, a Educação Ambiental está longe de ser uma atividade tranquilamente aceita e desenvolvida, porque ela implica mudanças profundas e nada inócuas. (Brasil, 1998, p.182).

Nesse contexto, o enfretamento da questão ambiental coloca-se como uma das prioridades entre as preocupações da sociedade contemporânea. Se, de um lado, há um sentimento de uma comunidade planetária que busca soluções pela cooperação e solidariedade, por outro lado constata-se um aprofundamento das desigualdades sociais e do agravamento dos danos ao meio ambiente.

Diante desses fatos, é importante lembrar que, é no período pós-Segunda Guerra que se acentuam os abismos entre os seres humanos, quando ocorre a extraordinária revolução tecnológica e então,

O crescimento bate à porta depois do longo expurgo vivido durante quatro anos. Os ‘gloriosos anos 30’ vão transformar a economia e a sociedade não somente da Europa e dos dois grandes, mas também de todo o Terceiro Mundo, pois a economia internacionaliza-se, ramifica-se, ao ultrapassar fronteiras, povos e civilizações os mais diversos, para impor sua racionalidade própria. (Dosse, 1992, p.102).

Para encontrar soluções para os problemas ambientais, é necessário sensibilizar a população, para não degradar o meio ambiente. De acordo com Dias (2004, p.100), “a

Educação Ambiental é um processo por meio do qual as pessoas aprendem como funciona o ambiente, como dependemos dele, como o afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade”.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, Meio Ambiente e Saúde (Brasil, 2001, p.15), a questão ambiental vem sendo considerada como cada vez mais urgente e importante para a sociedade, tendo em vista que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis. Nessa concepção, um lugar de excelência à efetivação de ações voltadas para Educação Ambiental (EA) é o espaço escolar.

De acordo com a proposta de EA, a escola deve procurar sensibilizar os futuros cidadãos brasileiros a agir de modo responsável, tendo em vista o trabalho com atitudes e valores, na perspectiva de uma convivência equilibrada com o meio ambiente, auxiliando-os no desenvolvimento de comportamentos “ambientalmente corretos” através da análise crítica dos princípios que têm levado à destruição inconsequentes dos recursos naturais. (Brasil, 2001, p.25).

Considerando a importância da Educação Ambiental, que está presente na transversalidade curricular, relacionada a todas as áreas do conhecimento, evidencia-se a magnitude dos estudos históricos sobre esse tema. Desse modo, tendo como local de pesquisa uma instituição de ensino e como objeto de estudo a trajetória histórica desta, pretende-se compreender a realidade socioambiental referente ao cuidado com o meio ambiente da escola pesquisada.

É neste horizonte dos processos socioambientais que situamos nossa pesquisa, instigado a responder a seguinte situação-problema: Qual a realidade socioambiental a partir das ações realizadas no decorrer da trajetória histórica na percepção de diferentes atores da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, na cidade de Várzea/RN?

A principal motivação para a realização deste projeto de pesquisa na escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, nasceu da necessidade de compreender o posicionamento da escola na realidade local e global, no que diz respeito à educação ambiental. Esse estabelecimento de ensino público iniciou suas atividades antes mesmo da emancipação política do município de Várzea. A relevância dessa instituição se reforça devido ao fato de mesma ser a única, no município, a oferecer o Ensino Médio.

As relações temporais entre passado e presente, são importantes para compreendermos a trajetória dos acontecimentos relacionados ao cuidado com o ambiente.

Propõe-se entender o fato dessa instituição educacional exercer, continuamente, seu papel de educadora ambiental diante da comunidade escolar e da comunidade na qual está inserida.

Nesse aspecto, faz-se necessário ressaltar a importância da Educação Ambiental como prática nas escolas, haja visto que os alunos são a base de propagação desse conhecimento para a garantia de um futuro com qualidade de vida.

É nesta perspectiva que apresentamos o referencial teórico adotado para o desenvolvimento deste estudo, fundamentando-se em tais autores: Grün (1996), Marcatto (2002), Cascino (2003), Guimarães (2004), Dias (2000), Sauvé (2005), Barenho, Copertino e Callon (2008), Loureiro, Layrargues e Castro (2009), Leff (2009), Leff (2012), Reigota (2014), Santos e Toschi (2015), Cruz, Melo e Marques (2016), Santos et al., (2016), Guerra e Orsi (2017). Além de considerarmos as bases legais como: Parâmetros Curriculares Nacionais - Meio ambiente (1997), Programa Nacional de Educa o Ambiental - ProNEA (2005), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educa o Ambiental (2012). Neste contexto que buscou-se entender o debate de cientistas de áreas afins do conhecimento, histórico, filosófico, epistemológico, Sociológico, Antropológico, etc. no tocante a crítica a questão e ao saber ambiental (Morin, 1977; Capra, 1982; Lovelock, 2006; Leff, 2007).

Além de indagar-se as preocupa es, diálogos e críticas no cenário de implementa o e efetiva o da educa o ambiental formal, no Brasil. Como destaca Dias (2000), Sato (2001) no intuito de formalizar a Educa o ambiental. Através das reflexões da teoriza o, procurou-se conduzir a hipótese de soluço do problema formulado no trabalho. A pesquisa parte da hipótese na qual verifica se houve um envolvimento gradual dos diferentes atores na realidade socioambiental, através da história da escola objeto de estudo.

A educa o ambiental não  , portanto, uma “forma” de educa o (uma “educa o para...”) entre inúmeras outras; não   simplesmente uma “ferramenta” para a resolu o de problemas ou de gestão do meio ambiente. Trata-se de uma dimensão essencial da educa o fundamental, que diz respeito a uma esfera de intera es que está na base do desenvolvimento pessoal e social: a da rela o com o meio em que vivemos, com essa “casa de vida” compartilhada. A educa o ambiental visa a induzir dinâmicas sociais, de início na comunidade local e, posteriormente, em redes mais amplas de solidariedade, promovendo a abordagem colaborativa e crítica das realidades socioambientais e uma compreensão aut noma e criativa dos

problemas que se apresentam e das soluções possíveis para eles (Sauvé, 2005, p.317).

Desse modo que, este trabalho teve como objetivo geral analisar a realidade socioambiental, a partir das ações realizadas no decorrer da trajetória histórica na percepção de diferentes atores da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida. É, especificamente: Identificar no processo histórico os registros de práticas e intervenções de Educação Ambiental realizadas na instituição; Constatar a relevância desses registros para o embasamento da análise socioambiental na escola; Verificar os atores envolvidos no processo histórico da escola quanto ao zelo ambiental e as decisões tomadas em prol do cuidado com o meio ambiente; e Conferir os efeitos desse cuidado na organização do ambiente e da comunidade escolar.

O marco teórico-metodológico da pesquisa fundamentou-se em como autores: Oliveira, 1998, Neves (1997), Marconi e Lakatos, (2003), Köche (2006), Minayo, (2008), Gerhardt e Silveira (2009), Deslandes, 2012, Severino (2016) e Campoy (2018).

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo é constituído pelo marco teórico, no qual se fez um breve resumo da história da educação ambiental no mundo contemporâneo, seus conceitos, as políticas públicas para a EA no Brasil e no Estado do Rio Grande do Norte. Também serão trabalhados os aspectos ambientais propriamente ditos, que estão associadas à escola, os PCN, a sustentabilidade e a importância do socioambiental na construção da cidadania.

Com relação ao segundo capítulo, são trabalhados a localização, os aspectos geográficos e demográficos, as principais características socioeconômicas do município de Várzea. Além disso, este capítulo também relata a trajetória educacional e os principais acontecimentos do município, o processo de surgimento e desenvolvimento da escola, como também faz um resgate das mestres pioneiras e gestores, além de fazer referências ao atual momento educacional da referida instituição.

O terceiro capítulo descreve os aspectos metodológicos, onde se encontram as razões para a pesquisa, como os problemas e objetivos, as variáveis, a unidade de análise, população e amostra, além do modelo, tipo e enfoque da investigação, como também o local do estudo, método e fonte de pesquisa, técnicas de coleta de dados, análise de dados e aspectos éticos.

O quarto capítulo se refere aos resultados e discussão obtidos no ambiente estudado, com vista a identificar possíveis soluções e melhorias no cuidado do ambiente da escola pesquisada, através da adoção de práticas sustentáveis. Além de analisar e discutir os

questionários aplicados aos gestores, professores e alunos, cujos resultados foram demonstrados através de gráficos (quantitativo) e dos relatos das entrevistas (qualitativo).

Por fim, teceremos as considerações necessárias sobre o estudo e as concepções de Educação Ambiental evidenciada pelos participantes dentro do espaço escolar. Como também, possíveis recomendações e sugestões que no futuro possam endossar a responsabilidade das próximas gerações para com o tema proposto, possibilitando novos avanços na esfera socioambiental.

1. EDUCACÃO AMBIENTAL

1.1. Breve histórico da educação ambiental no mundo

Considerando-se que a educação ambiental é um processo em construção permanente e que, portanto, torna-se um instrumento de aprendizagem em constante movimento, alguns fatos e acontecimentos marcantes na história mundial têm sua importância para o estudo proposto neste tópico, afim de que se faça conhecer o desfecho, desafios e avanços do estudo desta proposta.

Diante dos caminhos já percorridos pela educação ambiental, debatidos e conceituados por autores como: Lima e Brandão (1989), Guimarães (1995), Dias (1993), Medina (1994), Reigota (1995), Leonardi (2002), Grün (2007). busca-se refazer este caminho, agora em uma direção específica. “O foco é o estudo da educação ambiental em termos do delineamento do conceito de meio ambiente enquanto a relação sociedade/natureza, em suas dinâmicas e elementos de constituição, como objeto de conhecimento e ação desta proposição educativa (Silva, 2009, p.26).

Os problemas ambientais cresceram significativamente nas últimas décadas e os cuidados e a preservação do meio ambiente se tornou uma questão de suma importância nos dias atuais. Cuidar do meio ambiente vem sendo uma causa urgente e imediata para que tenhamos no futuro uma sociedade com mais qualidade de vida.

Tal momento é marcado historicamente pelas discussões e críticas a chamada “crise do conhecimento” (Morin, 1977; Lovelock, 2006; Capra, 1982) que destacam a crise da fragmentação do conhecimento científico e os limites de compreensão e ação a partir dos conhecimentos especializados dada a complexidade da realidade. “A interdisciplinaridade passa a ser objeto de intenso debate, especialmente a partir dos eventos internacionais realizados pela Unesco na área de educação em geral e de educação ambiental em especial” (Silva, 2009, p.26).

Nesse contexto a EA segundo Dias (2004, p. 523) pode ser vista como “Processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem novos conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros”.

Para tanto, de acordo com o que vem nos lembrar (Shuneman e Rosa, 2010, p. 123) “essas ações visam à modificação de valores humanos, buscando uma melhoria de vida de todos os habitantes do planeta, mas sempre respeitando a natureza e os seus elementos”.

Desse modo ações como palestras, encontros, documentos e conferências tem se tornado cada vez mais comuns no cenário mundial a fim de se discutir melhorias no âmbito socioambiental.

Por muito tempo, o conceito de natureza e meio ambiente esteve relacionado apenas ao ecológico, e essas interações e os demais fatores, foram desconsiderados. A partir do século XX esse conceito renovou-se.

Em 1962, a bióloga Rachel Carson, publica o livro “Silent Spring” (Primavera silenciosa), um clássico na história do movimento ambientalista, trazendo os primeiros alertas mundiais do agravamento dos impactos ambientais, do uso de pesticidas e poluentes químicos e suas consequências na perda de qualidade de vida dos ecossistemas e da população. “E em 1968, um grupo de cientistas de várias áreas passa a se reunir em Roma para discutir a crise ambiental, e esse grupo fica conhecido como o Clube de Roma” (Dias, 2004 p.33). Em seguida, surgiram conferências e debates internacionais que começaram a acontecer nessa época, tais como Conferência de Estocolmo, em 1972, que abordou quase que pioneiramente acerca do conceito de meio ambiente como um todo, seu poder de influência e de ser influenciado, em especial pelo homem.

A expressão Environmental Education (educação ambiental) aparece pela primeira vez também neste contexto da década de 60, em 1965, e no seio da educação formal. Ela é proposta durante a conferência em Educação na Universidade de Keele, Grã-Bretanha, como parte essencial da educação, voltada para a conservação ou a ecologia aplicada. Com esta concepção de uma educação ambiental ainda voltada para conservação dos ecossistemas naturais outras iniciativas vão sendo propostas: é fundada na Inglaterra a Sociedade para Educação Ambiental em 1969; no mesmo ano, é lançado nos Estados Unidos um Jornal de Educação Ambiental. (Dias, 2000, p.16).

A “Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano”, ou Conferência de Estocolmo, reuniu representantes de 113 países com o objetivo de estabelecer uma visão global e princípios comuns que servissem de inspiração e orientação a humanidade, para a preservação e melhoria do ambiente humano.

A Conferência gerou a “Declaração sobre o Ambiente Humano”, que estabeleceu um “Plano de Ação Mundial” e, em particular, recomendou que deveria ser estabelecido um programa Internacional de Educação Ambiental. A recomendação nº 96 da Conferência

reconhecia o desenvolvimento da Educação Ambiental como elemento crítico para o combate a crise mundial.

Em 1975 a UNESCO promoveu em Belgrado, Iugoslávia, o “Encontro Internacional sobre Educação Ambiental” reunindo especialistas de 65 países. Na ocasião foram elaboradas questões relativas aos princípios e orientações para um programa internacional de EA, voltados às diferenças regionais e de acordo com os interesses nacionais pensados na complexidade que é a globalização, buscando assim formas de interação do homem com a natureza de maneira que ambas as partes pudessem modificar tais mudanças no modo de consumo, através de um modelo de desenvolvimento que atendesse as necessidades socioambientais.

Para a educação ambiental a conferência de Estocolmo é também um marco, pois além de lançar as bases para o desenvolvimento de uma visão global que deveria servir de inspiração e orientação à humanidade, na direção da preservação e melhoria do ambiente Humano; estabelecia um Plano de Ação Mundial e, em particular, recomendava o estabelecimento de um Programa Internacional de Educação Ambiental- PIEA.(Medina, 1994, p.29).

No encontro em Belgrado, uma das questões discutidas foi sobre as terríveis disparidades entre países do Norte e do Sul, considerando a crescente perda da qualidade de vida, resultando na criação da Carta de Belgrado, na qual se expressava a necessidade do exercício de uma nova ética global, que de um modo geral minimizasse alguns aspectos sociais negativos como o analfabetismo, a pobreza, a fome, a dominação e exploração humana e a poluição.

Foi em 1977, que houve o encontro mais importante para a EA, a 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, que ocorreu entre os dias 14 a 26 de Outubro, em Tbilisi, Geórgia. O evento foi organizado pela UNESCO em parceria com o Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA). Suas estratégias deram continuidade aos ideais da Conferência de Estocolmo e desenvolveu a 1ª fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, criado em Belgrado. Deliberaram-se os objetivos e características da EA, as estratégias a serem tomadas pelo programa e um chamamento para os países membros para incluí-la na educação escolar. (Dias, 2004 p.39). Com destaque os principais marcos teóricos da EA no mundo (Quadro 1).

Quadro 1: Os principais Marcos Históricos da Educação Ambiental no mundo.

Ano	Acontecimentos	Objetivo
1962	O livro “Primavera silenciosa”	É o primeiro a alertar para os impactos da ação humana sobre o meio ambiente e a criticar práticas como a utilização de insumos químicos e o despejo de dejetos industriais na natureza.
1965	Conferência de Educação da Universidade de Keele, Grã-Bretanha	É utilizada a expressão “Educação Ambiental” (Environmental Education)
1966	Pacto Internacional sobre os Direitos Humanos - Assembleia Geral da ONU	Adotada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ONU começou a traduzir os princípios daquela em tratados internacionais que protegessem direitos específicos.
1968	Fundação do Clube de Roma	Manifestações de Maio de 68 na França.
1972	O relatório “os limites do crescimento”	Com previsões bastante pessimistas sobre o futuro da humanidade e o modelo de exploração e produção adotado mundialmente na época.
1972	Conferência de Estocolmo	Discussão do Desenvolvimento e Ambiente, Conceito de Eco desenvolvimento. ONU
1974	Seminário de Educação Ambiental em Jammi, Finlândia	Reconhece a Educação Ambiental como educação integral e permanente.
1975	Congresso de Belgrado	Carta de Belgrado estabelece as metas e princípios da Educação Ambiental.
1976	Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA	Reunião Subregional de EA para o ensino Secundário Chosica Peru. Questões ambientais na América Latina estão ligadas às necessidades de sobrevivência e aos direitos humanos.
1977	Conferência de Tbilisi - Geórgia	Estabelece os princípios orientadores da EA e remarca seu caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador.
1979	Encontro Regional de Educação Ambiental para América Latina em San José , Costa Rica	Discutir a educação ambiental para a América Latina. As discussões foram realizadas com base nas reuniões anteriores e, principalmente, nas Recomendações expressas nos documentos finais de Tbilisi.
1980	Seminário Regional Europeu sobre EA, para Europa e América do Norte	Assinala a importância do intercâmbio de informações e experiências.
1980	Primeira Conferência Asiática sobre EA Nova Delhi, Índia	Divulgação do Relatório da Comissão Brundtland, Nosso Futuro Comum.
1987	Congresso Internacional da UNESCO - PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental – Moscou	Realiza a avaliação dos avanços desde Tbilisi.
1989	Declaração de Caracas . ORPAL - PNUMA	Sobre Gestão Ambiental em América Denuncia a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento.
1990	Conferência Mundial sobre Ensino para Todos, Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, Tailândia	Destaca o conceito de Analfabetismo Ambiental.

1992	Conferencia sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, UNCED, Rio/92	Criação da Agenda 21, Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis.
1993	Congresso Sul-americano continuidade Eco/92 - Argentina 1993 Conferência dos Direitos Humanos. Viena.	Reafirma o empenho solene de todos os Estados em cumprirem as suas obrigações no tocante à promoção do respeito universal, da observância e da proteção de todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais para todos, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, com outros instrumentos relacionados com os Direitos Humanos e com o Direito Internacional.
1995	Conferência para o Desenvolvimento Social em Copenhague	Criação de um ambiente econômico-político-social-cultural e jurídico que permita o desenvolvimento social.
1997	Redigido e assinado em Kyoto (Japão)	O Protocolo criou diretrizes para amenizar o impacto dos problemas ambientais causados pelos modelos de desenvolvimento industrial e de consumo vigentes no planeta.
1999	É lançada a revista Tópicos en Educación Ambiental.	Uma publicação internacional editada no México, que contém informações sobre as variadas vertentes e áreas da educação ambiental.
2000	Assembleia Geral das Nações Unidas, durante sua 57ª sessão.	Estabeleceu a resolução nº 254, declarando 2005 como o início da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.
2002	Durante a XIV Reunião do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, em novembro no Panamá.	É oficializado o PLACEA, o Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental.
2009	A Conferência de Copenhague COP 15/MOP	Reuniu um público sem precedentes na história das Conferências, contando com a presença de cerca de 115 líderes mundiais e mais de 40.000 pessoas representando governos, organizações não governamentais.
2012	Realizada na cidade do Rio de Janeiro, dessa vez no ano de 2012, a Rio+20.	Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável – reuniu um total de 193 representantes de países.

Fonte: Adaptada Ministério do Meio Ambiente (2019), disponível em:< <https://www.mma.gov.br/educacao-ambiental.html>>

Os esforços necessários para o desenvolvimento da Educação Ambiental e suas concepções aparecem na recomendação de nº 1.C ao dizer que:

Um objetivo fundamental da Educação Ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participarem responsável e eficazmente da prevenção e solução dos

problemas ambientais, e da gestão da questão da qualidade do meio ambiente. (Dias, 2004, p.107).

Já na década de 1990 houve grandes avanços mundiais em relação ao meio ambiente. É quando, realiza-se no Rio de Janeiro, de 03 a 14 de Junho, a conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92). Com a participação de 170 países. A Rio 92 resultou em diversas convenções, acordos e protocolos. A Rio 92 estabeleceu estreita conexão entre a pobreza mundial e a degradação ambiental no planeta, cabendo providências sérias e permanentes no que se refere à cooperação, na busca de maior equilíbrio entre os Estados no campo do desenvolvimento sustentável.

Educação ambiental é parte integrante do processo educativo. Deve girar em torno de problemas concretos e ter um caráter interdisciplinar. Sua tendência é reforçar o sentido dos valores, contribuir para o bem-estar geral e preocupar-se com a sobrevivência da espécie humana. Deve, ainda, aproveitar o essencial da força de iniciativa dos alunos e do seu empenho na ação, bem como inspirar-se nas preocupações tanto imediatas quanto futuras. (Unesco, 1997, p.33).

É importante ressaltar que as questões relacionadas ao meio ambiente estão se tornando cada vez mais um assunto de grande importância e preocupação para humanidade. De forma que, essa Conferência trouxe metas e objetivos para o alcance do desenvolvimento sustentável, gerando uma responsabilidade universal e solidária. Houve a implementação da Agenda 21, objetivando iniciar a implantação do desenvolvimento sustentável. Além da Agenda 21, resultaram desse processo cinco outros acordos: a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, o Convênio sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas.

Segundo Dias (2004, p.50) “reconhece-se a insustentabilidade do modelo de “desenvolvimento” então vigente. Nomeia-se a Agenda 21 como um Plano de Ação para a sustentabilidade humana. Reconhece-se a Educação Ambiental como o processo de promoção estratégico desse novo modelo de desenvolvimento”.

No Rio de Janeiro, no ano 1997, cinco anos após a realização da Conferência do Rio (ECO 92), uma média de 80 países se reuniram para avaliar o cumprimento dos acordos que

foram elaborados na Rio 92. Na Rio+5 realizaram-se grandes debates relativos à sustentabilidade.

Em 1997, na cidade de Kyoto no Japão, foi implantado o Protocolo de Kyoto. O mesmo tem como objetivo firmar acordos, por meio de discussões internacionais, buscando o estabelecimento de metas para a redução da emissão de gases poluentes, causadores do superaquecimento do planeta Terra, conhecido como efeito estufa, com maior ênfase nos países industrializados, e também criar formas de, os países em desenvolvimento produzirem menos impactos ao meio ambiente.

Em 1998 a UNESCO promoveu em Thessaloníki, na Grécia, de 08 a 12 de dezembro, a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, teve como objetivo reconhecer o papel crítico da educação e da consciência pública para o alcance da sustentabilidade. Além de considerar a importante contribuição da Educação ambiental, e de fornecer elementos para o desenvolvimento do programa de trabalho da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A partir do século XXI continuam os avanços e as preocupações com o meio ambiente. É quando se realiza a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), realizada em Johannesburg em 2002 destacou a necessidade de avaliação do progresso feito na década que já havia transcorrido desde a Rio 92, bem como a produção de mecanismos que implementassem a Agenda 21.

No ano 2009, em Copenhague, e em 2010, em Cancún, foram realizadas as COP 15 e COP 16 respectivamente, tiveram coberturas diferenciadas, por parte da imprensa internacional. Em 2009, as expectativas foram grandes, porém, os resultados foram poucos. Já em 2010, a COP ficou em desvantagem, em virtude de, a crise ter atingido os países que deveriam ter realizado maiores investimentos para atuar na amenização da mudança do clima.

Entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, a Conferência Internacional Rio+20, convocada pelas Nações Unidas, iniciando uma nova era, para implementar o desenvolvimento sustentável, que resultou em um documento final de 53 páginas, acordado por 188 países, ao qual dita o caminho para a cooperação internacional sobre desenvolvimento sustentável. De acordo com o Relatório da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

A Conferência, em face do seu instrumento convocatório, foi sendo organizada para debater dois principais eixos temáticos: 1) economia verde,

no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; 2) moldura institucional para o desenvolvimento sustentável. Esses dois eixos descortinam um leque de debates que enfatiza sete áreas necessitadas de atenção prioritária: 1. trabalho digno; 2. energia; 3. cidades sustentáveis; 4. segurança alimentar e agricultura sustentável; 5. água; 6. oceanos; 7. desastres ambientais e defesa civil. (2012, p.47/48).

Ainda no mesmo Relatório acima mencionado

Na Rio+20, conforme consta expressamente do sítio eletrônico da conferência, adotou-se o seguinte conceito de desenvolvimento sustentável: ‘O desenvolvimento sustentável supre as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias necessidades. Vê-se o desenvolvimento sustentável como o eixo norteador de longo prazo para o desenvolvimento global, que se alicerça em três pilares: desenvolvimento econômico; desenvolvimento social e proteção ambiental’. (2012, p.47/48).

Na 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC, em Paris, foi adotado um novo acordo, com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima, e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças.

O acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países parte da UNFCCC para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável. O compromisso ocorre no sentido de manter o aumento da temperatura média global em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C.

Diante das inúmeras discussões realizadas em várias partes do mundo e em diversos momentos, em Conferências que buscaram conscientizar a sociedade sobre a importância do meio ambiente e mesmo sabendo das dificuldades para se alcançar os objetivos propostos nas Conferências, a degradação da natureza continua ocorrendo em escala global. Mesmo assim, espera-se então que, o desenvolvimento de um país não possa provocar a destruição do meio ambiente. A degradação da natureza nunca deverá ser vista como um mal

necessário. É preciso enxergar o Planeta Terra como um organismo vivo, que responde à sua maneira quando é agredido pelo ser humano.

1.2. Conceitos fundamentais da Educação Ambiental

A partir da década de 70 no século XX, o meio ambiente ganhou destaque na mídia e nas agendas governamentais, devido o atual modelo econômico que estimula um consumo crescente e irresponsável, acelerando a degradação e a condenação da vida no Planeta. Nesse contexto surgiram diversas conferências e congressos internacionais, tratados, documentos legais que estabeleceram conceitos sobre a educação ambiental, sempre na perspectiva da formação da cidadania e nas relações da sociedade com o meio ambiente.

Definir a Educação Ambiental é uma questão de escolha, já existem inúmeros estudos científicos a respeito, além, é claro, das conferências, congressos, tratados, etc. Diante desse quadro selecionamos algumas idéias com as quais concordamos e que melhor definem o que seja Educação Ambiental. Primeiramente,

A educação ambiental é a ação educativa permanente, pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação.” (Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária – Chosicarú ,1976).

Já a Conferencia Internacional de Tbilisi, realizada na Geórgia, em 1977 (p.23), informa que,

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A

educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida.

Outro conceito que vem complementar é que,

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º).

Também não deixar de ressaltar de forma veemente, que,

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.”(Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Art. 2º, 2012, p.12).

De uma forma bastante ampla e dentro das tendências pedagógicas e ambientalistas, Loureiro (2004, p. 66), diz que a,

Educação ambiental é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “natureza” categorias centrais e identitárias. Neste posicionamento, a adjetivação “ambiental” se justifica tão somente à medida que serve para destacar dimensões “esquecidas” historicamente pelo fazer educativo, no que se refere ao entendimento da vida e da natureza, e para revelar ou denunciar as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não-dialético, que separa: atividade econômica, ou outra, da totalidade social; sociedade e natureza; mente e corpo; matéria e espírito, razão e emoção etc.

Segundo a Agenda 21, no seu capítulo 36, a Educação Ambiental é definida como um processo que busca:

...desenvolver uma população que seja consciente e bastante preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos.(Marcatto, 2002, p.14).

Uma visão que pode ser considerada de conteúdo crítico é a de Trein (2008 p. 44), ao afirmar que:

A Educação Ambiental, apoiada em uma teoria crítica que exponha com vigor as contradições que estão na raiz do modo de produção capitalista, deve incentivar a participação social na forma de uma ação política. Como tal, ela deve ser aberta ao diálogo e ao embate, visando à explicitação das contradições teórico-práticas subjacentes a projetos societários que estão permanentemente em disputa.

Enquanto isso para Reigota (2014, p.15),

A Educação Ambiental como educação política é por princípio: questionadora das certezas absolutas e dogmáticas; é criativa, pois busca desenvolver metodologia e temáticas que possibilitem descobertas e vivências, é inovadora quando relaciona os conteúdos e as temáticas ambientais com a vida cotidiana e estimula o diálogo de conhecimentos científicos, étnicos e populares e diferentes manifestações artísticas; e crítica muito crítica, em relação aos discursos e às práticas que desconsideram a capacidade de discernimento e de intervenção das pessoas e dos grupos independentes e distantes dos dogmas políticos, religiosos, culturais e sociais e da falta de ética.

Finalmente, Effting (2007, p.11), fala de algumas definições, que destacamos e concluímos que são de fundamental relevância dentro da Educação Ambiental.

- Educação Ambiental é a preparação de pessoas para a sua vida, enquanto membros da biosfera;
- Educação Ambiental é o aprendizado para compreender, apreciar, saber lidar e manter os sistemas ambientais na sua totalidade;
- Educação Ambiental significa aprender a ver o quadro global que cerca um problema específico - sua história, seus valores percepções, fatores econômicos e tecnológicos, e os processos naturais ou artificiais que o causam e que sugerem ações para saná-lo;
- Educação Ambiental é a aprendizagem de como gerenciar e melhorar as relações entre a sociedade humana e o ambiente, de modo integrado e sustentável;
- Educação Ambiental significa aprender a empregar novas tecnologias aumentar a produtividade, evitar desastres ambientais, minorar os danos existentes, conhecer e utilizar novas oportunidades e tomar decisões acertadas.

Portanto, a educação ambiental deve ser inserida como elemento primordial para uma educação global, frisando os problemas ambientais em favor da humanidade como também da própria natureza.

1.3. Institucionalização da educação ambiental no Brasil

Oficialmente, a Educação Ambiental no Brasil foi institucionalizada em 1973, como consequência da Conferência de Estocolmo. Mas, o Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA (2014, p.15) relata que,

A educação ambiental surge no Brasil muito antes da sua institucionalização no governo federal. Além de artigos de brasileiros ilustres e de uma primeira legislação conservacionista já no século XIX e início do século XX, temos a existência de um persistente movimento conservacionista e, já no início dos anos 70, ocorre a emergência de um ambientalismo que se une às lutas pelas liberdades democráticas que se manifesta através da ação isolada de professores, estudantes e escolas, por meio de pequenas ações de organizações da sociedade civil ou mesmo de prefeituras municipais e

governos estaduais com atividades educacionais relacionadas às ações voltadas à recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente. Neste período também surgem os primeiros cursos de especialização em educação ambiental.

Segundo o ProNEA (2014, p 15) o Início do processo de institucionalização da educação ambiental no governo federal brasileiro ocorreu em 1973, quando o Poder Executivo criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que ficou vinculada ao Ministério do Interior. A SEMA estabeleceu, como parte de suas atribuições, “o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente”, e foi responsável pela capacitação de recursos humanos e sensibilização inicial da sociedade para as questões ambientais. Conforme a Unesco (1997, p.33).

A educação ambiental é parte integrante do processo educativo. Deve girar em torno de problemas concretos e ter um caráter interdisciplinar. Sua tendência é reforçar o sentido dos valores, contribuir para o bem-estar geral e preocupar-se com a sobrevivência da espécie humana. Deve, ainda, aproveitar o essencial da força de iniciativa dos alunos e do seu empenho na ação, bem como inspirar-se nas preocupações tanto imediatas quanto futuras. (UNESCO, 1997, p.33).

A EA tem a necessidade de está presente em todos os níveis de ensino, como destaca a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9.795, 1999) (Brasil, 2012). Especificamente, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação ambiental - DCNEA, a inclusão da EA como dimensão ambiental pode ser inserida através de atividades curricular, disciplina, projeto interdisciplinar ou transversal, com vistas a uma formação que desenvolva conhecimentos, habilidades, atitudes e valores sociais que estejam comprometidos com a cidadania, responsabilidade social, sustentabilidade e proteção do meio ambiente. (Brasil, 2012). Conforme o quadro 2 a seguir:

Quadro 2: As principais leis que fundamentam a Educação Ambiental no Brasil.

1981 Lei 6.938 de 1.981 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente	A primeira vez que a educação ambiental aparece na legislação de modo integrado
1996 A nova Lei de Diretrizes e Base (LDB), instituída pela Lei 9.394 de 30/11/96	Estabelece que os currículos devem abranger obrigatoriamente o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil (Art. 23, § 1º).
1997 Parâmetros curriculares nacionais : apresentação dos temas transversais, Meio Ambiente	Apresenta o tema Meio Ambiente na perspectiva de contribuir com a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global.
1999 Lei 9.597/99 que institui a Política Nacional de EA	Objetivo de dar prosseguimento eficaz ao ditame constitucional acima citado. Se entende por EA os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Art. 1º).
2012 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.	Art. 1º A presente Resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, orientando a implementação do determinado pela Constituição Federal e pela Lei nº 9.795, de 1999, a qual dispõe sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Historicamente, mais um passo importante no processo de institucionalização da educação ambiental foi com o surgimento da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), através da qual foi estabelecido, no ano de 1981, a necessidade de inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive na educação da comunidade, com o objetivo de habilitá-la para que participe ativamente na defesa do meio ambiente, evidenciando a expansão que se pretendia dar a essa prática pedagógica. Essa tendência foi reforçada através da Constituição Federal, em 1988, que estabeleceu, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Em 1992, foi fundado o Ministério do Meio Ambiente (MMA), no mês julho desse mesmo ano, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), criou os Núcleos de

Educação Ambiental em todas as suas superintendências estaduais, objetivando operacionalizar as atividades educativas no processo de gestão ambiental na esfera estadual.

Outro marco mundial de grande relevância para a Educação ambiental foi o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que foi estabelecido no ano 1992 no Fórum Global. A constituição desse Tratado foi relevante pelo fato de ter sido elaborado no seio da sociedade civil internacional e por admitir a educação ambiental como sendo um processo dinâmico em constante construção, orientado por valores apoiados na mobilização e na transformação da sociedade.

A Educação Ambiental continuará recebendo reforços e nesse sentido, segundo a ProNEA (2014, p 16)

A Agenda 21 também reforça essa perspectiva em diferentes capítulos, estabelecendo, por exemplo, a atribuição de poder aos grupos comunitários por meio do princípio da delegação de autoridade, assim como o estímulo à criação de organizações indígenas com base na comunidade, de organizações privadas de voluntários e de outras formas de entidades não governamentais, capazes de contribuir para a redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa renda.

A Carta Brasileira para Educação Ambiental, originou-se durante a realização da Rio 92, no qual o MEC esteve presente, que, entre várias coisas, reconhecia a Educação ambiental como um inestimável meio para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência e melhoria da qualidade de vida humana no planeta.

Numa demonstração da forte preocupação do Meio Ambiente em termos globais é que em dezembro de 1994, em decorrência da Constituição Federal de 1988 e dos acordos internacionais assumidos com a Conferência do Rio, a Presidência da República criou o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), compartilhado pelo então Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e pelo Ministério da Educação e do Desporto, com as parcerias do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Após dois anos de debates, o Conselho Nacional de Educação aprovou em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Este documento se constituiu em um importante subsídio de apoio para escola na elaboração do seu projeto educativo, introduzindo procedimentos, atitudes e valores na convivência escolar, como também a imposição de

tratar de alguns temas sociais reconhecidamente urgentes, de alcance nacional, nomeados como temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, possibilitando tanto às escolas quanto as comunidades escolherem outros temas relevantes para sua realidade.

Outro passo importante no processo da Educação Ambiental, foi a criação, em 1999, da Diretoria do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), ligada à Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente. No mês de abril deste mesmo ano, foi aprovada a Lei nº 9.795, dispondo que:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999).

Em 2002, a Lei nº 9.795/99 com o Decreto nº 4.281, regulamenta a PNEA. Um dos importantes avanços foi à indicação da composição e as competências do Órgão Gestor responsável pela coordenação e implementação da PNEA. Assim em 2003, é instalada no Ministério do Meio Ambiente a Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (Cisea), com representação de todas as secretarias e órgãos vinculados ao MMA, criando uma instância para um processo coordenado de consultas e deliberações de ações educativas internamente a esse Ministério.

No que se refere às políticas públicas ambientais voltadas ao sistema educacional, a Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (CGEA/MEC), a partir de 2002, elege a escola como o espaço prioritário das políticas para a inserção da Educação Ambiental:

O programa do MEC propõe-se a construir um programa permanente de educação ambiental na escola. Por meio de modalidades de ensino presenciais, à distância e difusas, as ações envolvem secretarias de educação estaduais e municipais, professores, alunos, comunidade escolar, sociedade civil e universidade. (Sorrentino, et al., 2005, p.292).

Em 2003 no mês de julho, o MMA e o MEC organizaram reunião de instalação do Órgão Gestor da PNEA, um passo decisivo para a execução das atividades em educação ambiental no Governo Federal, tendo como primeira tarefa a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente.

No ano de 2007, acontece a divisão do IBAMA, sendo criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). E com essa divisão, foi extinta a Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM), que era encarregado pela Educação Ambiental no IBAMA. O ICMBio aos poucos estrutura a área de educação ambiental no órgão, ligada a gestão da biodiversidade e das Unidades de Conservação.

Nesse contexto, a educação ambiental no país é fortalecida e ampliada com a criação e consolidação das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (Cieas) nos estados da federação:

A criação de Coletivos Educadores, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, fóruns locais da Agenda 21, inclusive no âmbito das escolas, com a constituição das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - COMVIDA; a criação de redes de educação ambiental nos estados, regiões e municípios do país; a realização dos Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental; as Conferências Nacionais de Meio Ambiente em suas versões “adulta” e “infantojuvenil”; a instituição de Salas Verdes em espaços não formais de educação; a expansão da educação ambiental nas instituições de ensino e o fomento de pesquisa e extensão em diferentes níveis do ensino formal; e, a inserção de práticas educativas relacionadas a temática ambiental em organizações da sociedade civil e movimentos sociais. (ProNEA, 2014, p.21).

Na Rio+20 em 2012, a educação não foi um dos pontos centrais no evento oficial, apesar disso esteve presente nas discussões em diversas atividades paralelas, como na

Cúpula dos Povos, onde foi realizada a II Jornada Internacional de Educação Ambiental. Nesta etapa foi discutida e lançada a Rede Planetária de Educação Ambiental, como parte da implantação do Tratado de Educação Ambiental.

Em 1991, um ano antes da ECO 92, é realizado pelo governo federal através do Ministério da Educação e Cultura – MEC um Encontro Nacional de Metodologias e Políticas para Educação Ambiental. Neste evento foram abordadas questões referentes à capacitação de recursos humanos, produção de material didático e sobre elementos do trabalho de educação ambiental na comunidade e na escola. Os seus resultados deveriam orientar a sistematização da educação ambiental no Brasil. (Dias, 2000, p. 58, 59).

Segundo Loureiro (2012 p 97), o percurso apresentado permite compreender a história contraditória em que se move a Educação à luz da teoria e da pedagogia crítica. Para tanto buscaremos estabelecer na Educação ambiental do Brasil uma perspectiva transformadora e emancipatória em contraponto às tendências hegemônicas conservadoras, pragmáticas e comportamentalistas.

1.4. A Educação Ambiental nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)

Reflexiona-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1997) apresenta um papel fundamental na formação das ideias que se caracteriza como um importante material didático de apoio ao professor. Considerando-se que esta identificação possa colaborar na construção de uma análise crítica de diretrizes que vai subsidiar o seu trabalho com a temática ambiental.

O procedimento de efetivação e elaboração dos PCN's vincula-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 9.394, de 20 de Dezembro de 1996). As primeiras discussões que culminaram na elaboração e publicação da LDB e dos PCN's iniciaram-se na Conferência Mundial de Educação para Todos, convocada pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial, que foi realizada de 05 a 09 de março de 1990, em Jomtien, na Tailândia. O objetivo era estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, condição insubstituível para o advento de uma sociedade mais humana e mais justa.

Os PCN's de meio ambiente e saúde colocam a Educação Ambiental como um elemento indispensável para a transformação de um despertar da consciência ecológica. Apresentam três noções centrais para a Educação Ambiental: a de Meio Ambiente, a de Sustentabilidade e a de Diversidade.

Nos objetivos gerais dos PCN's do meio ambiente para o Ensino Fundamental, destacam-se entre outros pontos que contribuam para que os alunos possam conhecer e compreender, de modo integrado e sistêmico, as noções básicas relacionadas ao meio ambiente; adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis; observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a necessidade e as oportunidades de atuar de modo reativo e propositivo para garantir um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida. (Brasil, 1997 p.39).

A partir desse contexto, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), propôs uma orientação curricular e uma discussão sobre qual é a escola que se deseja nos dias de hoje e quais os conteúdos que ela deve trabalhar através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). No entanto, há outros temas de grande importância para o exercício da cidadania, que são os Temas Transversais, eleitos segundo os mesmos critérios de urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino aprendizagem na faixa etária e todos eles têm como finalidade favorecer a compreensão da realidade e a participação social. Os temas transversais propostos são: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural e Trabalho e consumo.

Os PCN's (1997) incorporam os temas transversais nas disciplinas convencionais, relacionando-os a realidade e dessa forma, tornando os conteúdos instrumentos de reflexão para uma ação na realidade, na qual o educador é visto como facilitador na introdução de práticas comprometidas com os interesses da comunidade onde se está inserido.

Portanto, o ensino contextualizado, buscando uma abordagem interdisciplinar, através de materiais instrucionais de apoio desenvolvidos para este objetivo, pode despertar interesses diferentes nos alunos e contribuir para a formação do cidadão.

No Ensino Fundamental, a Educação Ambiental tem como principal função trabalhar com o tema Meio Ambiente, cujo objetivo é contribuir,

Para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem a atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário

que, mais do que informações e conceitos, a escola se propunha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação. Comportamentos ‘ambientalmente corretos’ serão aprendidos na prática do dia-a-dia na escola: gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações podem ser disso. (Brasil, 2001, p.29).

Assim, estamos abrindo um caminho coerente com o que se admite ser o objetivo da educação básica que é concluída no Ensino Médio. Desenvolver o indivíduo, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Nos PCNs do Ensino Médio (2000 p.15) a reforma curricular deve contemplar conteúdos e estratégia de aprendizagem que capacite o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.

É de grande importância o empenho de todos para que a Educação Ambiental seja integrada, de forma contínua e permanente. Para ser contínuo se deve entender que ela deve perpassar toda a educação formal, desde a Educação Infantil, passando pelos Ensinos Fundamental, Médio e Educação Superior, adentrando também à pós - graduação. Por ser permanente, a Educação Ambiental não pode ser fragmentada nem interrompida.

Sendo assim,

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa uma relação entre apreender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade). E as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). E a uma forma de sistematizar esse trabalho e incluí-lo explicita e estruturalmente na organização curricular, garantindo sua continuidade e aprofundamento ao longo da escolaridade. (Brasil, 2002. p.30).

A ideia de tema transversal vem atender às necessidades e princípios traçados para a educação ambiental. A sua adoção sob a forma de eixo transversal, no contexto do projeto pedagógico de cada curso, possibilita a discussão e análise do tema meio ambiente em

diversas áreas do conhecimento, que implica na adoção de uma visão sistêmica e holística, possibilitando um engajamento dos diversos saberes, transcendendo as noções de disciplina, matéria e área.

Para Gadotti (2000, p 38), o conceito de transdisciplinaridade:

(...) é ainda impreciso e em formação, mas sua ambição é grande: ultrapassar o ‘sistema fechado’ de pensamento, seja motivado por ideologias, religiões ou filosofias, recompondo uma ‘unidade da cultura’, engendrando ‘uma civilização de escala planetária’, ‘que se fortaleça em grande diálogo intercultural e se abra à singularidade de cada um e à integralidade do ser’.

Dessa forma, transdisciplinaridade propõe substituir um pensamento que está separado por outro que esteja ligado. Gadotti (2000, p.38) alerta que a transdisciplinaridade não exclui a importância de cada disciplina, mas propõe ligação entre elas:

A transdisciplinaridade engloba e transcende as disciplinas, sem anulá-las, mantendo a complexidade do real em que: a) nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; b) o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais e c) a marcha do conhecimento aparece como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente. (Gadotti, 2000, p.38).

Diante do exposto, novo conceito vem sendo incorporado à EA: a transdisciplinaridade, por abranger, além das questões da interdisciplinaridade, que visa a um conhecimento global e uma aprendizagem significativa, mas também o conhecimento além das disciplinas e a formação de atitudes e valores.

1.5. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA e a Institucionalização da Educação Ambiental no RN

Em 05 de junho de 1972, começou a funcionar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). No ano seguinte, em 30 de outubro de 1973, através do Decreto nº 73.030, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério de Interior, com a finalidade de executar ações de proteção ambiental no Brasil.

Conseqüentemente no Estado do Rio Grande do Norte, foi criado o Instituto de Desenvolvimento do RN (IDEC), por meio da Lei nº. 4286, de 06 de dezembro de 1973 e alterada pela Lei nº 4.414, de 04 de novembro de 1974). Em 16 de setembro de 1983 por meio do Decreto nº 8.718, foi criada a Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA). Em fevereiro de 1995, por meio da Lei complementar nº 129, o IDEC passa a fazer parte da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN/RN). Salientado que a CMA também era vinculada a SEPLAN/RN.

Em 25 de janeiro de 1996, a Lei Complementar 139 da origem ao Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte IDEMA, que passa a incorporar todas as atribuições do Instituto de Desenvolvimento do RN (IDEC) e da Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA). Também absorve a competência, de formular, coordenar, executar e supervisionar a política estadual de preservação, conservação, aproveitamento, uso racional e recuperação dos recursos ambientais, bem como fiscalizar o cumprimento das normas de proteção, controle, utilização e recuperação dos recursos ambientais, aplicando as penalidades disciplinares e/ou compensatórias às infrações constatadas.

No dia 31 de janeiro de 2007, a Lei Complementar nº 340 transformava o IDEMA em Instituto de Defesa do Meio Ambiente, sem que esse mudasse sua sigla. No ano seguinte, por meio da Lei Complementar nº 380 de 27 de dezembro de 2008, o órgão ambiental é vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH/RN). A partir deste momento o IDEMA passa a chamar-se Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente.

Por ter sido a CMA a unidade que conferiu ao IDEMA o seu caráter ambiental, o órgão reconhece na data de criação da Coordenadoria de Meio Ambiente, aos 16 de setembro de 1983, a sua data de fundação.

Com relação a Educação Ambiental o IDEMA possui a Subcoordenadoria de planejamento e Educação Ambiental (SPEA), que tem como finalidade discutir, planejar e executar planos, programas e projetos de Educação Ambiental, e para isso, conta com as parcerias das instituições governamentais a níveis federal, estadual, municipal, universidades, Ongs, movimentos sociais, bem como a sociedade como um todo, que atuam nas áreas de educação e meio ambiente.

Ressaltamos que, dentro do Estado do RN, o IDEMA, como órgão responsável pelas políticas ambientais, trabalha de acordo com a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que enfatiza que a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente de forma articulada, em todos os níveis de modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Com relação aos objetivos fundamentais da Educação ambiental no Estado do Rio Grande do Norte, segundo o IDEMA, são os seguintes:

- Desenvolver uma compreensão integrada do meio ambiente, em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- Garantir a democratização das informações ambientais;
- Estimular o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- Incentivar à participação individual e coletivamente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- Estimular à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- Fomentar o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

- Fortalecer a cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. Quanto as atribuições, a instituição relaciona os seguintes itens:
- Promoção de Educação Ambiental;
- Licenciamento e Revisão de Atividades Potencialmente Poluidoras;
- Zoneamento Ambiental;
- Aplicação de Penalidades Disciplinares e Compensatórias;
- Implantação de Unidades de Conservação;
- Controle Ambiental;
- Controle Florestal.

O IDEMA desenvolve inúmeras atividades em parcerias com diversas instituições públicas e privadas, relacionadas a Educação Ambiental, entre as quais podemos destacar:

- Caravana Ecológica;
- Barco Escola Chama Maré;
- Som da Mata;
- Meu Município, Meu Ambiente;
- Proposta de Intercâmbio de Conhecimento Sócio Pedagógico Ambiental entre as Comunidades Carentes do RN com a RDS, APAS e Parques Ecológicos;
- Palestras, Conferências, Congressos e Seminários;
- Projetos de Educação Ambiental para Unidades de Conservação;
- Educação e Turismo Ambiental;

- IDEMA na Escola e na Comunidade;
- Rearborização e Reflorestamento de Áreas Degradadas;
- Oficina de Reciclagem e Confecção de Sabão Ecológico;
- Projeto Orla.

Neste contexto o IDEMA apresenta como missão, “Promover a política ambiental do Rio Grande do Norte, visando o desenvolvimento sustentável, aproveitando as potencialidades regionais em busca da melhoria da qualidade de vida da população”.

1.6. A importância da Educação Ambiental e da Sustentabilidade na Escola

Temos consciência de que na vida é preciso ter uma visão das consequências de algumas atitudes que realizamos no decorrer de nossas atividades diárias. Porém, a educação é um dos pilares mais bem conceituado para exercermos e construirmos tais habilidades e competências em prol do bem-estar da condição de vida do meio ambiente, revendo os problemas ambientais como mecanismo que repercutem diretamente na nossa condição de vida. Assim, a educação possibilita ao ser humano uma reflexão de como nos posicionamos diante das questões ambientais e de outros inúmeros problemas que nos cercam no decorrer das tarefas que nos são concedidas ao longo da vida.

É neste contexto que a Agenda 21 e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis destacam-se, então como referências formais para ação educativa ambiental nacional, o ProNEA (Brasil, 2004), os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (Brasil, 1997) e a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, Lei nº 9.597 (1999) e o Decreto nº 4.281 (promulgado em 2002) tais documentos criam e regulamentam a efetivação da política de educação ambiental no país.

Os problemas ambientais hoje se encontram estampados em todos os mecanismos de informação e cabe às instituições educadoras viabilizar materiais que promovam aos educadores melhor exploração do conhecimento e organização de trabalho para que juntos aos educandos, sociedade, profissionais da área entre outros possam contribuir com sugestões de preservação do meio ambiente, pondo de fato em prática todo conhecimento adquirido.

Através do conhecimento, todo desenvolvimento intelectual conquistado é repassado a outras gerações permitindo assim, um aperfeiçoamento do conhecimento científico e geral adquirido pelas gerações passadas. De acordo com Chalita (2002, p. 34), “a educação é considerada a mais poderosa ferramenta de intervenção no mundo para a elaboração de novos conceitos e conseqüentemente uma mudança de hábitos”.

É primordial uma ativa participação da educação para que se obtenha um novo modelo de desenvolvimento sustentável nos setores produtivos globais com inovações tecnológicas e técnicas ambientais para se alcançar uma sustentabilidade ambiental, econômica e social.

A importância da conservação dos recursos naturais está cada vez mais presente no cotidiano da sociedade. É essencial em todos os níveis dos processos educativos e em especial nos anos iniciais da escolarização, já que é mais fácil conscientizar as crianças sobre as questões de conservação do meio ambiente do que os adultos. A conservação dos recursos naturais é um fato que precisa ser trabalhada com toda sociedade e principalmente nas escolas, pois as crianças bem informadas sobre os problemas ambientais vão ser adultos mais preocupados com o meio ambiente, além do que, elas vão ser transmissoras dos conhecimentos que obtiveram na escola sobre as questões de conservação em sua casa, família e vizinhos. Isto é,

Agora, em pleno século XXI, já percebemos, no cotidiano, a urgente necessidade de transformações que resgatem o RESPEITO PELA VIDA, com justiça ambiental, equidade, diversidade, sustentabilidade e... beleza. Este é o desafio da Educação Ambiental na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, ao ressignificar o cuidado com a diversidade da vida como valor ético e político, fugindo da equação simplista ambiente = natureza. (Vamos cuidar do Brasil, 2007, p.05).

Em detrimento de um mundo cada vez mais globalizado, uma sociedade cada vez mais violenta e com o acelerado crescimento das cidades, que substituem os espaços verdes pelo concreto, tem-se tornado cada vez mais raro presenciar o contato direto da criança com a natureza.

Não obstante, a concepção de educação, sociedade e ambiente pressupõe alterações paradigmáticas em relação aos mais diversos aspectos da nossa organização político-social,

nos impelindo a mudança de valores e posturas. Sob esse prisma, um segmento com importante representatividade na sociedade é a escola, que por ser articuladora de potenciais educativos impõe repensarmos as estruturas clássicas da organização escolar atual e de como lidamos com os indivíduos educando e educador.

Ao se falar sobre a educação ambiental, o MEC (Brasil, 2007) nos informa que ela versa sobre uma educação que se propõe a fomentar processos continuados que possibilitem o respeito à diversidade biológica, cultural e étnica, juntamente com o fortalecimento da resistência da sociedade a um modelo devastador das relações de seres humanos entre si e destes com o meio ambiente. Portanto,

A humanidade sempre conviveu com o Planeta para crescer, se desenvolver e construir uma história nas suas relações com a natureza e com os outros seres vivos. Se considerarmos apenas o lado positivo dessa convivência, a proposta seria responder às necessidades básicas de todos os cidadãos em termos de água, alimentos, abrigo, saúde e energia. No entanto, principalmente no século passado, começamos a perceber inúmeras contradições causadas pelo esgotamento sem precedentes dos recursos naturais por modos de vida destruidores... (Vamos cuidar do Brasil, 2007, p. 05).

Segundo as pesquisas, a concepção de Educação Ambiental utilizada pelo MEC foi inspirada no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, produzido por iniciativa dos movimentos sociais na I Jornada Internacional de Educação Ambiental, que aconteceu durante a Rio 92, e que gerou a construção coletiva do texto final, aprovado em quatro idiomas e apresentado durante a Marcha do Fórum Global. O mesmo foi reavaliado e recebeu novas contribuições dos diversos setores da sociedade presentes nos eventos que fizeram parte da II Jornada Internacional de Educação Ambiental, durante a Rio+20. Além deste Tratado, a Carta da Terra e a Carta de Responsabilidades Humanas causou influência sobre a EA brasileira, direcionando ações das políticas educacionais no âmbito do MEC.

Desde 2003, o MEC coordenou o processo de realização das Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente - CNIJMA (quatro até o momento), estratégia de mobilização considerada pelo MEC como um processo formativo que envolve toda a comunidade escolar e promove a reflexão a partir da realidade escolar sobre as

responsabilidades compartilhadas no contexto socioambiental e a construção de conhecimentos e soluções, com a intencionalidade pedagógica de se buscar construir sociedades sustentáveis.

Com a frase “Educação Ambiental para um Brasil de Todos”, em 2003 o Governo Federal, resumiu a busca do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental - (OG). Que passou a ser formado por dois ministérios que atuam conjuntamente: o MEC representado pela Coordenação Geral de Educação Ambiental, da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), representado pela Diretoria de Educação Ambiental, na Secretaria Executiva. Um dos objetivos do OG é criar, juntamente com a sociedade, uma política pública, o Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA).

Com relação a educação escolar, em todos os níveis e modalidades de ensino, o MEC através do Órgão Gestor, tem o compromisso de apoiar todos aqueles que fazem parte da comunidade escolar, a se tornarem educadores e educadoras ambientais com um olhar crítico da realidade socioambiental.

Através do Decreto de 05 de junho de 2003, o Presidente da República instituiu a Conferência Nacional do Meio Ambiente, que foi coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente. Neste mesmo ano o MEC coordenou o processo de realização das Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente – CNIJMA, utilizando a estratégia de mobilização considerada pelo MEC como um processo formativo, envolvendo a comunidade escolar e promovendo a reflexão considerando a realidade de cada escola com relação as responsabilidades compartilhadas no contexto socioambiental e a construção de conhecimentos e soluções, com o propósito pedagógica de se buscar uma sociedade sustentável.

De acordo com o MEC, o objetivo da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) é pedagógico e busca apoiar as Secretarias Estaduais, Municipais e Distrital de Educação na promoção da participação social. Incentiva a mobilização e a ação sobre a dimensão política e social da questão ambiental, bem como a sua inserção e apropriação pelos sistemas de ensino nas dimensões de gestão, currículo e infraestrutura das unidades escolares.

Criado em 2009, o Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES), fruto das deliberações da III Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, realizada em 2009, constitui uma proposta de política desenvolvida para o ambiente formal de ensino,

visando apoiar a transição das escolas rumo à sustentabilidade. Portanto, decorre também de uma série de iniciativas já empreendidas pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.

Uma escola sustentável é, antes de tudo, uma escola que aprende, onde todas as pessoas, de todas as idades, aprendem, em dialogo permanente, extrapolando seus limites e envolvendo o bairro, a cidade e o mundo. Segundo o Brasil (2013, p.02),

Escolas sustentáveis são definidas como aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Esses espaços têm a intencionalidade de educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam.

A transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de três dimensões inter-relacionadas: espaço físico, gestão e currículo, que, de acordo com o MEC (2013 p.02), são definidas da seguinte forma:

- Espaço físico: utilização de materiais construtivos mais adaptados às condições locais e de um desenho arquitetônico que permita a criação de edificações dotadas de conforto térmico e acústico, que garantam acessibilidade, gestão eficiente da água e da energia, saneamento e destinação adequada de resíduos. Esses locais possuem áreas propícias à convivência da comunidade escolar, estimulam a segurança alimentar e nutricional, favorecem a mobilidade sustentável e respeitam o patrimônio cultural e os ecossistemas locais.
- Gestão: compartilhamento do planejamento e das decisões que dizem respeito ao destino e à rotina da escola, buscando aprofundar o contato entre a comunidade escolar e o seu entorno, respeitando os direitos humanos e valorizando a diversidade cultural, étnico-racial e de gênero existente.
- Currículo: inclusão de conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis no Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino e em seu cotidiano a

partir de uma abordagem que seja contextualizada na realidade local e estabeleça nexos e vínculos com a sociedade global.

Também em 2003, a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, realizada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério da Educação, transformando milhares de escolas em todo o Brasil, em espaços de mobilização, dando aos jovens, professores(as) e às comunidades a oportunidade de opinar, reunir e priorizar suas sugestões de como cuidar do Brasil. Neste contexto, foi criada a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA), cujo elemento estruturante na constituição de espaços educadores sustentáveis. É formado de um colegiado envolvendo estudantes, professores, gestores, funcionários, pais e comunidade, tendo como objetivo a promoção da sustentabilidade na escola e implantação da “Agenda 21”.

Diante do que foi pesquisado pode-se afirmar que a escola sustentável promove processos educacionais que ensinam seus alunos a repensarem seus atos relacionados ao meio ambiente. Também ensinam os valores éticos, morais, culturais e sociais, evidenciando a importância do respeito para com o próximo. Portanto, com a intenção pedagógica de constituir, de forma concreta a sustentabilidade socioambiental, a escola se preocupa em não agredir o meio ambiente, mas, fazer parte dele como um todo. Como diz Paulo Freire (2005, p.44-45), “é incrível não imaginar o significado do discurso formador que faz uma escola respeitada em seu espaço, na e pela limpeza do chão, na boniteza das salas, na higiene dos sanitários, nas flores que adornam o ambiente”.

1.7 A Importância do Socioambiental na Construção da Cidadania

A preocupação com o ritmo crescente e acelerado da degradação do meio ambiente e o comprometimento da qualidade de vida, sobretudo a partir de finais da década de 1970, tornou-se foco de atenção ganhando destaque e espaço cada vez maior nas agendas governamentais, da sociedade, das empresas e da mídia. Todas essas ações antrópicas fizeram com que surgisse a necessidade de estudar a interação do homem com o meio ambiente, com a finalidade de discutir estratégias da Educação Ambiental para garantir a sobrevivência humana e a preservação dos ecossistemas naturais para as futuras gerações (Cascino, 2003).

Desta forma Loureiro, Iayrargues e Castro (2009, p.25, 26).

Educação ambiental é uma prática que dialoga com a questão ambiental. E no senso comum, essa prática visa a uma mudança de valores, atitudes e comportamento para o estabelecimento de uma outra relação entre o ser humano e a natureza, que deixa de ser instrumental e utilitarista, para se tornar harmoniosa e respeitadora dos limites ecológicos.

Com um estudo mais aprofundado dos problemas ambientais, a sociedade, juntamente com os órgãos ambientais reguladores, passou a exigir junto das indústrias a adoção de novas práticas para se obter um melhor controle da degradação ambiental. Tal exigência, associada às dificuldades que as indústrias passaram a enfrentar, com legislações, por exemplo, os incentivaram a fazer algo pensando em proteger o meio ambiente.

No entanto esse conjunto de mudanças não ocorre tão facilmente, isso porque, ao mesmo tempo em que as empresas reconhecem a necessidade de conservar o ambiente, elas também veem nessas ações o aumento nos custos e diminuição dos lucros, ou seja pensar as questões ambientais em nível organizacional implica em mudar a visão dos dirigentes e, conseqüentemente, de todos os envolvidos na organização, ou melhor dizendo, o tema meio ambiente não deve mais ter o mesmo significado para a empresa e a população em geral.

Portanto a "natureza" do problema está no atual modelo de sociedade e seus paradigmas, que ressaltam os aspectos antropocêntrico, cartesiano, individualista, consumista, concentrador de riqueza, que gera destruição em sua relação de dominação e exploração, antagônico às características de uma natureza que é coletiva, que recicla, que mantém a vida.(Vamos Cuidar do Brasil, 2007, p.88).

Segundo Lima (2003, p. 114), “a acelerada intervenção humana na natureza, os desequilíbrios ecológicos e a degradação da qualidade de vida são temas por demais em destaque”. Os problemas ecológicos e de pobreza são resultados do modelo de desenvolvimento adotado, sendo essencial a busca de um estilo de desenvolvimento desejável à preservação da vida no planeta. Uma imagem que retrata bem o atual momento do meio ambiente no sistema capitalista está no pensamento de Freire (2012, p. 21) ao afirmar que,

Hipnotizados pelos espelinhos, percebemos crescentemente o capitalismo como gerador de escassez: enquanto aumenta o volume de brinquedos tecnológicos nas lojas, escasseiam o rio limpo para nadar ou pescar, o quintal com as suas árvores, o ar limpo, a água limpa, a rua para brincar ou passear, a fruta comida sem medo de química, o tempo disponível os espaços de socialização informal. O capitalismo tem necessidade de substituir felicidades gratuitas por felicidades vendidas e compradas.

A Educação Socioambiental tem sido definida como uma dimensão dada ao conteúdo e a prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa de cada indivíduo e da coletividade. E surge como uma nova dimensão educativa em meio a um contexto variado de problemas ambientais e à nova ordem social.

Assim sendo, tem como papel a construção e a reorientação dos comportamentos e atitudes dos alunos. Sabemos que a Educação Socioambiental não é a solução para todos os problemas ambientais, visto que os mesmos têm como raízes, por exemplo, questões econômicas e políticas. Mesmo assim, não podemos negar que a Educação Socioambiental se constitui em um movimento ético e histórico de grande importância para a construção de uma consciência ambiental diferenciada e comprometida com a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais e culturais. Nesse sentido uma das Competências Gerais da Educação Básica de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) é,

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (BNCC, 2017, p.09).

Desta forma, segundo a BNCC (2017) designa para os sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. “Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº

8.069/199016), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999)...” (BNCC, 2017, p.17).

Nesse contexto, cabe à escola uma parcela de contribuição nessas novas buscas. Devemos trabalhar na perspectiva de superação da visão ingênua e reducionista das novas gerações, assumindo a consciência de que a Educação Socioambiental é um instrumento que pode e deve ser utilizado como estratégia para embasamento de discussões acerca de problemas concretos. É importante ressaltar que a educação se apresenta como um processo contínuo, de excepcional relevância na formação do sujeito e da cidadania, tendo como um de seus objetivos a formação de cidadãos conscientes e atuantes, não aceitando tudo o que lhes é ofertado. Portanto, é a apropriação desses conhecimentos, numa perspectiva emancipadora e transformadora, e não meramente transmissora uma das metas de uma prática educacional dialógica e problematizado.

Neste sentido, para Freire (2011, p.38),

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Podemos, então, sintetizar o processo educativo considerado por Freire (2011) como aquele que planeja a formulação de problemas que são manifestações de contradições, cuja compreensão e superação são pretendidas. A contribuição educativa para o enfrentamento desse tipo de problemas ocorreria através da problematização de práticas e conhecimentos históricos que potencializam tanto a compreensão, como a superação de contradições. Assim, é possível interpretar que a ação educativa freiriana é sintetizada por um processo de codificação-problematização-descodificação. Trata-se, então, de localizar tais problemas e selecionar as práticas e conhecimentos em torno dos quais ocorre o processo educativo. Então,

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência

intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (Freire, 2011, p.38).

Os procedimentos teórico-metodológicos propostos por Freire para práticas docentes, com a finalidade de promover a perspectiva crítico-transformadora, são operacionalizados pela investigação e redução temática e necessitam de um coletivo de especialistas, tal qual podemos considerar os docentes das várias áreas do conhecimento que parametrizam disciplinas escolares, para serem consistentemente concretizados.

Sendo assim, a Educação Ambiental é aqui relacionada como fundamental na formação do cidadão. Está além dos muros da escola e deve ser ofertada em todas as camadas da sociedade em caráter permanente num processo dinâmico e integrativo estimulando mudanças de atitudes na formação de uma nova consciência na interação do homem com a natureza. Portanto, boa parte dos problemas ambientais tem suas origens na miséria, que é gerada pelos modelos econômicos centralizadores de riqueza, gerando uma má distribuição de renda e degradação ambiental. Neste sentido, o foco da Educação Ambiental não é apenas o enfoque ecológico de uma determinada questão ambiental, também se caracteriza por agregar as dimensões socioeconômicas, políticas, culturais, históricas, entre outras. Para Gonçalves (2005, p.143),

A dominação da natureza é um projeto absurdo, pois se o homem é também natureza, quem o dominaria? Deste modo, a formulação de um outro conceito de natureza envolve também um outro conceito de homem e, obviamente, de uma outra sociedade que tome a técnica por aquilo que ela verdadeiramente é, ou seja, apenas um meio para se atingir um determinado fim. E os fins que um determinado povo-cultura se coloca, como vimos, não são externos e imutáveis.

É importante ressaltar que a educação para a cidadania torna possível a motivação e sensibilização das pessoas para que convertam as diferentes formas de participação, em possíveis caminhos para a sociabilidade, com base no respeito e valorização da vida. Neste caso, deve ser vista como um processo de contínuo aprendizado que valoriza as diversas formas de conhecimento e formação dos cidadãos.

A Educação Ambiental conduz o discente a refletir criticamente práticas que possibilitem um redirecionamento das ações do indivíduo para o coletivo. Para Guimarães (2007, p. 87),

(...) É nessa relação dialética e dialógica entre o indivíduo e sociedade humana e natureza, entre as partes e o todo, que se constrói o processo de uma educação política que forma indivíduos (educando e educadores) como atores (sujeitos) sociais, aptos a atuar coletivamente no processo de transformações sociais em busca de uma nova sociedade ambientalmente sustentável. Nesse processo, nós (educandos e educadores) nos transformamos também, nos educamos, nos conscientizamos. Como nos disse Paulo Freire, ‘ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo; os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo’ - indivíduos que se transformam atuando nas transformações sociais, como um processo recíproco e simultâneo de transformação do indivíduo e da sociedade, e que se realizam no meio ambiente, ou seja, numa realidade complexa.

Na perspectiva de direcionar o acesso a informação a todos os seguimentos da sociedade além da prática pedagógica da Educação Ambiental já discutida e determinada nas conferências internacionais de meio ambiente, está incluídas as melhores condições de vida, democracia e cidadania. Portanto, o papel mais importante da Educação Ambiental é o desenvolvimento de processos educacionais que respeitem a diversidade dos ecossistemas e das pessoas, sendo incentivadores de hábitos que apresentem novas posturas diante das questões ambientais. É através da Educação Ambiental, que se permite um repensar relacionado às práticas sociais, que é essencial para impulsionar as transformações de uma educação que assume um compromisso com a formação de valores de sustentabilidade, como parte de um processo coletivo.

2. BREVE ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN

O presente capítulo tem como objetivo desenvolver uma abordagem teórica a respeito do estudo da criação do espaço urbano da cidade de Várzea. Porém para se fazer uma análise deste município torna-se necessário o conhecimento de alguns conceitos básicos de cidade. Segundo Kalina Vanderlei Silva e Marciel Henrique Silva (2006, p 52), "...de forma geral uma cidade é um aglomerado populacional organizado em um espaço geográfico específico, que possui administração própria, e onde a maioria dos habitantes não trabalha na produção de alimentos." Silva e Silva (2006, p.52) também menciona que, para o arqueólogo Gordon Childe,

...uma cidade se distinguiria das aldeias – ou seja das aglomerações humanas mais básicas – devido a seu tamanho e populaçãola cobrança de tributos, pela estratificação social visível na especialização profissional, pela construção em larga escala e pelo o surgimento de uma classe governante.

Ainda segundo Silva e Silva (2006, p 52), para Karl Marx "...a cidade representou a primeira grande divisão de trabalho na história, a divisão entre cidade e campo." Já para Max Weber (1999, p.408-414),

Pode-se tentar definir 'cidade' de formas muito diversas. Apenas uma coisa têm em comum todas as definições: que se trata, em todo o caso, de um assentamento fechado (pelo menos relativamente), um 'povoado', e não de uma ou varias moradias isoladas. Ao contrário, nas cidades (...) costumam as casas encontrar-se muito perto uma da outra, hoje em dia, em regra, geminada. (...) Somente queremos falar de 'cidade' no sentido econômico, tratando-se de um lugar onde a população *local* satisfaz no mercado local uma parte economicamente essencial de suas necessidades cotidianas, e isto principalmente com produtos que a população *local* e dos arredores produziu ou adquiriu *para a venda* no mercado. (...) a cidade é, em grau maior ou menor, *cidade de consumidores*, pois para as oportunidades aquisitivas dos artesãos e comerciantes é decisivo que residam em sua cidade aqueles grandes consumidoresrtentes a categorias econômicas variadas. (...) A relação entre a cidade, como portadora da indústria e do comércio, e o campo,

como fornecedor dos alimentos, constitui apenas uma parte de um complexo de fenômenos que se denominou economia urbana (...). O fato de que a cidade não é apenas uma acumulação de moradias mas também uma *associação econômica*, com bens de raiz próprios e economia de receitas e despesas, também não a distingue da aldeia, que conhece os mesmos fenômenos, por maior que possa ser a diferença quantitativa.

A urbanização é um fenômeno que continua em progresso em todo o mundo. No caso do Brasil, só a partir do século XX que teve início um intenso processo de urbanização com estreita relação com a industrialização e o esvaziamento da área rural. Foi um período marcado não apenas pelo aumento do número de habitantes nas cidades já existentes, mas também pelo nascimento de novas cidades. A urbanização que ganhou forma nessa época visa atender a demanda do modo de produção capitalista, no qual o espaço urbano passa a representar a reprodução da sociedade, no qual a cidade surge como a materialidade desse processo. Sendo assim,

O avanço da industrialização, a partir da década de 60, ampliaria sobre-modo seu poder modernizador sobre a agricultura. Contudo, esse poder foi parcial, tanto no sentido de que o progresso técnico atingiu majoritariamente alguns setores agrícolas e algumas regiões, como pelo fato de que o êxodo rural – tanto o gerado pelo progresso quanto o gerado pelo atraso – só foi em parte produtivamente absorvido pela economia urbana (Cano, 1989, p.67).

Não diferente do Brasil como um todo, no Nordeste o processo de urbanização vem se consolidando com rapidez e intensidade expressivas. Contudo, o crescimento econômico e o desenvolvimento social dessa região, têm ocorrido de forma desigual e descontínuo entre as áreas que o compõe. Essa desigualdade e descontinuidade fizeram surgir o delineamento de novas (micro) regiões - novos centros dinâmicos – que passam a ser destino preferencial do êxodo rural. Como resultado, caracteriza-se um novo espaço regional, marcados por aglomerações e centros com dimensões e perfis urbanos mais variados, além de novas tendências do contorno da organização das cidades.

Dentro da Região Nordeste, a urbanização do Estado do Rio Grande do Norte não foi diferente seguiu a mesma tendência da Região. E, entre os municípios deste Estado,

Várzea seguiu a mesma dinâmica de urbanização das cidades do interior da Região e do Estado.

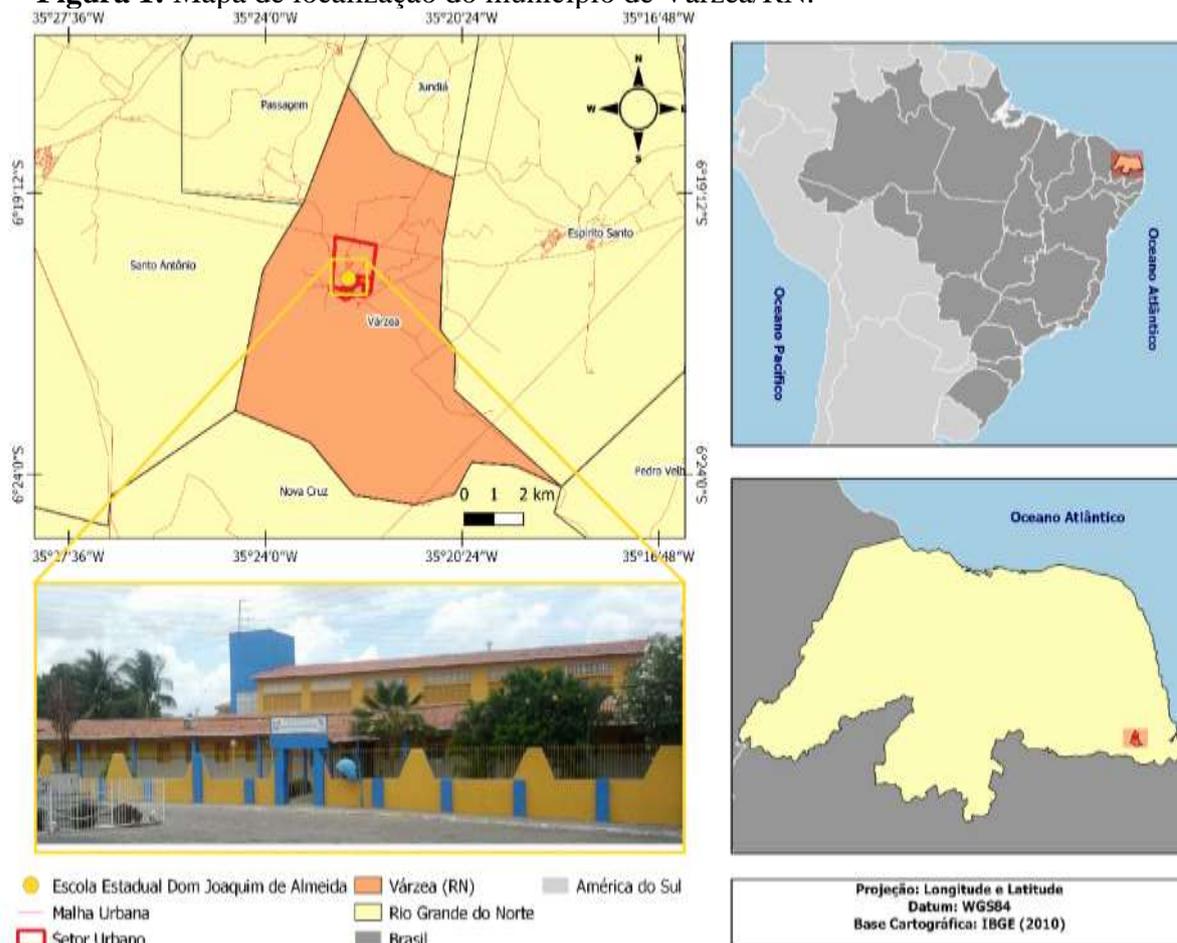
Segundo um estudo Socioeconômico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), o primeiro sinal de povoamento do atual município de Várzea teve início no final do século XIX, numa área às margens do Rio Jacu, e seus afluentes o Rio Joca e o Riacho Várzea. Na época, o povoado que estava surgindo pertencia ao município de Goianinha. A origem desta comunidade está diretamente relacionada a agricultores que, motivados pelo crescimento das atividades agrícolas e pecuárias no município sede, decidiram buscar novas terras para a expansão de suas atividades com a instalação de fazendas, sítios e moradias.

Por volta de 1930, toda a comunidade de Várzea já possuía mais de 200 casas e, aproximadamente 3.000 habitantes. Uma de suas primeiras edificações históricas do povoado foi a construção da Capela do Padroeiro, São Pedro. A mesma tornou-se um marco da devoção católica.

Em 20 de dezembro de 1959, através da Lei número 2.586, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 29 de dezembro de 1959, Várzea foi desmembrada do município de Goianinha, tornando-se mais uma cidade do Rio Grande do Norte. No ano de 1963, a Lei Nº 2.726 de 04 de janeiro de 1962, desmembrou-se de Várzea o município de Espírito Santo. Já no ano de 1997, a Lei Nº 6.985 de 09/01/1997, desmembrou-se mais distrito de território de Várzea surgindo o município de Jundiá.

2.1. Aspectos geográficos

Na atualidade, o município de Várzea, geograficamente está situado na micro região do agreste potiguar (Figura 1), em uma área de transição em terrenos baixos e planos que margeiam os cursos d'água, a uma distância de 76 km da capital Natal. Com uma variação pluviométrica anual de 700 mm, uma temperatura média de 27 °C e uma altitude média de 59 metros acima nível do mar, predominando o clima quente e semiárido.

Figura 1: Mapa de localização do município de Várzea/RN.

Fonte: Prefeitura Municipal de Várzea/RN (S/D)

2.2. Aspectos demográficos e sociais

Em 2010 a população total do município de Várzea era de 5.236 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 72,04 hab/Km². Com relação ao trabalho e rendimento, no ano de 2016, o salário médio mensal era de 1.5 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6.1%. No que diz respeito a economia, segundo as últimas pesquisas, o município apresentou um PIB *per capita* R\$ 6.725.47 (IBGE, 2010).

No que diz respeito a educação, segundo informações do ano 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 3.6 no IDEB. Já para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.4, enquanto a taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.8% em 2010. Quanto a saúde, de um modo geral, os últimos dados mostram uma taxa de mortalidade infantil média de 20.41 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.2 para cada 1.000 habitantes (IBGE, 2010).

Com relação a território e ambiente o município apresenta uma taxa de 13.3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado. Quanto aos domicílios urbanos em vias públicas, apresentam um índice de 90.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 4.1% com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). De acordo com o último Censo Demográfico, realizado pelo IBGE em 2010 (IBGE, 2010).

Figura 2: Imagem aérea do Município de Várzea/RN.



Fonte: Jean Willys Araújo Silva (2019).

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano, os municípios brasileiros foram avaliados na última década, e os índices correspondentes ao município de Várzea, o estado Rio Grande do Norte (RN), como também o Brasil estão indicados no quadro abaixo.

Quadro 3: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Várzea, RN e do Brasil, no ano de 2010.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	
Várzea	0,626
Rio Grande do Norte	0,684
Brasil	0,727

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2013).

2.3. Aspectos econômicos

O município de Várzea está localizado numa região predominantemente agrícola. Fazendas e sítios constituem sua subdivisão geográfica. Além da agricultura, a pecuária é outra fonte de renda importante da economia municipal.

Na agricultura é explorada, principalmente, as culturas de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), batata doce (*Ipomoea batatas* (L.) Lam.), coco baía (*Cocos nucifera* L.), cana de açúcar (*Saccharum officinarum* L.), manga (*Mangifera indica* L.), caju (*Anacardium occidentale* L.), entre outras frutas. Já na pecuária, é predominante a criação de bovino misto, mas também existe uma boa criação de aves caipiras, suínos e equinos. Salientado que, ambas as culturas são comercializadas na feira livre do município, que acontece aos domingos. O excedente é destinado para as feiras dos municípios circunvizinhos.

2.4. Os aspectos morfoclimáticos

Ao falarmos dos aspectos morfoclimáticos da microrregião agreste potiguar onde Várzea está situada, isto quer dizer que teremos que falar da combinação de um conjunto de elementos da natureza - relevo, clima, vegetação - que estão inter-relacionados e interagindo na formação de uma unidade paisagística inserida, geologicamente, na Província Borborema (CPRM, 2005).

Como já foi mencionado, com relação ao clima, do município de Várzea é do tipo muito quente e semi-árido, apresentado uma estação chuvosa. Quanto ao período chuvoso acontece entre os meses de março a julho. No que se refere a temperatura, o município normalmente alcança anualmente um índice máximo em torno de 32,0 °C, uma média em torno de 25,6°C e uma mínima em torno de 21,0°C, com a umidade relativa média anual de em torno 72% (IDEMA, 2018).

Além da vegetação nativa, existe uma planta exóticas, que detém um certo destaque pelo seu valor econômico, que é a algaroba (*Prosopis juliflora* (Sw) DC) , introduzida no Nordeste Brasileiro, na década de 1940, originaria do Peru. No Rio Grande do Norte, sua disseminação aconteceu em torno do ano de 1946. Por volta de 1955, segundo informações de pessoas da comunidade, vários pés de algarobas foram plantados no município, em algumas propriedades rurais e também no terreno dentro da escola estadual. No entanto, da

plantação dessa instituição, só restou uma árvore, cuja localização se encontra em uma área que hoje não pertence mais a escola e sim a uma praça pública ao lado da mesma.

Em relação aos recursos hídricos, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Jacu. A cidade é banhada pelo rio Joca, que, em tempos remotos, no seu leito transcorria águas cristalinas e potáveis, no qual era possível tomar banho e até beber, além de ser utilizado para pesca. Na atualidade, a paisagem do rio está modificada, com a construção de casas, contribuindo para a devastação da vegetação do seu entorno e a poluição do mesmo, através do lixo e dos esgotos despejados em seu leito, tendo como consequência o assoreamento e propagação de insetos causadores de doenças (IDEMA, 2018).

2.5. A trajetória educacional do município de Várzea-RN

Não podemos trabalhar a trajetória educacional do município em questão, sem antes fazer uma rápida e objetiva análise, inclusive histórica, sobre o que se entende por educação. Sendo assim, sabe-se que a educação sempre esteve presente na história da humanidade desde os tempos mais distantes e que, educar significava viver a vida e o cotidiano da comunidade, ouvindo os relatos e os ensinamentos dos mais velhos, baseados em suas experiências e, como consequência, a formação de indivíduos para atuarem em seu grupo social e em comunidade. Portanto, aprendia-se fazendo, tornando o saber, a vida e o trabalho, inseparáveis.

Numa rápida retrospectiva histórica, a educação na Grécia Antiga era denominada de Paidéia, cujo início foi comunitário e, o desenvolvimento da sociedade a tornou específica com a existência de uma educação direcionada a nobreza, outra para os plebeus e nenhuma voltada para os escravos. É neste contexto que surge o pedagogo, no caso, era um escravo responsável pela condução da criança à escola e pela sua educação.

Também na Roma Antiga a educação, assim como na Grécia, teve um início comunitário, porém se desenvolveu de forma diferenciada, isto porque a formação do patriarca agricultor distinguia-se do cidadão. Posteriormente, surge a escola primária, que corresponde a escola de primeiras letras gregas. Surge igualmente a escola gramáticos, e depois a *Lector*. É importante salientar que existia em Roma uma direcionada a formação dos trabalhadores na oficina de trabalho, como também o cidadão era educado para empregar seu saber na sociedade.

Com o desenvolvimento do Cristianismo na Europa Antiga a escola surge com uma educação com a intenção de salvar almas, e esse direcionamento durou até o final do século

XIX, quando Émile Durkheim começou a ligar educação e sociedade. Segundo Filloux (2010, p 15).

Durkheim recorre à ‘observação histórica’, para afirmar que ‘cada sociedade, considerada num momento determinado de seu desenvolvimento, tem um sistema de educação que se impõe aos os indivíduos’. Cada sociedade fixa um certo ‘ideal do homem’, do que ele deve ser, do ponto de vista intelectual, físico e moral, sendo esse ideal o próprio polo que norteia a educação. A sociedade só pode viver ‘se existir entre seus membros uma suficiente homogeneidade’. A educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando, antecipadamente, na alma da criança as alianças fundamentais exigidas pela vida coletiva.

Entretanto, foi apenas a partir da Idade Média, na Europa, que a educação se torna um produto da escola e um conjunto de pessoas, em sua maioria religiosos. Nesta época, mesmo com o ensino reservado às classes privilegiadas, não existia uma separação entre crianças e adultos. Portanto, a partir do século XVII a escola começa a surgir como instituição, nos moldes em que a conhecemos na atualidade.

É importante ressaltar que o surgimento da escola como instituição está profundamente relacionado ao desenvolvimento do capitalismo. Com a Revolução Industrial, no século XVIII, surge a necessidade de um número maior de pessoas que tivessem o conhecimento do saber ler, escrever e contar, para serem projetados nas indústrias que estavam surgindo. Enfim, segundo Filloux (2010, p 15/16) ao analisar Émile Durkheim, ressalta que:

Através da educação, o ‘ser individual transforma-se em ‘ser social’. Trata-se, no entanto, de uma homogeneidade relativa – nas sociedades caracterizadas pela divisão do trabalho social, quanto mais as profissões são diferentes e solidárias, mais se torna indispensável uma certa heterogeneidade: ‘Chegamos, portanto, à seguinte fórmula. A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que não estão ainda maduras para a vida social. Tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais, que requerem dela tanto a sociedade política em seu conjunto, quanto o meio especial ao qual

ela é mais particularmente destinada... Resulta da definição acima que a educação consiste em uma socialização metódica da jovem geração'

2.6 Principais acontecimentos que marcaram o início da educação no município Várzea-RN

Ao iniciarmos esse resgate dos principais fatos que marcaram a história da educação e do surgimento da escola no município de Várzea, se faz necessário uma rápida análise do que é escola. Neste sentido, Silva (2002, p.196) diz que:

A escola é o *lócus* de construção de saberes e de conhecimentos. O seu papel é formar sujeitos críticos, criativos, que domine um instrumental básico de conteúdos e habilidades de forma a possibilitar a sua inserção no mundo do trabalho e no pleno exercício da cidadania ativa.

Não podemos trabalhar o conceito de escola sem citar Paulo Freire, que majestosamente definiu em seu poema Escola é,

... o lugar que se faz amigos./Não se trata só de prédios, salas, quadros,/ Programas, horários, conceitos.../Escola é sobretudo, gente/ Gente que trabalha, que estuda/ Que alegra, se conhece, se estima./O Diretor é gente,/O coordenador é gente,/O professor é gente,/O aluno é gente,/ Cada funcionário é gente./E a escola será cada vez melhor/ Na medida em que cada um se comporte/ Como colega, amigo, irmão./ Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”/ Nada de conviver com as pessoas e depois,/ Descobrir que não tem amizade a ninguém./ Nada de ser como tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só./ Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,/ É também criar laços de amizade,/ É criar ambiente de camaradagem,/ É conviver, é se “amarrar nela”!/ Ora é lógico.../ Numa escola assim vai ser fácil!/ Estudar, trabalhar, crescer,/ Fazer amigos, educar-se, ser feliz./ É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo. (Paulo Freire)¹.

¹ Poema: “A Escola” de Paulo Freire. Disponível em:
<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=15356>

A partir do rápido conceito de escola, pode-se trabalhar com resgate do processo de surgimento e formação da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida. É importante ressaltar que seu desenlace se dá a partir das memórias de um ex-aluno da escola pesquisada, George Luiz Coelho Cortês. Em seu trabalho (2001, p 01) ele descreve a seguinte trajetória da educação deste município:

1950 (27 de setembro) - criação das Escolas Reunidas, denominação do conjunto de salas de aula, localizadas em Várzea, distrito de Goianinha conforme a figura 3.

Figura 3:Registros das primeiras atividades educacionais da instituição em 1951.



Fonte: Terezinha Bento Ribeiro de Oliveira (1951).

1959 - Promoção à categoria de Grupo, com o nome de Grupo Escolar D. Joaquim de Almeida, homenagem ao primeiro bispo potiguar, nascido em Goianinha. O Grupo oferecia ensino para as duas primeiras séries primárias, inicialmente.

1959 a 1962 - Período com ensino oferecido às quatro primeiras séries primárias por, no máximo, três professoras. Ensino sempre sujeito a desistência de professoras convidadas, em virtude de não pertencerem ao quadro permanente da Escola. Nestes casos se incluem as colaborações de Terezinha Pereira e de Letícia Liberato Ribeiro.

1963 - Pela primeira vez, o Grupo Escolar funciona com o curso primário completo e tem seu quadro de professores aumentado. Início da participação das professoras nos Ciclos de Treinamento de Professores Leigos em Natal, atividade obrigatória para a função de sala de aula e nomeação.

1964 - Construção do muro em torno do perímetro da Escola, antes isolada por aremes aos fundos.

1965 (outubro) - Dispersão de alunos e professores, em decorrência de um resultado de eleição estadual, iniciando-se nefasto processo de divisão e de partidarização do ambiente escolar da cidade. Ingresso novo contingente de professores e funcionários de apoio a administração.

De outubro de 1965 a dezembro de 1966 - o ensino se desenvolve em dois ambientes com feições partidárias: no próprio Grupo Escolar (para alunos cujos pais simpatizavam com o governo estadual) e em outros locais, como casas cedidas por particulares, sacristia da Igreja de S. Pedro e salas da Prefeitura Municipal (para alunos cujos pais opunham-se à facção governista estadual).

1967 - Retorno ao Grupo Escolar de alunos e professores dispersos, sob a direção conciliadora de Jandira Gomes Teixeira. Improvisação da sala de direção dando início ao projeto Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) para aulas noturnas destinadas a adultos e jovens.

1973 - Implantação do Projeto Logos II para professores leigos obterem diplomação no ensino do 2º grau.

1978- Início das comemorações da Semana da Cultura, que se tornou tradicional no calendário anual da cidade. O Grupo Escolar recebe nova denominação (Escola Estadual D. Joaquim de Almeida) e autorização para funcionamento de todas as séries do ensino fundamental (1º a 8º séries).

1982 - Autorização para funcionamento do ensino médio profissionalizante (então, conhecido como 2º grau): criação do Centro Cívico Pasqualino Teixeira e elaboração do Regimento Escolar.

1987 – Criação do Conselho Escolar e do Estatuto do Aluno.

1996 – Implantação do curso profissionalizante em magistério.

2.7 O processo de surgimento e desenvolvimento da escola

Segundo Cortês (2001, p 02), “a história das escolas do município de Várzea se confunde com o desenvolvimento da comunidade. Portanto, conhecer esse processo representa um resgate de suas origens”. Nada é tão importante para uma sociedade quanto conhecer e valorizar a sua história e suas raízes nos aspectos mais verdadeiros de sua identidade cultural, tirando lições dos erros cometidos, objetivando uma evolução futura.

De acordo com o relato de Cortês (2001, p 03), “legalmente a atual Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida surgiu como estabelecimento de ensino em 27 de setembro de 1950 e neste período o atual município de Várzea ainda era um distrito do município de Goianinha”. Recebeu a denominação de Escolas Reunidas, sem autonomia administrativa centralizadas e fisicamente estruturada com um conjunto de salas espalhadas nas áreas urbana e rural do distrito. Posteriormente foi elevado a grupo escolar, passando a se chamar Grupo Escolar Dom Joaquim de Almeida. Em 1978 o estabelecimento adquiriu um novo status, agregando o Ensino Fundamental da 1ª a 8ª séries, recebendo a atual denominação.

Ressaltando que a escola sempre funcionou com grandes dificuldades, gerando um ensino precário, como por exemplo, durante a década de 50 esse processo de ensino/aprendizagem não passou por pouca ou nenhuma modificação. Foi um período em que algumas salas de aulas funcionavam muitas vezes em residências cedidas por particulares, onde as aulas ocorriam ao mesmo tempo para alunos de séries diferentes, situação que atesta a grande dificuldade da educação no distrito. Essas dificuldades foram mais difíceis para escolas mais carentes, como as de Nova Esperança, Lajedo Grande, Jundiá de Cima e na própria sede distrital.

2.8. Mestras pioneiras e gestores

Muitas professoras fizeram parte e contribuíram enormemente com o processo de implantação da educação em Várzea, enquanto distrito e, posteriormente município. Segundo Cortês (2001, p.04), dentre as muitas mestras que passaram pelo ensino em Várzea e arredores foram Benedita Marque, Ester Teixeira Lopes, Brasilina Bernardo de Freitas, Valtudres Mollic, Siraira Ferreira Lopes, Lourdes Batalha de Oliveira e outras. Algumas delas lecionaram durante curta temporada: Lourdes Batalha (na sede distrital) e Brasilina Bernardo (em Jundiá de Cima) se destacam por terem desempenhado por longo período o serviço no magistério local, ensinando durante décadas em salas de aula improvisadas em residências particulares.

Após as primeiras professoras, algumas delas, tão pouco conhecidas da atual geração começam a surgir no cenário do magistério local. Aquela mestra que – sem dúvida – fincou os alicerces do ensino sistemático na região foi a professora Zilda Roriz de Oliveira. O seu longo período no exercício de professora e de diretora, o gerenciamento disciplinador e competente a frente do Grupo Escolar e as bases comportamentais por ela implantadas, mostram até hoje, que suas ações resultaram na formação de um grupo de futuras professoras

primárias leigas, de alunos com bom nível de aprendizagem e educação. Portanto, a professora e primeira diretora, Zilda Roriz plantou as bases mais fecundas para o futuro da comunidade varzeana. Ela e diversas outras mencionadas neste trabalho merecem o registro de gratidão do povo. Nessa época também vale ressaltar que já era comemorado o dia da árvore, que foram as primeiras ações efetivas relacionadas para o cuidado com meio ambiente da escola (Cortês, 2001).

Em outubro de 1965, a então diretora Zilda Roriz é substituída por Maria Dalva da Silva, tornando-se a segunda diretora. A sua curta temporada foi marcada pelas dificuldades de gerenciar a escola em virtude da dispensa de professores e funcionários que foram substituídos por outros, em função do momento político vivido na época. Salientado que o seu trabalho sempre foi desempenhado com dignidade e respeito.

A terceira diretora do Grupo Escolar Dom Joaquim de Almeida, a jovem Jandira Gomes Teixeira, assumiu em janeiro de 1967 até 1971. Apesar de todas as dificuldades políticas e educacionais vividas no momento, realizou um trabalho muito proveitoso e meritório, reconstruindo o ambiente educacional e trazendo de volta tudo que era necessário para o bom andamento da educação (Figura 4).

Figura 4: Turma da quinta série no alpendre frontal da escola em 1969.



Fonte: George Luiz Coelho Cortês (1969).

Entre 1971 e 1976 o Grupo Escolar teve duas diretoras: Izélia Alves da Costa, que permaneceu na direção de maio a dezembro 1971 e Oneide Mauricio de Queiroz, que exerceu a função de diretora entre 1972 a 1976. Com relação a gestão de Izélia Alves da Costa, foi marcado por dificuldades administrativas, embora a mesma tenha conduzido o seu trabalho com regularidade e bom rendimento. Quanto a gestão de Oneide Mauricio de Queiroz, apesar da sua pouca familiaridade com a pedagogia escolar, implantou importantes e audaciosos projetos para a época, como a Biblioteca denominada de Banco do Livro, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e o projeto Logos II, que tinha como objetivo a formação de professores leigos.

De maio de 1976 a dezembro de 1986, a direção da escola esteve a cargo de Gabriela Mauricio Pontes. Sua gestão foi marcada por ações que se tornaram relevantes para a educação no município, como a implantação do Ensino Fundamental completo (de 1ª a 8ª séries) e, posteriormente, o curso de 2º Grau em nível técnico, de Formação Profissionalizante no Setor Primário (atualmente, correspondendo ao Ensino Médio). Salientando que, nesse período em que a referida gestora esteve à frente da instituição, foi também oferecido um curso de horta para os alunos do ensino técnico, o que, para a época e na realidade, fez uma grande diferença na forma de dirigir uma unidade escolar pública (Figura 5).

Figura 5: Implatação da horta 1982.



Fonte: Gabriela Mauricio Pontes (1982).

Outros atos administrativos desta mesma gestora, foram a ampliação das instalações (como a construção de seis salas e de uma quadra esportiva), a criação do Centro Cívico e a elaboração do Regimento Escolar.

É importante salientar que, em sua longa trajetória como gestora desta instituição, a professora Gabriela Mauricio Pontes implantou na escola o evento que ficou conhecido como Semana da Cultura, que, após tornar-se um acontecimento anual de grande interesse, posteriormente passou a ser um evento tradicional para a cidade, comemorado em praça pública no mês de agosto (Figura 6).

Figura 6: Visão frontal da Escola em 1980.



Fonte: Gabriela Mauricio Pontes (1980)

Entre de 1987 e 1991, a escola foi dirigida por Terezinha Bento Ribeiro de Oliveira, que organizou o Conselho Escolar e o Estatuto do Aluno. Foi substituída por Manoel Benício da Silva, cuja gestão ocorreu entre 1991 e 1995, período no qual restaurou e construiu salas de aula, além de promover cursos de artesanatos. É importante ressaltar que, nessa época, toda a estrutura da escola era muito precária e os motivos alegados para tamanha precariedade, eram as dificuldades pelas quais passava o governo estadual. Nesta gestão também foram realizados eventos esportivo envolvendo tanto a escola quanto a comunidade, além de ter sido criada uma comissão de justiça disciplinar, cujo objetivo era julgar os casos da falta de disciplina nas práticas esportivas.

Nessa época era comemorado o dia da árvore e, o referido gestor realizou ações com a finalidade de plantar árvores juntamente com os alunos, no pátio da escola. Período também em que construiu uma pracinha. Porém, em declaração, o referido gestor disse que, bem mais importante do que ser diretor, para ele, foi a sua contribuição como professor da escola.

No ano de 1996, esteve à frente da gestão escolar, por um curto período, menos de um ano, Ernocite Mauricio de Alexandria. Neste mesmo ano, assume a direção da escola Maria Salomé de Freitas, que vai até 1999 período no qual implantou o curso de magistério, possibilitando a habilitação das pessoas da comunidade para trabalharem com o ensino fundamental I. Foi também na sua gestão que foi reimplantado o curso supletivo para alfabetização de jovens e adultos, além de restaurar as instalações da escola.

No ano de 1999 tem início uma nova gestão, assumida por Maria Lenice de Carvalho, que permanece a frente da instituição até 2003. Neste período, ela conseguiu suprir, em boa parte, a falta de professores com vínculo permanente, através de concurso público realizado pelo Estado no ano de 2000. É importante ressaltar que quase 100% desses novos profissionais vieram do Estado vizinho, a Paraíba. Além disso, foi implantado o Projeto Alvorada II, que possibilitou mudanças na estrutura física da escola e a implantação das primeiras ações para a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Em 2003, assume a direção da instituição Maria José Costa da Silva, que permanece no cargo, por indicação, até 2005. Nesse período da sua gestão, conseguiu concretizar o Projeto Alvorada II, em que a escola foi beneficiada com uma melhora na estrutura física, sendo construído um segundo piso com quatro salas para serem utilizadas como laboratório de ciências e informática, biblioteca, sala de vídeo e aula.

Em 2005, foi sancionada pelo governo do Estado, a Lei nº 290, de 16/02/2005, que estabelecia a eleição como forma de escolha democrática para os gestores das escolas públicas estaduais. No caso desta escola, a então diretora, Maria José Costa da Silva, foi eleita pela comunidade escolar, para ocupar a direção, por um período de dois anos, podendo ser reeleita para um mandato de mais dois anos, o que aconteceu em 2007, fazendo com que ela permanecesse na direção da instituição até 2009.

Ao ocupar a direção da instituição através desta nova forma de escolha, para desempenhar uma gestão democrática, a mesma conseguiu desenvolver ações pedagógicas como a Feira de Conhecimento, comemoração da semana do Meio Ambiente, como também realizar projetos relacionados ao Meio Ambiente, culminando, como resultado, na construção da primeira praça ecológica da escola. Além disso, a gestora conseguiu dinamizar

os estudos pedagógicos para a formação dos professores e equipe de apoio, geralmente relacionado ao estudo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Figura 7: Visão frontal da instituição em 2005.



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2005).

Como se pode observar, a Lei Estadual acima mencionada, relativa a eleição para gestores e também da gestão democrática, torna-se necessário salientar o que vem a ser uma gestão democrática para as escolas públicas estaduais neste Estado. Sendo assim, nada é mais esclarecedor do que a análise de Moacir Gadotti e José E. Romão (2004, p.16) ao mencionarem que.

A participação possibilita à população um aprofundamento do seu grau de organização. [...] ela contribui para a democratização das relações de poder no seu interior e, conseqüente, para a melhoria da qualidade do ensino. Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade todos os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida. (Romão, 2004, p.16).

Em janeiro de 2012, esta mesma gestora, Maria José Costa da Silva, inicia seu quarto mandato, para o qual foi eleita no final de 2011, ocupando a gestão até 2013. Nesse período, implantou o Projeto Mais Educação, desenvolvido na esfera federal e destinado ao Fundamental II, possibilitando o aluno passar o dia na escola.

No período de 2010 a 2011, a escola foi administrada pelo professor Josinaldo Clemente da Silva, tornando-se o segundo gestor escolhido pela comunidade escolar através do voto democrático. Sua gestão foi marcada pela melhoria na infraestrutura da instituição, como a iluminação da parte externa do prédio e do 1º andar, recuperação total da cobertura do vão de entrada da mesma, reconstrução da calçada lateral, instalação de uma grade de proteção em cima do muro e pintura da escola. Conseguiu também organizar uma banda marcial com recursos do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE). Além disso, incentivou ações ambientais como a comemoração da semana do meio ambiente e a implantação de canteiros verdes na escola.

No final do ano de 2013, foi realizada mais uma eleição para a escolha de um novo gestor para dirigir a instituição no período de 2014 a 2016. Foi eleita então, a funcionária Elineide Belo de Alexandria. Ao iniciar sua gestão, a mesma teve que enfrentar inúmeras dificuldades e a principal foi a falta de professores. Mas, com o passar do tempo, o problema foi sendo solucionado, com a chegada de novos profissionais, que passaram a fazer parte do quadro de funcionários da escola. Outra dificuldade pela qual a referida gestora teve que lutar, foi o desabamento do teto de uma sala de aula, o que exigiu uma vistoria geral do prédio pela equipe de engenharia da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEEC), que autorizou uma reforma das salas de aula.

Neste período, utilizando os recursos do PDDE, a diretora acima mencionada, conseguiu construir um banheiro com acessibilidade, inexistente no espaço da escola, além da aquisição de uma cadeira de roda e de um bebedouro IBBL. Também com recurso do PDDE, destinado a estrutura da instituição, foi construída uma praça sustentável, além disso foi feita a climatização de quatro salas de aula e das salas da diretoria e da secretaria. É importante ressaltar que, nesta gestão foram desenvolvidos e implantados alguns projetos e ações, como o Projeto Setembro Cidadão, Horta e Jardinagem e Pau de fita cultural, estes, dentro do Projeto Mais Educação.

No ano de 2017, teve início uma nova gestão e para exercê-la, no final de 2016 foi eleito o professor Edson Coelho de Oliveira, que ocupará a direção da escola até 2019. Durante os dois anos em exercício, a atual gestão vem buscando fortalecer seus princípios norteadores através das vias nos meios colegiados e nas ações da escola, desenvolvendo

intervenções efetivas importantes para a atual realidade deste estabelecimento de ensino. Neste sentido, ressalta-se a atualização do Regimento Interno Escolar, a criação do Grêmio Estudantil, os planos de ação da coordenação e da escola, a realização da Feira de Conhecimento, a implementação do projeto, de encontros e reuniões com a equipe docente, cujo objetivo é a reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem, além de buscar o cumprimento do calendário escolar, a implementação da hora/atividade e o apoio aos alunos no desenvolvimento de projetos e ações.

Também há um empenho no sentido da escola participar dos projetos externos, como as olimpíadas (esportivas/matемática) e os concursos (redação/jovem senador, etc.). Além disso, disponibiliza um grande apoio aos projetos internos, como o uso da biblioteca para a realização do projeto “Um Livro na Mão, leitura em ação”. É importante registrar que a atual gestão se empenha em implementar atividades nas datas comemorativas. No momento atual, a equipe gestora iniciou a atualização do Projeto Político pedagógico (PPP) da escola.

2.9 A atual Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida

Na perspectiva do Projeto Político Pedagógico (PPP-2013), a Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, como uma instituição pública, que busca cada vez melhor atender à comunidade e que tem como marco referencial o resgate da cidadania, e o conhecimento sistematizado. Tem por missão oferecer uma educação de qualidade, pautada nos princípios de uma democracia participativa, comunitária, cristã e ambiental, tornando-se um espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício de sua plena cidadania

Sendo assim, para os PCNs (1999, p.29/30), incorporam-se como diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular as quatro primícias apontadas como eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea: Aprender a conhecer (...) Aprender a fazer (...) Aprender a viver (...) Aprender a ser.

Segundo a Lei de Diretrizes de Bases - LDB, em seu artigo 2º, diz que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (PCN, 1999, p.39).

Sabendo que o termo pleno desenvolvimento significa cuidar não apenas da tarefa de ensinar os conteúdos clássicos, mas, também de dar conta de outras dimensões que fazem parte de cada pessoa, a escola busca, através da coletividade da comunidade escolar, caminhos para a realização desse desafio. Para isso, se volta não apenas para a transmissão do conhecimento, mas também enfatiza outros aspectos: as formas de convivência entre as pessoas, o respeito, as diferenças, a cultura escolar, o individualismo e o desempenho dentro do coletivo.

Com relação ao processo avaliativo da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, vale ressaltar que a mesma valoriza o desenvolvimento do aprendizado dos estudantes, buscando uma avaliação permanente do ensino oferecido a eles. Essa avaliação é resultante da observação, coleta de dados, registros, reflexão e análise sobre o desempenho dos mesmos ao longo do ano letivo. Considerando a apropriação do conhecimento, o domínio das habilidades, competências e atitudes, a avaliação, parte integrante do processo ensino-aprendizagem, é, portanto, contínua, cumulativa, e de fundamental importância no desempenho do estudante, mediante a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Ou seja, para os PCN (1999, p 82),

A diversificação deverá ser acompanhada de sistemas de avaliação que permitam o acompanhamento permanente dos resultados, tomando como referência as competências básicas a serem alcançadas por todos os alunos, de acordo com a LDB, as presentes diretrizes e as propostas pedagógicas das escolas.

A Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida é destinada ao atendimento da educação básica. Visando a transformação social, a escola, campo de desenvolvimento da educação em consonância com o mundo do trabalho, oportuniza aos educandos do Ensino Médio integrar-se ao mercado de trabalho. De acordo com os PCN (1999, p.79),

Âmbito privilegiado do aprender a ser, como a estética é o âmbito do aprender a fazer e a política do aprender a conhecer e conviver, a ética da identidade tem como fim mais importante a autonomia. Esta, condição indispensável para os juízos de valores e as escolhas inevitáveis à realização de um projeto próprio de vida, requer uma avaliação permanente, e mais realista possível, das capacidades próprias e dos recursos que o meio oferece.

Esta instituição possui uma autonomia financeira, que é gerenciada internamente por meio do Caixa Escolar e Conselho de Escola. Recebe recursos dos programas: *Programa Dinheiro Direto na Escola* (PDDE) Educação Básica e (PDDE) Educação Integral, *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE), *Programa de Autonomia da Gestão das Unidades Escolares* (PAGUE).

Enfim, a Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida é reconhecida na comunidade quanto ao seu nível de ensino e suas práticas de mobilização envolvendo a população, destacando-se com a semana da cultura, projetos relacionados com meio ambiente (Figura 8-11), feira de conhecimentos, grupos culturais, caminhadas, estudos e palestras, aulas de campos, entre outros.

Figura 8: Exposição peças artesanais reutilizando materiais recicláveis em 1980.



Fonte: Gabriela Mauricio Pontes (1980)

Figura 10: Projeto Uma Ação pela Cidadania: a luta pelo sócio ambiental 2007.



Fonte: josinaldo clemente da silva (2007)

Figura 9: Minicurso as práticas ambientais no Município de Várzea/RN



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2005)

Figura 11: Ecopraça do saber Inaugurada em 2008.



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019)

A referida instituição, vem desenvolvendo suas atividades educacionais com princípios e incentivos sócios ambientais, desde o ano de 1950 e foi criada através do

Decreto nº 8.394/82, autorizada conforme Decreto ou Portaria do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Norte, no ano de 1982.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta etapa busca elencar os tipos de pesquisa utilizados para obtenção dos dados e caracterizar tanto os espaços nos quais foram efetuadas as ações de prospecção de informações, como a população de amostra escolhida para as observações. Por fim, esclarecer quais foram os procedimentos para coleta e análise dos dados. É importante destacar que, “...o método não representa tão-somente um caminho qualquer entre outros, mas um caminho seguro, uma via de acesso que permita interpretar com a maior coerência e correção possíveis as questões sociais propostas num dado estudo, dentro da perspectiva abraçada pelo pesquisador”. (Oliveira, 1998, p.17).

É nesta perspectiva que Gil (2008) afirma que “a Ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos. (p. 8) e para isso vale-se da pesquisa como elemento indissociável que se conceitua como um processo formal e sistematizado de desenvolvimento do método científico. “O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. (Gil, 2008, p. 28).

Campoy (2018) enfatiza que a ciência fornece informações científicas que significam e contribui com o conhecimento.

Atualmente, a ciência pode ser entendida como uma atividade humana que nos permite entender a realidade gerando ideias e verificando-as através de experimentos e observações. Ou seja, é o conjunto de todo o conhecimento sistematicamente estruturado, que obtidos através da observação e do raciocínio, permitindo a dedução de princípios e leis gerais. (Campoy, 2018, p.35).

3.1 Problemas e objetivos

No que se refere ao problema questionado pelo estudo, que é o envolvimento da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida com o meio ambiente, registra-se em sua história a existências de alguns projetos que marcaram a participação e a preocupação desta instituição para com o cuidado ambiental. Os principais projetos relacionados com o meio ambiente, que proporcionaram as condições para a realização de ações ambientais são: As práticas ambientais no Município de Várzea/RN (2005); II Conferência Nacional Infanto-

Juvenil pelo Meio Ambiente (2005/2006); III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (2008/2009); Uma Ação pela Cidadania: a luta pelo socioambiental (2007); IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (2013); Educação Ambiental e Construção de Valores: formação socioambiental na escola (2015), e atualmente a instituição está trabalhando o Projeto Promovendo a Educação Ambiental Através de Ações Sustentáveis na Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida (2019) (Figura 12-17).

Figura 12: Participação na II Conferência Infanto-juvenil sobre Meio Ambiente na Escola (2006).



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2006).

Figura 13: Projeto “Uma Ação pela Cidadania: a luta pelo sócio ambiental (2007).



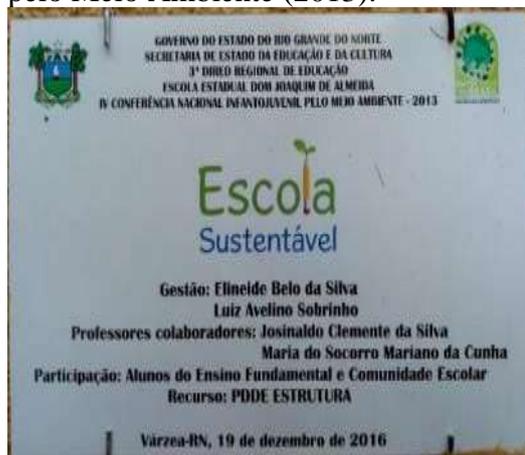
Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2007)

Figura 14: IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (2013).



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2013)

Figura 15: Resultado da participação IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (2013).



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019)

Figura 16: Escola sustentável - Semana do meio Ambiente 2018.



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2018)

Figura 17: Projeto Promovendo a Educação Ambiental Através de Ações Sustentáveis na Escola dia mundial da limpeza (2019).



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019)

Referente ao problema de investigação da pesquisa, foi verificar: qual a realidade socioambiental a partir das ações realizadas no decorrer da trajetória histórica na percepção de diferentes atores da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, na cidade de Várzea/RN?

É nesta perspectiva que o presente trabalho tem como objetivo geral Analisar a realidade socioambiental a partir das ações realizadas no decorrer da trajetória histórica na percepção de diferentes atores da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, na cidade de Várzea/RN.

Campoy (2018) afirma que o objetivo geral “Constitui a afirmação global sobre o resultado final que se pretende alcançar, deve responder à pergunta da pesquisa e expressar o objetivo específico da investigação”.

A pesquisa científica busca ultrapassar o senso comum (que por si é uma reconstrução da realidade) através do método científico. (...) o método científico permite que a realidade que a realidade social seja reconstruída enquanto objeto do conhecimento, através de um processo de categorização (...) que une dialeticamente o teórico e o empírico. (...) além disso, um pesquisador necessita comunicar seus propósitos de pesquisa para que esta seja aceita na comunidade científica. (...) é importante lembrarmos que a pesquisa científica pressupõe sempre uma instância coletiva de reflexão (Deslandes, 2008, p.34/35).

Campoy (2018) descreve que os “objetivos específicos sejam derivados do objetivo geral e expressem as etapas necessárias para alcançar esse objetivo”. (p.72). Especificamente, os objetivos são: identificar na trajetória histórica os registros de práticas e intervenções de Educação ambiental realizadas na instituição; constatar a relevância desses registros para o embasamento da análise socioambiental na escola; verificar os atores envolvidos no processo histórico da escola quanto ao zelo ambiental e as decisões tomadas em prol do cuidado com o meio ambiente; e conferir os efeitos desse cuidado na organização do ambiente e da comunidade escolar.

3.2. Variáveis

No que se refere a esse tópico da presente pesquisa, é importante salientar que a variável é

... todo aquele elemento ou característica que varia em determinado fenômeno. Esse elemento pode ser observado, registrado e mensurado. As variáveis são, portanto, aspectos observáveis de um fenômeno, os quais podem apresentar variações, mudanças e diferentes valores em relação a dado fenômeno e entre fenômenos. As variáveis se classificam segundo o nível de especificação, o caráter escalar e a posição que ocupam em suas relações. (Barros e Lehfeld, 2007, p.97).

As variáveis utilizadas na pesquisa, e a operacionalização correspondente a cada um deles:

- Escolaridade - classificação do grau de escolaridade dos participantes da pesquisa.
- Disciplinas que abordam a EA- Identificação das disciplinas que abordam a temática ambiental.
- Realidade socioambiental - análise do conhecimento a partir das ações realizadas no decorrer da trajetória histórica na percepção ambiental de diferentes atores da Escola objeto de estudo.
- Educação Ambiental - refere-se as práticas realizadas nas escolas através do repasse de conhecimentos para a garantia de um futuro com qualidade da vida.
- Meio ambiente - refere-se ao espaço físico, químicos, biológico e social da escola, que vem sendo transformado no decorrer do tempo através de ações que podem causar efeitos positivos ou negativos, em decorrência das atividades humanas.

- Projetos ambientais - são ações que foram desenvolvidas e realizadas dentro da escola, no sentido de implementar a Educação Ambiental.
- Recursos didáticos - se refere a perguntas elaboradas e que está presente nos questionários aplicados a professores e alunos, solicitando informações com relação aos materiais utilizados nas aulas sobre meio ambiente, que, entre outros, estão os slides, data show, fotos, livros, revistas e etc.
- Cuidado ambiental - em relação a preocupação, no que se refere ao zelo com o meio ambiente, durante o processo histórico da escola, iniciado na década de 1950, até os dias atuais.

3.3 Modelo, tipo e enfoque da investigação

A presente pesquisa trata de um estudo de caso detalhado da escola Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida no Município de Várzea-RN.

Para Severino (2016, p.128),

O caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências. Os dados devem ser coletados e registrados com o necessário rigor e seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo. Devem ser trabalhados, mediante análise rigorosa, e apresentados em relatórios qualificados.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso pois, debruça-se sobre um investigação da trajetório socioambiental da escola Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida no Município de Várzea-RN. Conforme Fonseca (2002, p.33),

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser

estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador. (Fonseca, 2002, p.33).

O pesquisador não permanece só investigando ou levantando problemas, mas procura desencadear ações e avalia-las em conjunto com a população envolvida. Campoy (2018) afirma que "a investigação constitui o primeiro nível de conhecimento científico".

Definir as características sociodemográficas das unidades investigadas (idade, sexo, escolaridade, número de filhos, nível econômico, etc.); Identificar formas de comportamento, conhecer percepções, determinar o grau de concordância ou discordância, definir preferências, etc; Descubra e verifique a possível associação entre variáveis e identifique características da população em estudo. (Campoy, 2018, p.156).

É importante ressaltar que a pesquisa descritiva facilita a delimitação do tema estudado, além de exigir do pesquisador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Este estudo de caso faz parte da investigação descritiva que descreve os fatos e fenômenos da escola pesquisada, ancorada nos objetivos norteadores que possa nos levar a um dimensionamento avaliativo dos progressos evidenciados ao longo da história da instituição quanto às práticas sustentáveis e o cuidado com o meio ambiente.

As tipologias de pesquisa, que são as formas de estudo do objeto pesquisado, e que, segundo Deslandes (2012, p. 47) “ Há diversas tipologias possíveis e o recomendável seria empregar aquela que melhor destaca a natureza e qualidade do estudo”, possuem um importante papel na pesquisa científica, ao tentar articular sua estrutura a fim de se obter respostas para o problema elencado e as perguntas formuladas. Portanto, “É importante lembrarmos que a pesquisa científica pressupõe sempre uma instância coletiva de reflexão”. (Deslandes, 2012, p.34).

Também é importante ressaltar que, para fazer a coleta dos dados, o investigador pode optar por outro caminho, ou seja, por meio de uma pesquisa de campo. Portanto, essa outra alternativa está clara em Gerhardt e Silveira (2009, p 80), com o seguinte:

(...) trata-se de um estudo empírico, no qual o pesquisador sai a campo para conhecer determinada realidade, no interior da qual, usando os instrumentos e técnicas já especificados, coleta dados para sua pesquisa. A escolha de um método específico depende principalmente do objeto do estudo, mas o fator tempo e a necessidade para usar um ou vários métodos em conjunto influenciam a seleção. Pesquisadores iniciantes não precisam ter domínio ou conhecimento de todos os métodos apresentados no quadro, mas é importante saber da abrangência de possibilidades disponíveis. Alguns tipos de estudo usam mais do que um método ou técnica de coleta de dados. O bom estudo de caso exige a utilização de documentos, da observação e da coleta de informações diretamente com os principais atores envolvidos no problema. No entanto, o pesquisador pode optar por um método único, por exemplo, a observação participante, para explorar um problema menos pesquisado.

No entendimento de Köche (2006, p.122), esse tipo de pesquisa pode ser usado para diferentes fins, por exemplo:

[...] (a) para ampliar o grau de conhecimentos em uma determinada área, capacitando o investigador a compreender ou delimitar melhor um problema de pesquisa; (b) para dominar o conhecimento disponível e utilizá-lo como base ou fundamentação na construção de um modelo teórico explicativo de um problema, isto é, como instrumento auxiliar para construção e fundamentação das hipóteses; (c) para descrever ou sistematizar o estado da arte, daquele momentortinente a um determinado tema ou problema.

Enfim, a pesquisa científica é o resultado de uma análise minuciosa, realizada com a finalidade de solucionar um problema, utilizando procedimentos científicos. Neste caso pesquisa-se uma instituição (sujeito da investigação), examinando um aspecto da realidade (objeto da investigação), objetivando a comprovação da verificação de hipóteses (investigação experimental), ou para descrevê-la (investigação descritiva). Ao se desenvolver uma pesquisa, é necessário escolher o método de pesquisa a ser utilizado. Desse modo, o estudo se desenvolveu partindo do pressuposto de que o investigador também é um instrumento de coleta de dados, definido como *observador participante*, que, para Minayo (2008, p. 70), é como:

...um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente.

Sendo, portanto, analisado e interpretado de forma qualitativa e quantitativa, o que assumiu uma importância vital para o desfecho do trabalho.

Com relação à pesquisa qualitativa, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.31/32), ela ...não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. (...) Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores (...) na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas (...) A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Quanto a pesquisa quantitativa, Gerhardt e Silveira 2009, p.33),

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A

pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenómeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Nessa concepção, procura-se um entendimento da visão de todos os participantes, quer ativos ou inativos, com relação ao nível de consciência e envolvimento escolar no cuidado ambiental, buscando sugestões no que concerne as propostas de melhorias aos desafios enfrentados, isto é, mudanças comportamentais dos envolvidos.

3.4 Unidade de análise, população e amostra

Na sua trajetória educacional a Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, apresenta em seus livros de dossiê os primeiros registros apartir de 1961, conforme o quadro 4:

Quadro 4: População média da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida (1961-2019).

Sujeitos	Números
Gestores	15
Professores	200
Alunos	10.907

Fonte: Secretaria da escola (2019).

Para a amostra da pesquisa foram selecionados 82 participantes, distribuídos em: Gestores (05 inativos e 01 ativo); professores (14 inativos e 12 ativos) e alunos (30 inativos e 20 ativos). Torna-se importante explicar os procedimentos de seleção da população e da amostra. Conforme Richardson, (1999, p.101) a seleção dos sujeitos a serem pesquisados segue os seguintes características.

A escolha de quem vai ser estudado mantém uma relação estreita com dois aspectos principais: 1) até que ponto queremos generalizar ou concluir algo para um pequeno grupo ou para uma população maior; e 2) quantos casos, indivíduos, unidades de observação precisam ser estudados para que os resultados sejam considerados ‘científicos’. As técnicas de amostragem

permitem reduzir o número de sujeitos numa pesquisa, sem risco de invalidar resultados ou de impossibilitar a generalização para a população como um todo. ‘Nos trabalhos quantitativos, a generalização está determinada pela amostragem aleatória e pela estatística inferencial, mas essas técnicas não são relevantes para a pesquisa qualitativa’.

A escolha dos participantes ocorreu primeiramente após o delineamento dos objetivos de pesquisa e também pelo estabelecimento de critérios de participação, dentre os quais temos:

Gestores:

- Ex-gestor (inativos)
- Gestor em exercício (ativo) fazer parte da gestão atual;
- Ter conhecimento básico sobre meio ambiente.
- Aceitabilidade e disponibilidade em participar da pesquisa.

Professores:

- Ex-professor (inativos)
- Professor em exercício na função (ativos);
- Ter conhecimento básico sobre meio ambiente.
- Aceitabilidade e disponibilidade em participar da pesquisa.

Alunos:

- Ex-aluno (inativos) ter estudado na escola;
- Aluno em exercício (ativos) está matriculados no ensino médio.
- Ter conhecimento básico sobre meio ambiente.
- Aceitabilidade e disponibilidade em participar da pesquisa.

Diante dessa premissa o estudo quis saber se, no espaço escolar investigado, existe uma sintonia entre as partes (gestores, professores e alunos) envolvidas em torno da trajetória ambiental da escola e se estão complementando a postura um do outro e, assim perceber a importância do trabalho em conjunto para produzir maiores perspectivas de

melhorias socioambientais no âmbito escolar estudado, além de estarem assumindo o que de fato devem assumir diante de sua função.

É importante lembrar que se trata de uma pesquisa de campo, sendo assim,

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os ‘atores’ que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. É claro que a riqueza desta etapa vai depender da qualidade da fase exploratória. Ou seja, depende da clareza da questão colocada, do levantamento bibliográfico bem feito que permita ao pesquisador partir do conhecimento já existente e não repetir o nível primário da ‘descoberta da pólvora’, dos conceitos bem trabalhados que viabilizem sua operacionalização no campo e das hipóteses formuladas. (Minayo, 2008, p.61).

Ou ainda, que, a pesquisa de campo

... é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-lo. (Marconi; Lakatos, 2003, p.186).

A fim de investigarmos o caminho percorrido pela instituição, a pesquisa contou com um recorte histórico de atuação de seus participantes no período de 1950 a 2019, objetivando obter dados e/ou respostas mais condizentes com a realidade. Para tanto, este trabalho foi realizado nos turnos da manhã e tarde *in lócus*, para os profissionais ativos e, com o deslocamento do pesquisador até a residência dos membros inativos, no período de maio e junho de 2019. Neste caso, para Aidil Jesus da S. Barros e Neide A. de S. Lehfeld (2007, p. 90), “O investigador na pesquisa de campo assume o papel de observador e explorador, coletando diretamente os dados no local (campo) em que se deram ou surgiram os fenômenos. O trabalho de campo se caracteriza pelo contato com o fenômeno de estudo”.

3.5 Local do estudo

Situada na cidade de Várzea/RN, a Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida foi construída em uma área com mais 200m², localizada no centro da cidade. Atualmente, esta escola possui 284 estudantes (censo escolar 2019), oferecendo o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e Novo Ensino Médio. Esse total de alunos é atendido entre os turnos matutino e vespertino (Figura 18).

Figura 18: Visão frontal da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida Várzea/RN (2019).



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019)

O quadro de funcionários atual é composto de 38 servidores, dos quais 32 efetivos, 05 terceirizados e 01 temporário. Neste total estão incluídos coordenadores pedagógicos, coordenador administrativo/financeiro, secretários, porteiros, merendeiras, auxiliares de serviços gerais e professores. Além desse pessoal, também faz parte do quadro 05 funcionários como prestadores de serviços (porteiro, auxiliar de serviços gerais e merendeira), em regime de mão de obra terceirizada.

Figura 19: Vista aérea da estrutura física da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida Várzea/RN.



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019)

A figura 19 mostra a estrutura física, atualmente a escola possui um conjunto estrutural dividido nos seguintes espaços:

- ✓ Diretoria;
- ✓ Secretaria;
- ✓ Sala de professores;
- ✓ Biblioteca;
- ✓ Sala de vídeo;
- ✓ Laboratório de informática;
- ✓ Laboratório de ciências;
- ✓ 6 salas de aula;
- ✓ Cozinha;
- ✓ Dispensa;
- ✓ Pátio coberto;
- ✓ 4 banheiros;
- ✓ 1 quadra de esportes.

3.6 A História oral e a fotografia como método e fonte de pesquisa

O presente trabalho tem como foco principal analisar a elaboração, implantação e desenvolvimento de projetos relacionados com o meio ambiente, realizados pela Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, ao exercer o seu papel enquanto instituição formadora/educadora, no sentido de chamar a atenção e conscientizar a população em geral sobre os problemas ambientais, bem como a busca de soluções para essas questões, oferecendo a possibilidade de reais condições para se colocar em prática ações em defesa do meio ambiente. A pesquisa envolve toda a comunidade escolar, especialmente professores, gestores e alunos da escola, localizada na cidade de Várzea, no Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo o período desde sua fundação até os dias atuais.

Portanto, historicamente, se observa que se trata de uma narrativa histórica local a qual,

... deve-se entender todos os sentidos decorrentes do uso da palavra história: o processo histórico, a ciência da história e a historiografia, considerados da perspectiva de um determinado local. (...) é de se supor que o que está sendo considerado é conhecimento histórico. Neste caso, história local refere-se ao conhecimento histórico, sob a perspectiva local, e pode significar: o local como objeto do conhecimento e/ou o local como referência para o conhecimento. (Neves, 1997, p.14).

E, por se tratar de um resgate da consciência histórica dos sujeitos, consequentemente exige uma relação viva e ativa com o tempo e o espaço no qual se vive. É neste meio em que vivem os indivíduos, que se encontram as marcas do presente e do passado. “Nele encontramos vestígios, monumentos, objetos, imagens de grande valor para a compreensão do imediato, do próximo e do distante. O local e o cotidiano como locais de memória são constitutivos, ricos de possibilidades educativas, formativas. (FONSECA, 2009, p. 116). Ressaltando que,

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele encontra dobrando a esquina e descendo

a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas no campo. (Fonseca, 2009, p.117).

A partir daí então, pode-se ressaltar a importância de se recorrer à memória daqueles que testemunharam e vivenciaram o surgimento e funcionamento da referida escola, na comunidade mencionada. Sendo assim, o fato de se envolver o passado e a memória destes indivíduos, torna-se relevante mencionar Hobsbawm (1998, p. 22), ao afirmar que:

Todo ser humano tem consciência do passado (...) em virtude de viver com pessoas mais velhas (...) ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana.

Logo, para a realização da presente pesquisa, foi necessário trabalhar com a memória de algumas pessoas que fizeram e fazem parte do cotidiano da escola e da cidade no período analisado. Aqui, se faz necessário salientar dois pontos: o primeiro é que, para Jacques Le Goff (2003, p. 469), “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. O segundo ponto é com relação ao cotidiano, que de acordo com Agnes Heller (1970, p. 17),

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais ‘insubstancial’ que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, (...) A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade (...) colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologia.

Como a memória nunca sai de cena, uma vez que, “... desde seus princípios, a História Oral esteve marcadamente envolvida com a questões da memória humana, tanto coletiva quanto individual” (Silva, 2006, p. 186), então, a presente pesquisa utilizou, como principal fonte para sua realização, os depoimentos de alunos, professores e gestores. Ou seja, houve a necessidade de se realizar, oralmente, parte das entrevistas, e, neste caso, se recorreu a História Oral, que, segundo Varena Alberti (2006, p.155),

A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea (...) ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

Enfatizando ainda que, para Prins (1992, p.194/195),

A força da história oral é a força de qualquer história metodologicamente competente (...) os dados orais servem para confirmar outras fontes, assim como as outras fontes servem para confirmá-los. Eles também podem proporcionar detalhes insignificantes que de outra forma são inacessíveis...

Diante desse quadro, se deve considerar que um elemento fundamental dentro da metodologia História Oral “... é a importância da memória nesse processo de propor aos sujeitos a retomada do passado, mesmo que recente”. (Alves, 2016, p.5).

Partindo desse raciocínio, o pesquisador “... irá produzir o essencial dos seus materiais de investigação e reflexão a partir da coleta de depoimentos, que depois deverá analisar com os métodos adequados” (Barros, 2009, p. 132). Também lembrando que “A entrevista de História oral deve ser compreendida também como documento de cunho biográfico, do mesmo gênero de memórias, autobiografias, diários e outros documentos pessoais”. (grifo da autora) (Alberti, 2006, p. 169) e, ao mesmo tempo, reforçar a ideia de que,

Outra especificidade da entrevista de História oral é o fato de um de seus principais alicerces ser a *narrativa*. Um acontecimento vivido pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constitui (no sentido de tornar-se algo) no momento mesmo da entrevista. (Alberti, 2006, p. 170/171).

É evidente que, ao analisar as entrevistas, o pesquisador se utilizará, também de outras fontes, já que é totalmente impossível elaborar todo o trabalho com base apenas nas narrativas dos entrevistados, ou seja,

Na análise de entrevistas de História oral deve-se ter em mente também outras fontes – primárias e secundárias; orais, textuais, iconográficas, etc. - sobre o assunto estudado. Muitas delas já são do conhecimento do pesquisador, que a elas recorreu quando da pesquisa exaustiva anterior à realização das entrevistas. (Alberti, 2006, p. 187).

Dentro desse contexto, no qual a presente pesquisa está sendo realizada, é relevante ressaltar que, segundo François Furet (S/D, p.81),

História é filha da narrativa (...) fazer história é contar uma história. Contar é, na realidade, dizer ‘aquilo que aconteceu’: a alguém ou a alguma coisa, a um indivíduo, a um país, a uma instituição, aos homens que viveram antes do instante em que se narra e aos produtos da sua actividade.

E, finalizando essa particularidade histórica deste trabalho, pode-se afirmar que

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que se querendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser homem. (Febvre, 1949, ed.1953, p. 428, *apud* Le Goff, 2003, p. 530).

Já com relação a fotografia, é importante salientar que, ultimamente, a diversidade de fontes para pesquisa tem sido bastante notada e o uso de imagens como fonte em um

trabalho de pesquisa, tornou-se muito frequente nos últimos tempos, ou seja, “Nos últimos anos, o surgimento de novos objetos e temas tem provocado um aumento considerável na incorporação de diferentes fontes para a pesquisa histórica, com a valorização especial das imagens.” (Ferreira, 2009, p. 120). Também enfatizando que

... as imagens são construídas para passar uma dada representação, que expressa relações sociais, políticas e ideológicas. Para entendê-las, é sempre necessário compreender o contexto: por quem e por que foram produzidas. Partindo dessa perspectiva, as imagens podem ser entendidas não como uma reprodução fiel do real, do que aconteceu, mas como uma narrativa que pode moldar ou influenciar opiniões em uma dada sociedade. A aceitação desse pressuposto implica afirmar que as imagens não se constituem apenas em uma mera ilustração. (Ferreira, 2009, p. 120/121).

No presente trabalho, em virtude de uma certa escassez de fontes, gerada pelo fato do objeto de pesquisa ser as ações relativas ao meio ambiente de uma escola pública, em uma pequena cidade, houve a necessidade de se recorrer ao registro em imagens dos eventos realizados, neste caso, especialmente a fotografia. Segundo Circe Bittencourt (2009, p.365/366), “A fotografia tem contribuído para muitos estudos do período contemporâneo, sendo objeto de pesquisa ou fonte documental para muitos historiadores.” Salientando que, a utilização desse recurso como fonte desta pesquisa foi extremamente positiva, uma vez que,

Uma fotografia como fonte histórica, por exemplo, deve ser analisada como uma produção, fruto do trabalho de um sujeito que seleciona, recorta ações, ângulos, cores, objetos e, utilizando-se de recursos tecnológicos, fotografa não o que vê, mas como vê. Portanto, uma fotografia é fruto de determinadas intenções, visões de mundo, de um determinado contexto e condições técnicas de produção. Ela traz em si lacunas, silêncios, recortes, evidências. Como toda fonte histórica, é uma forma de representação do real, e não a verdade absoluta da História, o espelho fiel da realidade. (Fonseca, 2009, p. 189/190).

Como o resgate e a reconstrução da memória é fundamental para um trabalho que objetiva analisar as ações de uma comunidade escolar, envolvendo a comunidade local, neste

sentido, a fotografia está aberta a todas as possibilidades de se escrever a história verdadeira. Sendo assim,

Qual o conteúdo da mensagem fotográfica? O que transmite a fotografia? Por definição, a própria cena, o literalmente real. Do objeto à sua imagem há, na verdade, uma redução: de proporção, de perspectiva e de cor. No entanto, essa redução não é, em momento algum, uma *transformação* (...) Em suma, de todas as estruturas de informação, a fotografia seria a única a ser exclusivamente constituída por uma mensagem ‘denotada’ que esgotaria totalmente seu ser; diante de uma fotografia, o sentimento de ‘denotação’, ou plenitude analógica, é tão forte, que a descrição de uma fotografia é, ao pé da letra impossível... (Barthes, 1990, p. 12/14).

3.7 Técnicas de coleta de dados

A coleta de dados é a procura por informações para a explicação do fenômeno ou fato que o investigador quer descobrir. O meio técnico elaborado pelo pesquisador para a transcrição e a medição dos dados deverá completar as seguintes exigências: validade, confiabilidade e precisão.

Inicialmente, foi realizado uma coleta de registros no âmbito escolar, mediante a aplicação de questionários para professores e alunos contendo 15 perguntas com questões abertas e fechadas, já o questionário utilizado para os gestores foram composto de sete perguntas. Tal instrumento foi validada por uma equipe de quatro professores doutores no período de fevereiro/abril de 2019, para que só assim, iniciar a coleta de dados e informações que compõe os resultados deste estudo.

Salientando que, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 201),

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. (...) Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas...

Devido a necessidade de se obter uma visão aprofundada dos participantes, foram aplicados questionários semiaberto, que permite ao pesquisador a liberdade de utilização e de inclusão de novas questões, caso seja identificada esta necessidade. Para Triviños (1987, p. 152) “... favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade...”

Quanto aos procedimentos adotados, inicialmente, a fim de que pudesse se manter o sigilo da identidade dos participantes, foram atribuídas as siglas **G** para os gestores seguido do número de participantes e, de forma análoga, **P** para os professores e **A** para os alunos.

Salientando que o processo de elaboração do questionário, exige a observância de normas precisas, com o objetivo de aumentar sua eficiência e validade.

O questionário foi elaborado a partir de um roteiro com questões fechadas e abertas, e que, dentro de uma lista já existente, há sempre a possibilidade de inclusão de novas perguntas, diante do surgimento de novos pensamentos, ou seja, a flexibilidade observada na aplicação dos questionários que permite ao pesquisador através de perguntas centrais ao tema e adicionar novas questões a serem desvendadas conforme o interesse e a possibilidade de agregar valor aos resultados da pesquisa.

3.8 Técnicas de análise de dados

O uso de análise qualitativa e quantitativa foi ao encontro do trabalho proposto, uma vez que o questionário de pesquisa, aqui usado, contemplou questões fechadas e abertas. A análise dos dados coletados pelas respostas das perguntas serviram de base para a elaboração de tabelas de contigência e gráficos de porcentagem. Para tal, utilizamos recursos computacionais adequados, ou seja, programas Microsoft Excel e Word, com intuito de organização de dados e construção automática dos gráficos, para análise acadêmica.

Antes da aplicação dos questionários os participantes foram devidamente esclarecidos e informados do que se tratava a presente pesquisa e que estariam aptos a qualquer momento solicitarem informações a respeito, ou até mesmo desistir de participar.

Para realizar reflexões sobre a presente pesquisa, os questionários direcionados aos participantes que atuam na referida escola, envolveram perguntas, que pretendeu realizar em um primeiro momento, uma identificação e traçar o perfil profissional, como também, estabelecer a relação de cada sujeito com ensino aprendizagem, dando-se a conhecer os fatos mais relevantes de outrora ou atuais, bem como os desafios, instrumentos e acervos metodológicos utilizados com maior frequência da época e de hoje, acerca do tema proposto.

É importante salientar que, por mais que a análise de conteúdo tenha sido abordada e até mesmo utilizado conceitos diferenciados e diferentes terminologias para as várias etapas da técnica, neste estudo podemos citar a conceituação de Bardin (2011, p.38), ao afirmar que: “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”.

Acrescentando que essa mesma autora, ao continuar a fazer sua análise sobre conteúdos, ressalta que, a finalidade é sempre a mesma, a saber, esclarecer a especificidade e o campo de ação da análise de conteúdo. Neste caso,

Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objectivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). (Bardin, 2011, p.45/46).

3.9 Aspectos éticos

No presente trabalho, é primordial zelar pela legitimidade das informações em todo o processo de construção do trabalho, privacidade e sigilo delas, quando necessárias, tornando os resultados desta pesquisa públicos. Assim, Fiorentini e Lorenzato (2009) reforçam que:

No caso específico da pesquisa, os questionamentos éticos dizem respeito, entre outros, aos direitos dos entrevistados, ao respeito e bem estar dos participantes, à preservação da identidade das pessoas envolvidas, aos usos e abusos das informações e citações de outros autores, à fidedignidade das informações, às implicações sociais e políticas da pesquisa. (p. 196).

Em um primeiro momento foi informado aos participantes sobre as finalidades e objetivos da pesquisa, e, em segundo momento, formalmente, foi realizada uma solicitação da gestão escolar para a autorização do estudo na unidade escolar.

Para Deslandes (2012, p.55), “Além da elaboração do texto em si, a pesquisa científica também deve ter a preocupação de não causar malefícios aos sujeitos envolvidos no estudo, preservando sua autonomia em participar ou não do estudo e garantindo seu anonimato”.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se aplicar os questionários direcionados aos gestores, professores e alunos, atuantes ou não na área da educação ambiental na escola pesquisada, realizou-se a triangulação dos dados coletados, transformando em informações as questões que os pesquisados julgaram ser mais relevantes, quanto à construção de novos modelos de ensino na edificação do conhecimento sobre o meio ambiente. Partindo desse pressuposto, gráficos, tabelas e falas foram elaborados a partir das respostas dos participantes, com a finalidade de demonstrar, de forma mais detalhada, os resultados obtidos, como veremos posteriormente, subdivididos em tópicos referentes a cada público alvo estudado.

4.1 Análise do questionário aplicado aos gestores

De acordo com Parolin (2005) a escola é uma instituição socializadora, porque ela abre um espaço para a construção de novos conhecimentos, que se misturam aos sentimentos, emoções e intuição que se fundem em busca de sabedoria. Ou seja,

A escola é uma instituição potencialmente socializadora. Ela abre um espaço para que os aprendizes construam novos conhecimentos, dividam seus universos pessoais e ampliem seus ângulos de visão assim como aprendam a respeitar outras verdades, outras culturas e outros tipos de autoridade. Nessa instituição, o mundo do conhecimento, da informação, ou seja, o mundo objetivo mistura-se ao dos sentimentos, das emoções, da intuição, ao dito mundo subjetivo. É emoção e razão que se fundem em busca de sabedoria. (Parolin, 2005, p.61).

Um dos elementos principais desta relação é o gestor que contribui significativamente para a melhoria dos índices da qualidade da educação, auxiliando na construção da identidade dos cidadãos através da promoção do desenvolvimento pleno do alunado.

Através de suas concepções, buscou-se compreender e analisar a opinião do gestor, que relatou sobre a trajetória das práticas sustentáveis no cuidado do ambiente escolar no corpo dessa análise, de forma contextualizada.

Desse modo, foi exposto no Quadro 5, o período de atuação dos gestores envolvidos na pesquisa durante sua gestão.

Quadro 5: Tempo de atuação como gestor.

Situação	Período
Inativo	1951 a 1965
	1976 a 1986
	1991 a 1994
	2003 a 2009/2012 a 2013
	2014 a 2016
Ativo	2017

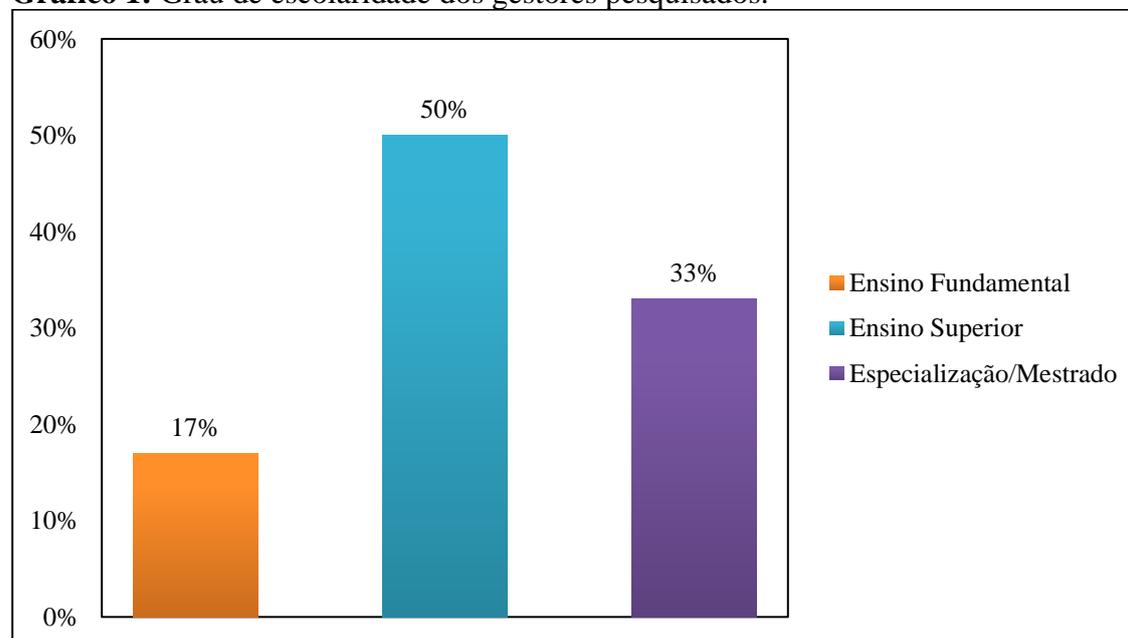
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Diante dos resultados expostos no quadro acima, observa-se uma longevidade referente ao tempo de atuação por parte da maioria dos gestores que passaram pela direção da referida escola, enquanto que o atual gestor se encontra, desde 2017, na posição de liderança da escola estudada. Esses fatos nos levam ainda a perceber um forte compromisso e muita responsabilidade desses profissionais nos serviços prestados à instituição. Diz-se então, que essa consolidação do fazer democrático ocorre não da noite para o dia, mas a partir de uma relação dialógica entre teoria e prática, que necessita de alguns princípios bem lembrados por Luck (2006, p 30) ao enfatizar que a participação como “...um processo dinâmico e interativo vai muito além da tomada de decisão (...) caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalidade e reversão...” Para tanto, a autora explora as variações e significados da participação de acordo com suas expressões, como presença, expressão verbal, discussão de ideias, representação, tomada de decisão e engajamento.

Ademais, o conhecimento adquirido através das experiências de uma gestão mais longa, capacita esse perito, tornando-o o profissional que deseja ser, haja vista que além de administrar conteúdos e disciplinas, ele precisa, primeiramente, identificar-se com o que faz e com sua equipe. Desse modo, a dedicação e a disciplina, se tornaram aliados constantes na decisão pelas melhores escolhas, proporcionando-lhe uma maior condição de satisfação no cumprimento de suas tarefas, já que elas reservam intempéries, característica das atribuições de uma gestão que nem sempre se dá de forma tranquila.

Corroborando com as experiências, o grau de escolaridade torna-se um valioso suporte na conquista desse profissional visionário. Tem-se disposto no Gráfico 1, os percentuais referentes ao maior grau de escolaridade dos gestores participantes da pesquisa.

Gráfico 1: Grau de escolaridade dos gestores pesquisados.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Percebe-se através dos dados obtidos no Gráfico 1 que metade dos participantes tem curso superior, implicando em uma melhor atuação na prática do fazer pedagógico. Enquanto que o menor percentual obtido, de 17%, respondeu ter apenas o Ensino Fundamental. Já 33% do total de entrevistados, um percentual considerável, apresenta curso de especialização e de mestrado, nas áreas de Gestão Escolar, Linguagem em Educação, Ciências da Educação e Educação, demonstrando interesse em seguir na vida acadêmica, proporcionando ao aluno, através do bom funcionamento da escola e de sua equipe, um ensino de melhor qualidade.

Esses dados também são uma contribuição para se pensar e analisar a situação dos gestores escolares diante de todas as mudanças que vem ocorrendo no cenário escolar, para que se tenha uma boa efetivação na tomada de decisões no âmbito escolar. Nesse sentido, as políticas brasileiras voltadas para a educação estão hoje preocupadas com a formação e atualização dos gestores em educação, oportunizando a esses profissionais um conhecimento que favoreça a prática do exercício de gestão.

É importante ressaltar que o Plano Nacional da Educação- PNE (2014) em seu conteúdo menciona que, a formação continuada dos gestores em educação é de suma

importância, em virtude dos avanços científicos e tecnológicos e dos níveis de conhecimentos sempre mais amplos e profundos que a sociedade moderna exige. Neste caso, pode-se afirmar que:

Como agentes educacionais, esses sujeitos sabem que o seu compromisso e o seu sucesso profissional requerem não apenas condições de trabalho. Exige-lhes formação continuada e clareza quanto à concepção de organização da escola. (...) Pensar, portanto, a organização, a gestão da escola é entender que esta, enquanto instituição dotada de função social, é palco de interações em que os seus atores colocam o projeto político-pedagógico em ação compartilhada. Nesse palco está a fonte de diferentes ideias, formuladas pelos vários sujeitos que dão vida aos programas educacionais. (Brasil, 2014, p 55).

Ao avaliar a relação existente entre gestor e o ensino aprendizagem pediu-se que fosse descrito na questão 1, a definição de Educação Ambiental (EA) sob o ponto de vista da Gestão.

G2: “É o meio pelo qual podemos cuidar do meio ambiente e conservar a natureza para futuras gerações.”

G6: “A Educação Ambiental contribui com a formação, no que diz respeito aos cuidados com o meio ambiente e com a preservação da natureza, desencadeando estímulos como fonte de resposta aos envolvidos e consequente mudança comportamental.”

G1: “Cuidado com os elementos da natureza, com ênfase na arborização da escola.”²

Percebe-se em meio as respostas, uma visão contundente, sensata e atual por parte do gestor participante, quando o assunto se refere a temática em questão, isto é, Educação Ambiental, podendo esta informação simbolizar atitudes bem-sucedidas em sua atuação

² No original: Cuidado Com Os Elementos Da Natureza, Com Ênfase (Sic) Na Arborização Da Escola.

enquanto líder, se comparado a profissionais dispersos e/ou acomodados no que diz respeito a resultante gerada pela constante busca do saber.

Salientando que as atribuições de uma gestão é uma esfera de grande complexidade e que, em um primeiro momento se faz necessário olhar as dificuldades e desafios de cada escola, para que sejam superadas e, ao mesmo tempo, se busque soluções possíveis de serem alcançadas, com base nas práticas sustentáveis orientadas pela educação. Sendo assim, “O significado das habilitações pedagógicas no cotidiano da escola está em função da relevância política e cultural da gestão, que abarca a totalidade das relações que ocorrem no interior das instituições de ensino e entre estas a sociedade.” (Sander, 2007, p. 127).

Como fator agregador na conquista pelo conhecimento, sabe-se que várias são as possibilidades a serem adotadas como alternativas, no intuito de chamar a atenção da comunidade escolar a engajar-se em questões ambientais, dentre elas os eventos escolares. Assim, foi perguntado: (Questão 2): “A gestão junto a escola costuma comemorar datas relacionadas a educação ambiental?”

G6: “Sim. Datas relacionadas ao Meio Ambiente, sempre foram comemoradas. De modo especial, a Semana do “Meio Ambiente” – com caminhadas pela cidade, até as Várzeas do Rio Joca, observando-se às situações ou que encontravam-se o ambiente. Além das atividades com professores e alunos.”

G2: “Sim, costumávamos a comemorar os dias: da água, árvores e principalmente a semana do meio ambiente onde eram executadas diversas atividades: oficinas, seminários, gincana ecológica e apresentações teatrais e danças.”

G1: “Sim. Além da comemoração do Dia da Árvore, do Dia da Água, ampliou-se as pesquisas e estudos a partir das Conferências Infanto Juvenil sobre o Meio Ambiente, a criação da Agenda 21 na escola.”³

G3: “Sim. As comemorações relacionadas ao EA sempre ocorreram e ocorrem no ambiente da EEDJA, sejam estas de forma individual (Professor

³ No original: SIM. ALÉM DA COMEMORAÇÃO DO DIA DA ÁRVORE, DO DIA DA ÁGUA, AMPLIOU-SE AS PESQUISAS E ESTUDOS A PARTIR DAS CONFERENCIAS (sic) INFANTO JUVENIL SOBRE O MEIO AMBIENTE, A CRIAÇÃO DA AGENDA 21 NA ESCOLA.

em sala) ou em equipe quando parte ou todas que fazem parte docente se unem para desenvolverem tais atividades, essas atividades são de grande relevância para o desenvolvimento, cognitivo, psicológico e sócio cultural dos alunos.”

Pela fala dos gestores, vê-se que de longos tempos já havia ações voltadas para o meio ambiente, demonstrando que já se tinha difundida uma consciência comprometida com a conservação e preservação do espaço de trabalho e de seus arredores, e o mais importante, sendo essa preocupação transmitida aos alunos no cotidiano do aprendizado. Constata-se ainda que, existe por parte da escola mais de uma forma de se comemorar as datas relacionadas ao meio ambiente e essas comemorações podem ocorrer na sala de aula, entre os professores e os alunos em seus respectivos horários na data comemorativa ou ainda, de forma coletiva, onde todos, professores e alunos, participam, conscientizam e comemoram o dia reservado ao meio ambiente e a necessidade de preservá-lo, se dando nas modalidades de sala entre professores e alunos ou mesmo com a participação de docentes em conjunto, como as ações realizadas do Dia da Limpeza mundial e dia da árvore 2019, conforme as (Figura 20-21).

Figura 20: Ação de coleta de resíduo sólidos nas ruas em comemoração ao Dia da limpeza mundial (2019).



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019)

Figura 21: Alunos plantando as espécies de Ypê-rosa e flamboyant em comemoração ao dia da árvore (2019).



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019)

Os eventos escolares relacionados à educação ambiental funcionam como proposta para fortalecer os sistemas de ensino, atraindo de forma direta o envolvimento da escola como um todo, além de sensibilizá-la para a importância da conservação da biodiversidade,

contribuindo com a formação de uma consciência ambiental orientada pela sustentabilidade, ética e cidadania. Neste caso,

O desenvolvimento Sustentável tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência ecológica depende da educação. É aqui que entra em cena a ecopedagogia. Ela é uma pedagogia para a promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana. (Gadotti, 2000, p.79).

Nesse sentido, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social, a começar pela escola, que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento. A realidade atual exige uma reflexão cada vez menos linear, e isto se produz na inter-relação dos saberes e das práticas coletivas que criam identidades e valores comuns e ações solidárias. A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades.

Na questão 3 foi perguntado aos gestores se eles dispunham de materiais que retratem a Educação Ambiental na escola em seu período de vigência.

G5: “Sim. Fotografia eu tenho, fotografia que mostra alunos e professores registrando esse momento plantando árvores, naquele tempo a fotografia já era uma coisa muito avançada inclusive para a gente tirar fotografia em Várzea tínhamos que procurar um fotógrafo⁴ na cidade de Nova Cruz tentar contato com esse fotógrafo⁵ para ele vir aqui para registrar o momento, então muitas coisas importantes deixaram de ser registrados”.

G2: “Sim da minha época temos fotos dos principais eventos e da elaboração, construção e inauguração da praça ecológica”.

⁴ No original: ...procurar um fotografo (sic) na cidade de Nova Cruz...

⁵ No original: ... com esse fotografo (sic) para ele vir.....

G3: “Os registros do EA na referida escola são em sua maior parte registros fotográficos, uma vez que a guarda desses registros demanda espaço adequado e cuidado constante na conservação, todavia, certos materiais são guardados e em muitas vezes reaproveitados como base para novas produções no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, como por exemplo: maquetes, banners e folders.

Pelo exposto acima, se deduz que os gestores apresentam em sua trajetória forte participação nas atividades de cunho socioambiental oferecidas pela comunidade acadêmica, apontando não apenas um vasto interesse pelos assuntos ambientais, como também um intenso comprometimento com a instituição, tornando-se um membro atuante na escola. Chama-nos atenção ainda, o fato de que mesmo em uma época bastante remota no que diz respeito à disponibilidade de profissionais da área da fotografia, tendo que se deslocar até outra cidade, não se deteve o pesquisado G5 diante das dificuldades impostas.

Por conseguinte, os participantes na questão 4 responderam a seguinte pergunta: “Que tipos de problemas ambientais você percebia/percebe que existiam/existem no município onde a escola está situada?”. Essa questão apresentava como alternativas: “Esgoto a céu aberto”, “Lixão”, “Desmatamento”, “Rios assoreados e poluídos”, “Queimadas” e “Ar poluído”. Os resultados demonstraram que, existe uma similaridade entre os problemas ambientais em décadas anteriores e aqueles encontrados nos dias de hoje. Houve de igual modo, um mesmo número de opiniões atribuídas as problemáticas: “Esgoto a céu aberto”, “Lixão”, “Desmatamento”, “Rios assoreados e poluídos” e “Queimadas”, ou seja, cinco pelos gestores inativos, enquanto que o atual gestor reconheceu que todas as alternativas foram consideradas como problemas existentes no entorno da escola pesquisada. Um dos participantes inativos apontou ainda como problemas em épocas anteriores: “ausência de saneamento básico, coleta de lixo precária, despejo de lixo nas ruas, na periferia da cidade e nas margens das estradas, população totalmente descuidada quanto ao aspecto ambiental”.

Saindo do âmbito externo para o interno da escola, foi perguntado ao gestor: (Questão 5): “Na sua gestão qual era/é a maior preocupação em relação ao meio ambiente?”

G4: “A época da gestão em foco, durante o período 1951-1965, a maior preocupação se concentrava em evitar o desperdício de água e em manter a escola sempre limpa, aspectos esses decorrentes da falta de recursos financeiros do estabelecimento e do zelo da diretora pelo prédio público sob

sua responsabilidade. A preocupação com a poluição ainda não efervesceia. Não era tema da moda.”

G5: Dentro do ambiente escolar, no meu período de gestão, não tive a oportunidade de ter esse trabalho, trabalho que eu vim ver depois, em cursos que apareceram aqui na escola, em projetos desenvolvidos na gestão que apareceram aqui na escola na gestão de outra pessoa, mas foi muito instrutivo e informativo.⁶

G2: “Minha principal preocupação foi em melhorar os recursos naturais da escola em busca de melhor qualidade de vida, na qual podemos citar a implantação de horta orgânica e a praça construção da segunda praça ecológica II.”

G3: Muito já se trabalhou as questões ambientais nesta escola, no entanto, a maior preocupação hoje é que, os alunos entendam que cuidados como a preservação do meio ambiente, deve ser constante. Dessa forma, devemos conscientizar nosso alunado que, o cuidar e o preservar são práticas cotidianas.⁷

A partir das falas, depreende-se que o público alvo estudado, já desde muito cedo, havia despertado para aspectos importantes como o da economia de água, através de pequenas ações na hora de higienizar a escola. Porém, se observa em algumas respostas a essa pergunta do questionário que, o grande objetivo era manter a escola (o prédio público) limpa, e, para tanto se economizava a água, porém, este ato não era pensando no meio ambiente, mas na escassez de recursos financeiros para a manutenção da mesma.

Percebeu-se ainda que, embora existissem áreas disponíveis para ser aproveitada como áreas verdes, a escola era desprovida de um ambiente adequado para essas práticas. Com o passar do tempo as ações dos gestores, foram se concretizando através das construções da primeira e da segunda praça, as quais, viriam a se tornar, futuramente, lugares

⁶ No original: Dentro do ambiente escolar no meu período de gestão eu não tive essa oportunidade de ter esse trabalho, trabalho que eu vim ver depois com curso que apareceram aqui na escola com projeto que apareceram aqui na escola na gestão de outra pessoa, mas foi muito instrutivo e informativo. (sic)

⁷ No original: Muito já se trabalhou as questões ambientais nesta escola no entanto, a maior preocupação hoje é que os alunos entendam que os cuidados como a preservação do meio ambiente deve ser constates, dessa forma devemos conscientizar nosso alunado que o cuidar e o preservar são práticas cotidianas. (sic)

propícios a existência de aulas ao ar livre, mas também de descanso e recreação. Além disso, também foram desenvolvidas ações que levaram ao surgimento da horta, com objetivo de tornar a escola um espaço mais verde e autossustentável.

No tocante a última fala expressa pelo G3, ele traz consigo a preocupação de que se faça entender pelo alunado, atitudes concretas de constância quanto às práticas diárias relacionadas ao meio ambiente, visto que o mesmo já acumula um conhecimento sobre a educação ambiental.

O reconhecimento da existência de uma crise ambiental que muito se confunde com um questionamento do próprio modelo civilizatório atual, aponta para a necessidade da busca de novos valores e atitudes no relacionamento com o meio em que vivemos, enfatizando assim, a urgência da implantação de um trabalho de Educação Ambiental que contemple as questões da vida cotidiana do cidadão (PCN/Meio Ambiente, 1997, p.169). Percebe-se, portanto, que a educação tem um papel preponderante a desenvolver, que é justamente a conscientização da preservação ambiental, tendo em vista que dependemos da relação que se estabelece entre sociedade/natureza, tanto na dimensão coletiva quanto na individual.

Não obstante, esse discurso reforça a ideia de que ser gestor é mais do que administrar conteúdos e disciplinas, como bem lembra Luck (2006, p 30) ao enfatizar que a participação como “um processo dinâmico e interativo vai muito além da tomada de decisão (...) caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalidade e reversão...”.

Partindo desse pressuposto foi questionado aos gestores: (Questão 6): “ Você como gestor participou/participa de algum projeto de relevância, sobre EA?”.

G4: “Não. Não havia a concepção de projetos ambientais nas escolas, à época, tais quais existem atualmente, ou melhor, após os anos 80, com o surgimento dos conceitos ISO nas empresas. As atividades internas de natureza multidisciplinares se efetivavam, principalmente, devido ao fato de cada turma de aula ser orientada por apenas uma professora. Assim, por exemplo, o tema sobre “árvore” era abordado simultaneamente em duas das três disciplinas correntes no ensino primário então: Português e estudos Sociais e Ciências. Muito raramente, a disciplina Matemática explorava tal tema.”

G1: Sim. Curso de formação socioambiental para professores, funcionários e alunos.⁸

G2: “Sim. Participei e apoiei como gestora para implementação do projeto da Horta orgânica e do projeto da praça ecológica II, sabendo que esses projetos são fundamentais para a qualidade de vida e melhoria do meio ambiente da escola. ”

G6: “Sim. Capacitações, Formação continuada, coordenados pela UFRN, Núcleo Regional de Educação – (3ª DIREC) IDEMA, etc.”

G3: “Sim. Sempre participo de projetos EA, sejam esses através de cursos ou atividades na própria escola onde trabalho, tendo em vista que essa prática favorece o desenvolvimento sistemático do conhecimento e a mudança de comportamento. ”

Apesar de não ser fácil manter as tantas atribuições de um gestor no dia a dia, sabe-se que, estando esse profissional engajado em projetos, espera-se que seja mais fácil manter a motivação de seus colaboradores em alta, ao mesmo tempo em que favorecerá uma maior proximidade entre ambos, proporcionando a execução e também os resultados das tarefas executadas mais satisfatórias e eficazes. Hora (1994, p.34) afirma que:

A escola como uma instituição que deve procurar a socialização do saber, da ciência, da técnica e das artes produzidas socialmente, deve estar comprometida politicamente e ser capaz de interpretar as ciências reveladas pela sociedade, direcionando essas necessidades em função de princípios educativos capazes de responder às demandas sociais.

Nesse contexto, a escola como instituição de ensino deve e pode promover projetos voltados ao meio ambiente. Vinculando conhecimentos teóricos com a realidade que os educandos costumam vivenciar diariamente em seu contexto social.

Sabemos que não é tão simples a mudança de hábitos, contudo os projetos voltados ao meio ambiente procuram orientar os alunos a preservarem a natureza, quando seguidas

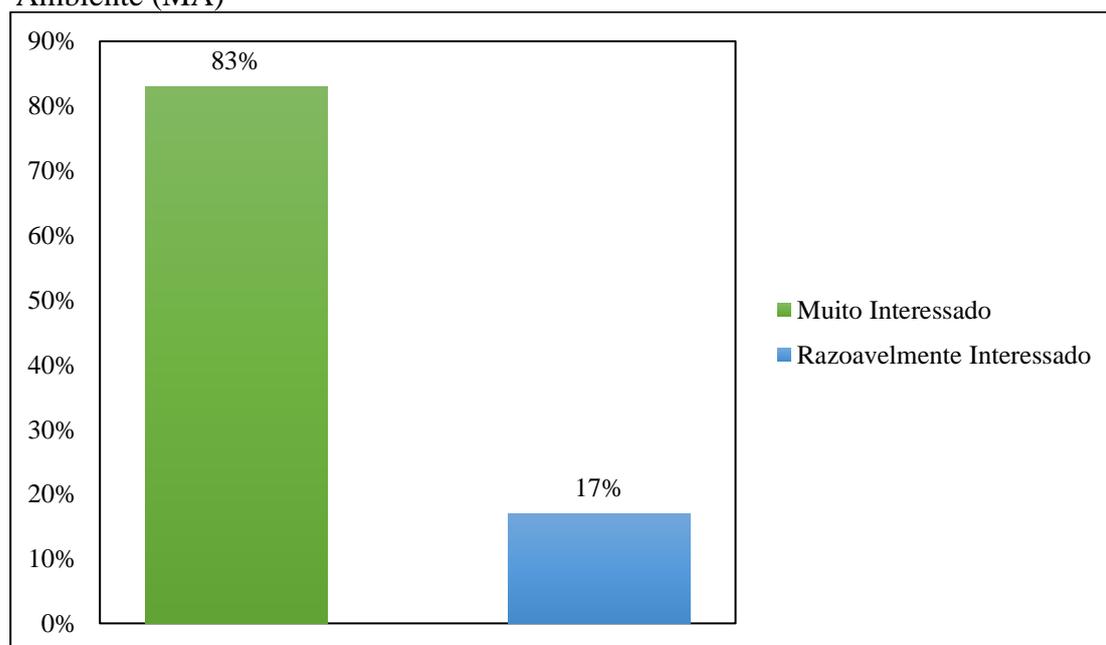
⁸ No original: Curso De Formação Socio-Ambiental Para Professores Funcionários E Alunos (Sic)

as informações adquiridas dentro e fora da escola, ocasionando assim uma educação ambientalmente voltada ao cumprimento e ao dever de cada parte responsável.

Como orienta Brasil (1997),

A vida cresceu e se desenvolveu na Terra como uma trama, uma grande rede de seres interligados, interdependentes. Essa rede entrelaçada de modo intenso envolve conjuntos de seres vivos e elementos físicos. Para cada ser vivo que habita o planeta existe um espaço ao seu redor com todos os outros elementos e seres vivos que com ele interagem, por meio de relações de troca de energia: esse conjunto de elementos, seres e relações constitui o seu meio ambiente. Explicado dessa forma, pode parecer que, ao se tratar de meio ambiente, se está falando somente de aspectos físicos e biológicos. Ao contrário, o ser humano faz parte do meio ambiente e as relações que são estabelecidas - relações sociais, econômicas e culturais - também fazem parte desse meio e, portanto, são objetos da área ambiental. Ao longo da história, o homem transformou-se pela modificação do meio ambiente, criou cultura, estabeleceu relações econômicas, modos de comunicação com a natureza e com os outros. Mas é preciso refletir sobre como devem ser essas relações socioeconômicas e ambientais, para se tomar decisões adequadas a cada passo, na direção das metas desejadas por todos: o crescimento cultural, a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental. (Brasil, 1997, p.27).

Para efetivamente avaliar-se o grau de veemência por parte dos gestores, no que diz respeito aos temas dirigidos a Educação Ambiental, foi pedido aos mesmos, na Questão 7, que qualificassem seu interesse pelos assuntos relacionados ao Meio Ambiente, ao qual foram atribuídas como alternativas de escolha: “*Muito interessado*”, “*Razoavelmente interessado*”, “*Pouco interessado*”, “*Nenhum interesse*” e “*Não sei*”. Os resultados estão dispostos no Gráfico 2.

Gráfico 2: Percentual de interesse dos gestores por assuntos relacionados ao Meio Ambiente (MA)

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Como se observa no gráfico acima, os participantes da pesquisa apontaram 83% de concordância para a opinião “*Muito interessado*”, e 17% “*Razoavelmente interessado*”, numa clara demonstração de que uma grande maioria dos profissionais pesquisados têm afinidade com a área abordada.

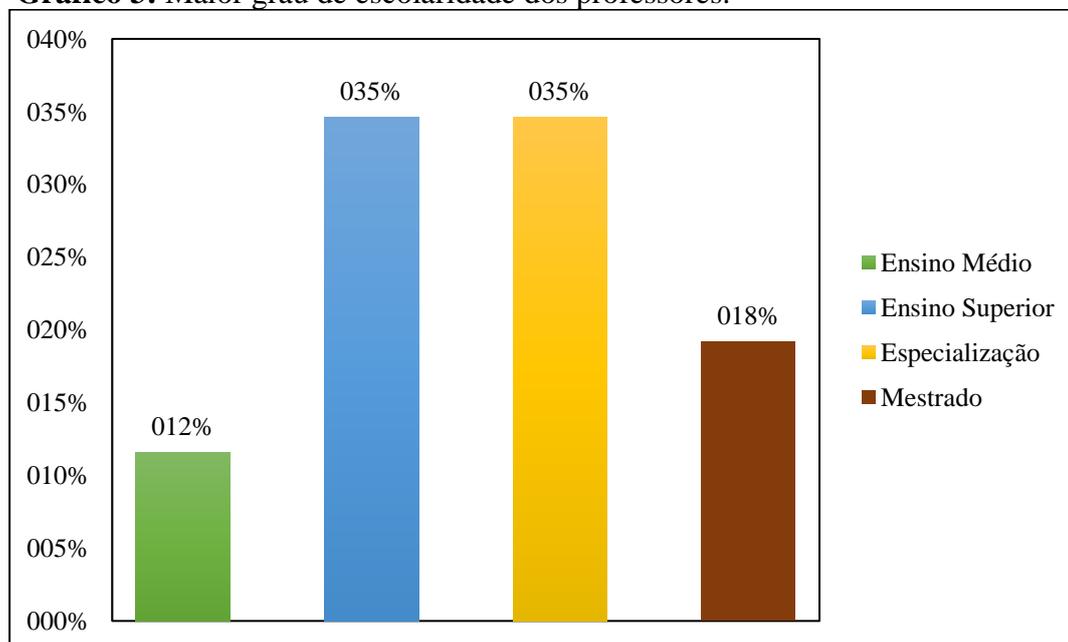
De acordo com Segura (2001, p.165), “Quando falamos em preservação, também falamos em educação ambiental o que nos faz refletir sobre o meio ambiente, ou seja, que além do meio ambiente físico (ar, a terra, a água, o solo) é também o ambiente em que vivemos (nossa casa, bairro, escola, cidade)”. Portanto, as abordagens de assuntos associadas às práticas educativas relacionadas à questão podem assumir função transformadora, o que faz os indivíduos, depois de conscientizados, se tornarem objetos essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável.

4.2 Análise do questionário aplicado aos professores

Considerando as informações expedidas pelos professores participantes da pesquisa, têm-se catorze profissionais inativos e doze ativos, totalizando vinte e seis ao todo. Entre os professores inativos o mais antigo deles passou a fazer parte do quadro de educadores da Escola Dom Joaquim de Almeida em 1960, e sua permanência na escola se deu até 1985, isto é, vinte e cinco anos de serviços prestados. Já entre os professores ativos, o mais antigo

está na escola desde 1986, completando trinta e dois anos de atuação em educação. Quanto ao grau de instrução, o Gráfico 3 demonstra o nível de escolaridade dos educadores da escola pesquisada.

Gráfico 3: Maior grau de escolaridade dos professores.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Percebe-se através dos dados obtidos no Gráfico acima, que houve uma elevação no nível de instrução de 012% referente ao Ensino Médio para 035% entre os que afirmaram ter concluído uma graduação, isto é, um aumento considerável de 023%. De forma análoga ao percentual de professores que tem graduação, também se percebe um resultado significativo de professores que tem curso de especialização, com um índice de 035%, se sobrepondo a um percentual ainda bastante tímido, mas importante para elevar o nível de qualidade do ensino, o de educadores que apresentam titulação de mestre, isto é, 018%. Avaliando-se o grau de estudo do público alvo estudado, se percebe que, entre a graduação, especialização e mestrado, em qualquer área de conhecimento, constata-se uma predominância da licenciatura. Esses resultados demonstram que existe, por parte desses profissionais, um interesse em dar seguimento a vida acadêmica, não se estagnando pelo tempo de serviço ou conhecimento já adquirido.

No que diz respeito a busca pelo saber Libâneo (2004, p.227) traz uma importante observação quanto à importância da formação continuada de professores: “A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral

mais ampla, para além do exercício profissional”. Assim, segundo o autor, não basta concluir um curso de licenciatura e partir para a prática pedagógica, sem mais se preocupar com a formação acadêmica. Ao contrário, é preciso ter a consciência de que esta formação não acaba com a formatura e sim, fará parte de toda a sua trajetória profissional. A reflexão constante de nossa prática é o que nos proporciona chegar a inovações que solucionem defasagens no processo de ensino aprendizagem.

Ao interrogar os professores na Questão 1, quanto aos conteúdos trabalhados com mais frequência na educação ambiental, eles responderam:

P19: “Poluições, tratamento da água, destinos do lixo, preservação e uso dos recursos naturais”.

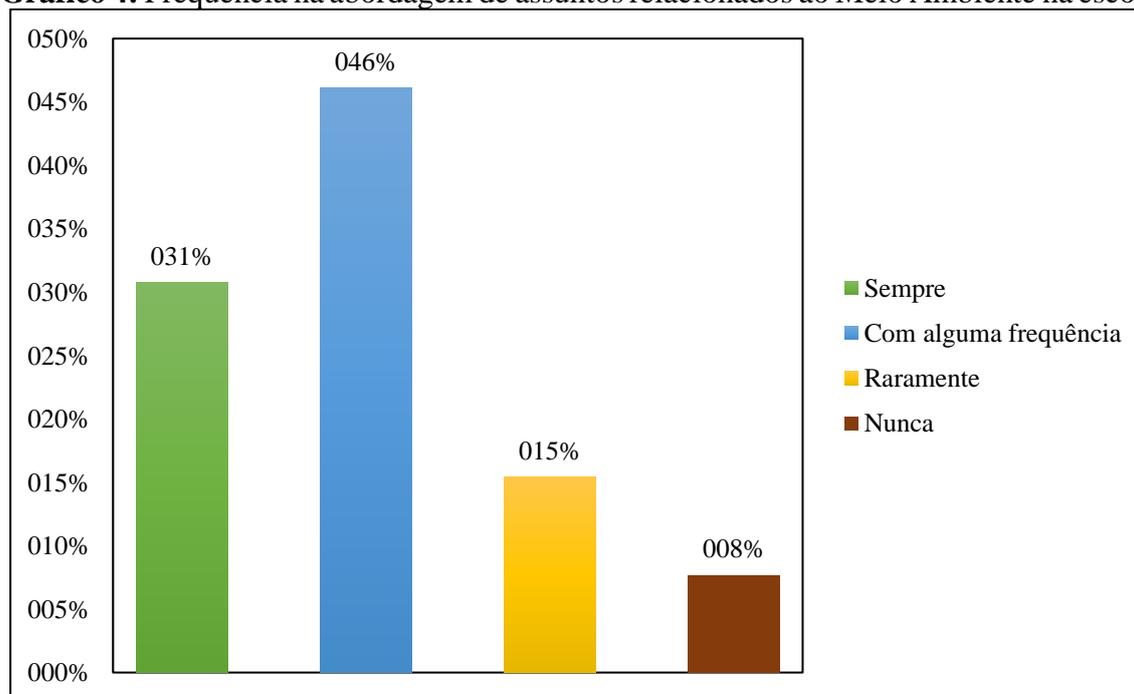
P17: “Poluição da água, solo, ar, meio ambiente, fauna, flora, cadeia alimentar”.

P2: “corpo, bem-estar e natureza”.

P11: “Produção de texto: Água, fonte de vida, Preservação do meio ambiente e Reciclagem”.

Nas respostas avaliadas, verificou-se que mediante a diversidade de assuntos abordados, existe por parte dos professores um incentivo e preocupação em poder contribuir com a projeção de um desenvolvimento sustentável. Essa abordagem de forma mais aprofundada se faz necessário a fim de que venha a suscitar no alunado reflexões quanto aos aspectos social, ambiental, econômico e ético, a partir de situações difíceis de se lidar. Essa educação problematizadora é apontada por Paulo Freire como sendo uma atitude que transforma o homem em sujeito de sua própria história através de uma educação de autorreflexão, levando o indivíduo a entender o mundo em que vive “leva os homens a conhecer que sabem pouco de si mesmos”, possibilitando que “ponham a si e seus conhecimentos como problema” (Freire, 2001b, p. 95).

No Gráfico 4, referente a questão de número dois do questionário tem-se representado em percentuais, o grau de frequência com que são abordados assuntos relacionados ao meio ambiente na escola.

Gráfico 4: Frequência na abordagem de assuntos relacionados ao Meio Ambiente na escola.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Dos entrevistados, 046% dos professores afirmam que “*Com alguma frequência*”, seguido de 031% “*Sempre*”; 015% “*Raramente*” e 008% dos professores confirmam que “*Nunca*”. A partir dos percentuais representados no Gráfico 4, pode-se dizer que os professores fazem, em sua pauta de aulas, uma constante alusão a assuntos de ordem ambiental, sendo esta atitude plausível já que esse profissional é detentor de um conhecimento que pode influenciar positivamente a geração de alunos veteranos, mas também dos calouros.

A escola é uma instituição social, local privilegiado onde conquista e transmite conhecimentos sistematizados e tem a responsabilidade na formação de cidadãos, possibilitando-lhes construções indispensáveis para sua inserção social. Acredita-se que a função principal do professor em sala de aula é despertar nos alunos o interesse pelos assuntos que tenham proximidade com a realidade de cada um e associado a isso temas da atualidade. As agressões sofridas pelo meio ambiente devem ser ressaltadas não somente por um único professor, mas preferencialmente por todos aqueles que compõem o corpo docente da instituição de ensino. Dessa forma,

A escola representa a sociedade do aluno para o educador crítico, para o qual a sociedade representa a escola do educador. Quer dizer, a escola é um

ambiente e, ao mesmo tempo, um processo. E como tal precisa ser entendida dinamicamente. (Pinto, 1994, p.25).

É importante estimular a formação de um discurso próprio em cada uma das diferentes disciplinas a respeito da questão ambiental, pois permite o exercício da interdisciplinaridade no confronto das diferentes formulações. Partindo desse princípio, portanto, quando toda a equipe está envolvida, com o objetivo de desenvolver uma consciência cidadã por parte dos educandos, as mudanças ocorrem de forma natural e espontânea.

Na questão 3 perguntou-se aos professores como eles definiam a Educação Ambiental.

P1: “São ações que servem para melhoria da qualidade de vida”.

P3: “A educação ambiental está intrinsicamente ligada à nossa própria vida, cuidar do nosso planeta, tendo o homem como o principal agente de preservação ambiental”.

P12: “Área educacional responsável por conscientizar os estudantes em relação ao meio social e ambiental, a sua interação. É responsável por formar um cidadão consciente, que consiga viver em harmonia e equilíbrio com o meio ambiente”.

P19: “Imprescindível. Deve ser trabalhada mais amplamente e mais difundida”.

Diante das respostas apontadas pelos professores, verificou-se que existe um consenso positivo entre as falas, acerca do significado da Educação Ambiental, fazendo-se perceber que não há, portanto, fatores geradores de dificuldade quanto aos conceitos inerentes ao meio ambiente.

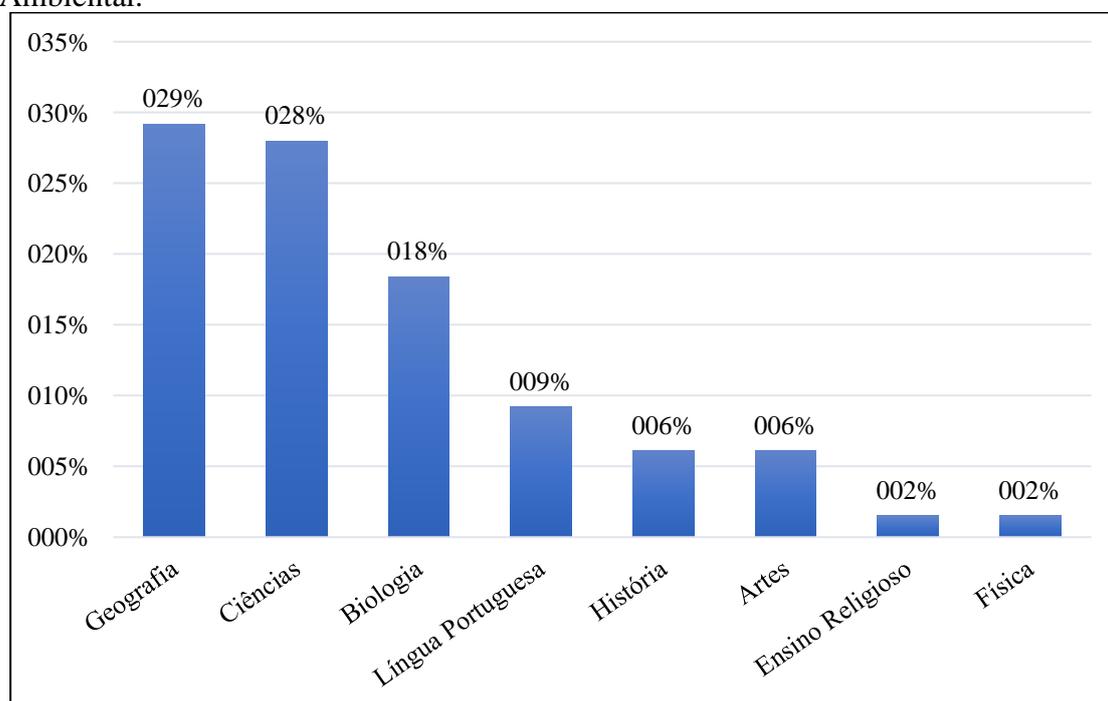
Diante das pesquisas, observa-se que a Educação Ambiental que se pretende criticar está em harmonia com os interesses populares e essa concepção de Educação Ambiental realiza-se mediante a realidade e a prática socioambiental, voltada para uma educação comportamentalista, em que se espera que toda a mudança individual resulte na transformação da sociedade. Portanto,

É na construção desse ambiente educativo como movimento que acreditamos que devemos formar os educadores ambientais, não como simples multiplicadores, mas como fomentadores e dinamizadores desse ambiente; não como ambientes educativos fechados nas escolas ou até mesmo na comunidade do entorno, mas em um movimento voltado para interconexão a outros espaços em que esses movimentos estejam também em elaboração, constituindo uma estrutura de Rede que no conjunto formam movimento de resistência contrahegemônica (Guimarães, 2007, p.133).

Segundo Guimarães, essa formação crítica não se dá apenas em um momento, mas de forma permanente, contribuindo para a superação da fragilidade das práticas ingênuas perpetuadora de uma Educação Ambiental com caráter conservador, que vem se consolidando no cotidiano escolar.

Tendo em vista a formação de cidadãos ecologicamente conscientes, que se compreendam como parte integrante da natureza e responsáveis por sua preservação, também se analisou, neste trabalho, através da questão 4 (Gráfico 5), quais disciplinas abordavam/abordam com mais frequência assuntos relacionados a EA.

Gráfico 5: Percentual de disciplinas que abordam com mais frequência a Educação Ambiental.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observa-se que Geografia, Ciências e Biologia apresentaram uma incidência bastante significativa (029%, 028% e 018%, respectivamente) quando comparados as outras disciplinas que obtiveram percentuais abaixo dos 010%. Essa análise informa que a recorrência do assunto em determinadas disciplinas se dá pelo fato de que as discussões relacionadas ao meio ambiente estão constantemente presentes nos conteúdos destes componentes curriculares, ou seja, Geografia, Ciências e Biologia. Isso concorre para a necessária reflexão e criticidade, fazendo os alunos se perceberem como agentes transformadores do ambiente ao seu redor.

Tal resultado assemelha-se com informação coletada da memória do ex-aluno que frequentou a escola no período fevereiro de 1963 a dezembro de 1967, no ensino primário completo (atualmente, correspondendo ao primeiro ciclo do ensino fundamental).

“Língua Portuguesa e Ciências (esta última fazia parte do conjunto de áreas do conhecimento denominado, à época, de “Estudos Sociais e Ciências”). Havia, nas atividades extracurriculares, eventos solenes em que se faziam referências a temas ambientais, sem mencionar as expressões como ecologia, ambiente etc., moda mais recente. Durante as Semanas da Árvore (setembro), do Índio (abril), do Descobrimento do Brasil (abril), da Bandeira Nacional (novembro), dentre outras, emergiam ideias que hoje se relacionam à questão ambiental”.

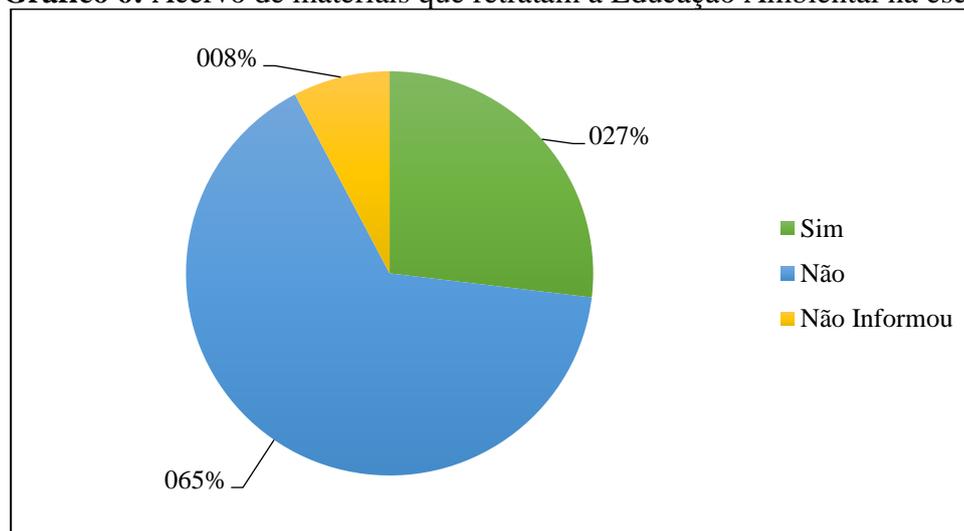
Indagados na Questão 5, sobre a utilização de recursos didáticos, os professores citaram vários, tais como: quadro de giz, livros, slides, textos, revistas, cartazes, além dos vídeos que foram citados por todos. Percebeu-se, com esses resultados, que a introdução de recursos didáticos no ensino escolar, traz inúmeros benefícios à prática docente, principalmente aquelas que envolvam discussões, debates, apresentação de opiniões, exposições por parte dos alunos, independente da área estudada, já que a utilização de recursos variados poderá refletir diretamente em um melhor nível de formação do alunado. É importante ressaltar que o uso desse material didático pode transformar a aula em uma atividade prazerosa, substituindo a simples memorização dos conteúdos, por ações que priorizem elementos concretos e o raciocínio lógico.

Associado a ajuda que os recursos didáticos oferecem no desenvolvimento de um ensino mais significativo, os professores, através da Questão 6, apontaram a existência de

eventos sobre Educação Ambiental na escola como sendo exitosas, tendo em vista que a mesma tem procurado desenvolver atividades de conscientização em relação ao meio ambiente, quer seja através de gincana, produção de horta, reflorestamento, reciclagem ou realizando palestras sobre a importância em se preservar a água.

No que diz respeito a disponibilidade de acervos por parte dos professores que retratem a Educação Ambiental, tem-se disposto no Gráfico 6 a opinião deles no que diz respeito a existência ou não desses acervos.

Gráfico 6: Acervo de materiais que retratam a Educação Ambiental na escola



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observa-se pelas taxas representadas no Gráfico 6 acima, que mais da metade, isto é, 065% dos entrevistados não possuem acervos sobre Educação Ambiental, restando apenas um público de 027% que afirma possuir algum material sobre o meio ambiente. O gráfico demonstra ainda que, um percentual de 008% não opinou acerca do assunto.

Entretanto, dentre aqueles que afirmaram possuir algum acervo relacionado à Educação Ambiental, alguns ressaltaram que a realização de ações escolares, sempre deixa um legado de materiais que ficam expostos no ambiente escolar, os quais, posteriormente, enriquecem as aulas. Assim, muitos materiais como folders, cartazes, encartes e apostilas foram apontados como acervos pertencentes aos professores, contudo, o registro fotográfico mostrou-se como o de maior predomínio entre os participantes, devido a sua praticidade em inserir e ligar história e meio ambiente.

No Quadro 6, estão dispostos a opinião dos professores inativos e ativos quanto as problemáticas que existiam e existem na contemporaneidade.

Quadro 6: Avaliação dos professores inativos e ativos quanto aos tipos de problemas ambientais existentes no entorno da escola estudada.

Que tipo de problemas ambientais você percebia/percebe que existiam/existem no município onde a escola está situada?	Opinião dos participantes	
	Existiam	Existem
Esgoto a céu aberto	13	10
Lixão	13	11
Desmatamento	5	8
Rios assoreados e poluídos	11	9
Queimadas	3	3
Ar poluído	5	2

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

No quadro acima, verifica-se que, tanto para os professores inativos quanto ativos que as mesmas problemáticas, isto é “*Esgoto a céu aberto*” e “*Lixão*” que atingiam a população de outrora continuam a persistir nos dias de hoje. Também se observou um crescimento no “*Desmatamento*” e, em contrapartida, houve um decréscimo do número de “*Rios assoreados e poluídos*”. Ainda com relação ao “*Desmatamento*”, observou-se, referente a coluna de problemáticas, que “*Existiam*” um resultado semelhante para a opção “*Ar poluído*” com 5 afirmativas cada. Em igual consonância, os professores em atividade ou não, identificaram em proporções menores as “*Queimadas*” como problemáticas que perduraram e perduram ainda hoje.

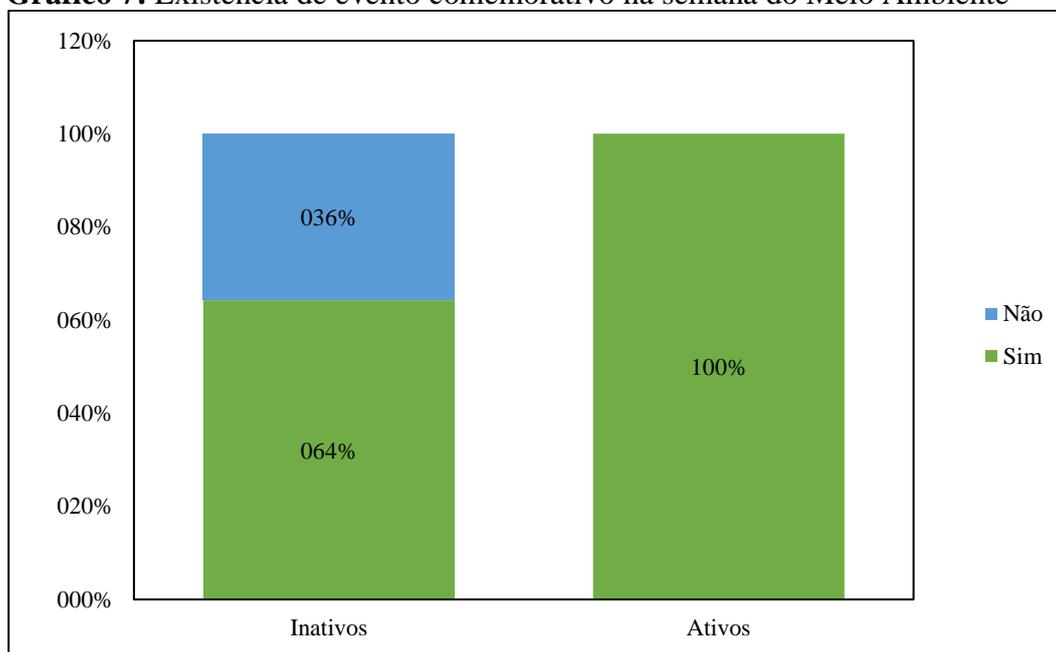
Reforçando as pesquisas quanto as estas questões ambientais, segundo Tozoni-Reis (2006, p 109),

Os temas mais comumente tratados nas propostas educativas ambientais como recursos hídricos, resíduos sólidos, desmatamento, queimadas, mata ciliar, extinção das espécies animais, etc., só têm perspectiva educativa plena se abandonarmos o caráter conteudista da pedagogia tradicional que trata os conteúdos com objetivos em si mesmos e dermos um tratamento problematizador a eles, isto é, se, a partir do processamento das informações sobre estes temas, educadores e educandos, coletiva e participativamente, buscarem empreender reflexões acerca dos conflitos que emergem dos

condicionantes históricos, políticos, sociais e culturais dos problemas e soluções ambientais.

O Gráfico 7 aponta a opinião entre professores inativos e ativos relacionada a existência de evento comemorativo na semana do meio ambiente.

Gráfico 7: Existência de evento comemorativo na semana do Meio Ambiente



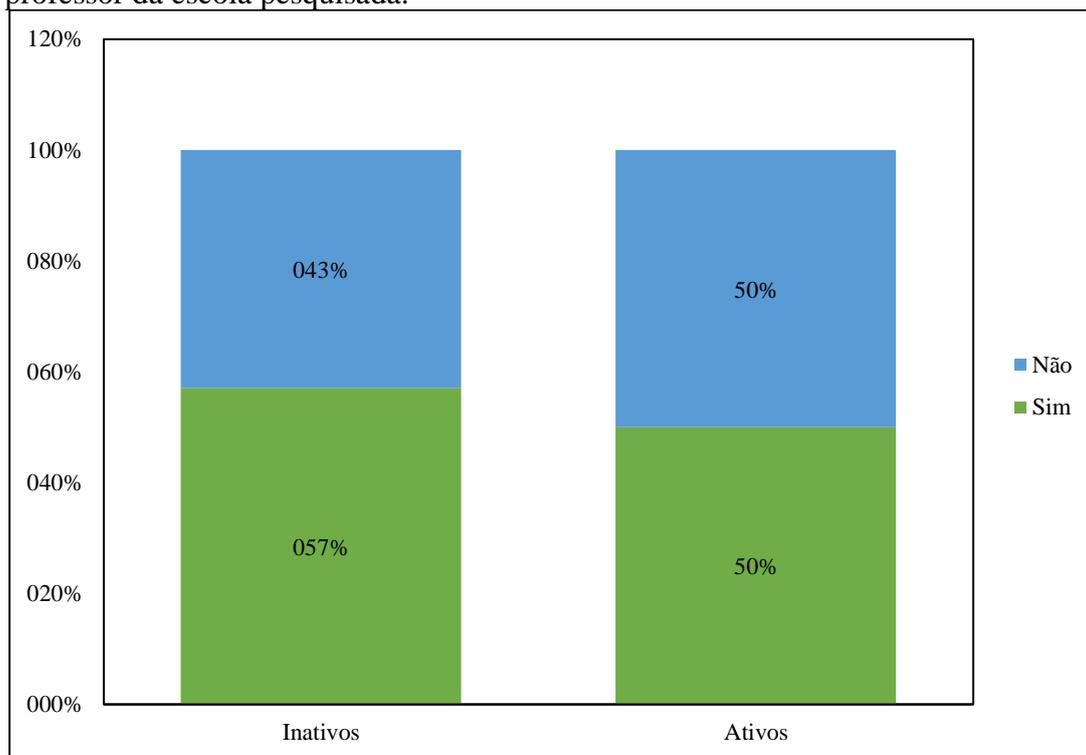
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Entre os professores inativos, observou-se um percentual positivo da realização de evento comemorativo relacionado a semana do meio ambiente, que foi de 064%, se comparado aqueles 036% que afirmaram não existir nenhum evento. Já entre o público de professores ativos constatou-se uma opinião unânime ao informar sobre a existência de evento alusivo a semana do meio ambiente.

Pode-se assim dizer que, a interatividade da Educação Ambiental com a sociedade ocorre principalmente no âmbito escolar, tendo em vista que, é na escola que podemos encontrar a principal fonte propagadora da consciência ambiental. Essas possibilidades surgem a partir de uma base de ensino consistente no que diz respeito ao bom preparo dos professores e ainda de um espaço físico que atenda, de maneira satisfatória, as necessidades do alunado.

No Gráfico 8, encontram-se representados os percentuais do envolvimento dos professores atuantes ou não, em projetos relacionados a Educação Ambiental.

Gráfico 8: Percentual de envolvimento em projetos relacionados a EA, enquanto professor da escola pesquisada.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em ambos os casos, isto é, de professores inativos ou não, vê-se um percentual satisfatório de envolvimento dos mesmos em projetos relacionados a Educação Ambiental, e, como se observa, esses percentuais ultrapassam os 50%. Em contrapartida, se tem um número muito próximo de 50% de participantes que, de um modo geral, não estão envolvidos com os projetos de Educação Ambiental, salientando que a participação destes consta apenas na condição de meros espectadores, demonstrando que é preciso existir um maior empenho da escola no alcance de novas projeções futuras no que diz respeito a conscientização ambiental, partindo principalmente dos professores.

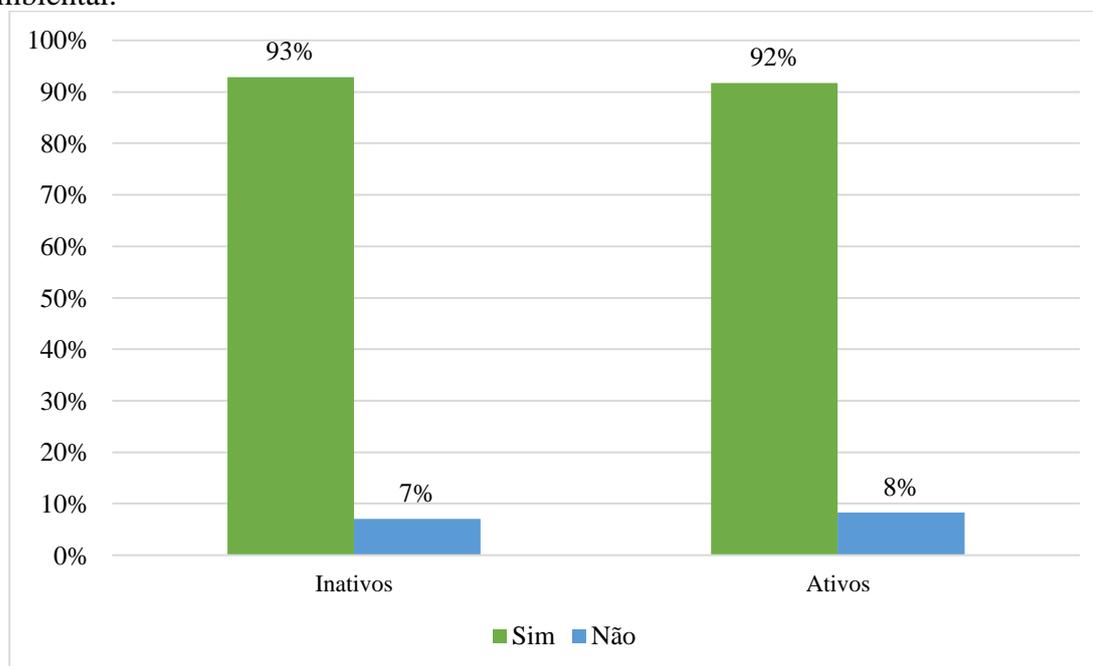
Segundo Grzebieluka et al. (2014, p.3887) o desenvolvimento de projetos interdisciplinares é um momento oportuno de integração entre várias áreas do conhecimento no planejamento de ações desenvolvidas junto aos alunos, aos educadores, à família e à comunidade, mostrando, através da participação de todos que, a partir de um dos eixos de trabalho inerente a Educação Ambiental percebe-se o equilíbrio ambiental, sendo este fundamental para a sustentabilidade.

Esses projetos devem ser de interesse do alunado, precisa ser significativo, representar uma questão comum pra todos e partir de uma indagação da realidade. Segundo Brasil (1998, p 57),

Os projetos são conjuntos de atividades que trabalham com conhecimentos específicos construídos a partir de um dos eixos de trabalho que se organizam ao redor de um problema para resolver ou um produto final que se quer obter. (...) Alguns projetos, como fazer uma horta ou uma coleção, podem durar um ano inteiro, ao passo que outros, como, por exemplo, elaborar um livro de receitas, podem ter uma duração menor. Por partirem sempre de questões que necessitam ser respondidas, possibilitam um contato com as práticas sociais reais. (...) Esse aprendizado serve de referência para outras situações permitindo generalizações de ordens diversas.

No Gráfico 9, está a demonstração do percentual de participação dos professores pesquisados em alguma ação ocorrida na escola referente a Educação Ambiental.

Gráfico 9: Percentual de participação em alguma ação na escola relacionada a Educação Ambiental.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

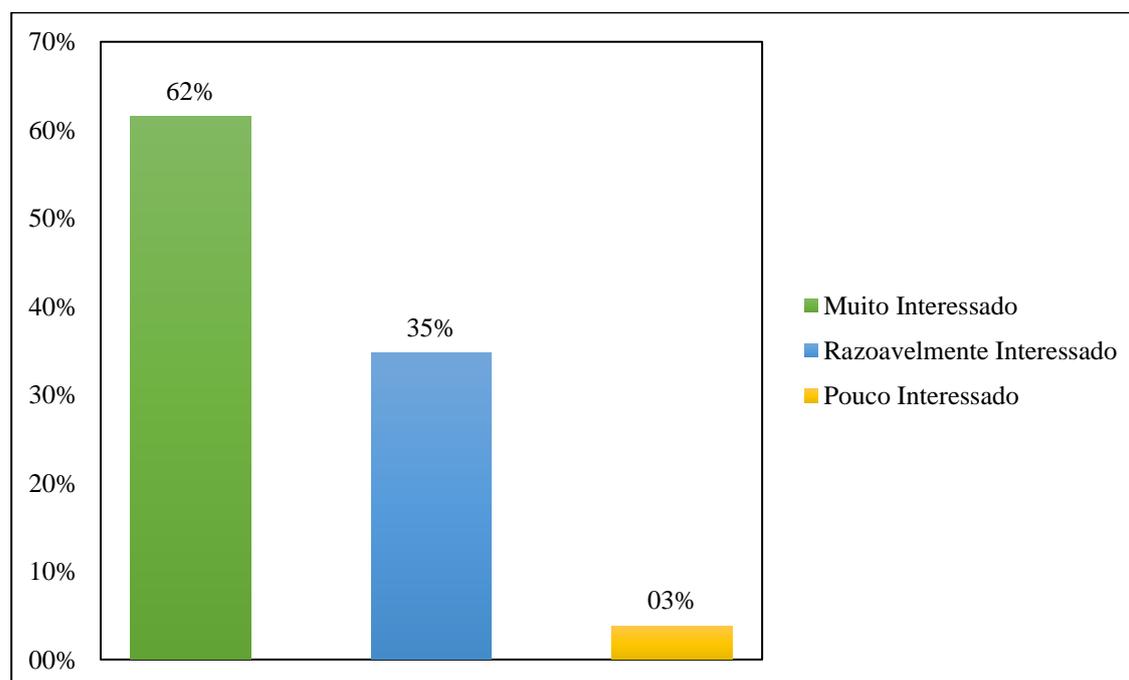
Como se observa no gráfico acima, mais de 90% dos professores inativos e ativos afirmaram que participam de alguma ação na escola relacionada a Educação Ambiental, o que demonstra, de forma notória, a existência de um expressivo interesse dos educadores em participar, mas principalmente dar passos no que diz respeito a um ensino aprendizagem mais comprometido em responder aos atuais desafios da área estudada.

Ressaltando que, Paro (2003, p.37), afirma que: “o professor (...) pela natureza do trabalho que exerce (...) precisa avançar mais, atingindo um nível de consciência e de prática política que contemplem (...) os interesses dos usuários de seus serviços”.

Trata-se não apenas de sensibilizar a população para o problema e de saber o que é certo e o que é errado em relação ao meio ambiente, mas de tornar os alunos capazes de discorrer sobre esses temas com a devida apreciação dos políticos e dos governantes, transformando em questões prioritárias.

No Gráfico 10, estão demonstrados em percentuais, o interesse dos professores por assuntos relacionados a Educação Ambiental.

Gráfico 10: Percentual de interesse dos professores por assuntos relacionados a Educação Ambiental (EA).



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo com o Gráfico 10, os valores demonstrados apontam resultados satisfatórios, uma vez que 62 e 35% dos professores pesquisados respectivamente, se enquadraram nas condições de “*Muito interessado*” e “*Razoavelmente interessado*”, restando apenas um percentual inferior de 03% que se disseram “*Pouco interessado*”, quando o assunto se refere à Educação Ambiental.

Vê-se diante dos resultados observados, que os professores pesquisados buscam não apenas fazer seu papel prioritário que é o de ensinar, mas, inteirar-se dos assuntos

interligados a Educação Ambiental, tornando-se cidadãos mais conscientes, repassando assim um conhecimento com maior qualidade.

No Quadro 7, estão dispostas as opiniões dos professores referentes a ações para a obtenção de um consumo sustentável.

Quadro 7: Número de opiniões dos professores relacionadas a ações para um consumo sustentável.

Com relação a CONSUMO, quais ações sustentáveis você considera mais importantes para implementar na escola?	Nº de opiniões dos participantes
Uso do papel reciclado.	12
Papéis reutilizados para fazer blocos de anotações/rascunhos.	13
Reutilização da água para limpeza e irrigação dos jardins e hortas.	23
Lâmpadas e equipamentos de baixo consumo de energia.	12
Material de limpeza sem químicos que agridam o meio ambiente.	10

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Avaliando-se as opiniões dos professores no Quadro 7, verificou-se que todas as alternativas apresentaram um bom resultado, sendo consideradas, portanto, como boas opções de técnicas sustentáveis a serem implantadas dentro do âmbito escolar. Observou-se, no entanto, que a opção “*Reutilização da água para limpeza e irrigação dos jardins e hortas*” culminou com a maior parte de opiniões, seguida da opção “*Papéis reutilizados para fazer blocos de anotações/rascunhos*”, que foi atribuída como a segunda melhor sugestão a ser implementada pela comunidade escolar. Ainda com relação ao Quadro 7, identificou-se uma similaridade de opiniões acerca das alternativas “*Uso do papel reciclado*” e “*Lâmpadas e equipamentos de baixo consumo de energia*”. É importante salientar que, os princípios de sustentabilidade trabalhados nas escolas, resulta em um maior envolvimento e participação social com a finalidade de melhoria do seu ambiente e entorno.

Para Gadotti (2009, p 46), “Ele implica um equilíbrio do ser humano consigo mesmo e com o planeta, e, mais ainda com o próprio universo. A sustentabilidade que defendemos refere-se ao próprio sentido do que somos de onde viemos e para onde vamos, como seres humanos.” Segundo ele, a sustentabilidade está relacionada com nós mesmos, com os outros e com a natureza.

Pode-se assim dizer que essas medidas se caracterizam como ações mínimas, pois não existem mudanças relevantes de currículo e estrutura do funcionamento escolar. Na

realidade, o que há é uma grande necessidade de implantação de várias melhorias para que seja possível construir uma escola sustentável. Neste caso,

... consolidar na comunidade escolar um espaço estruturante e permanente para realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, com intercâmbio entre as escolas e comunidades. Tendo em vista a sua relevância no processo de construção e reflexão de conhecimento local, e a sua missão de (re) aproximação escola-comunidade, tendo como fio condutor a questão socioambiental, o projeto visa a criação, consolidação e ampliação destas Comissões nas escolas, numa perspectiva de rede, ou seja, Comvidas estabelecendo intercâmbios entre si. (Brasil, 2007, p.09).

No Quadro 8, estão dispostas as opiniões dos professores referentes a escolha de ações sustentáveis adotadas para descartar corretamente os resíduos sólidos gerados pela escola.

Quadro 8: Número de opiniões dos professores relacionadas a ações para o descarte legal dos Resíduos Sólidos.

Com relação aos RESÍDUOS SÓLIDOS quais ações sustentáveis você considera mais importantes para ser implementada na escola?	Nº de opiniões dos participantes
Coleta seletiva dos resíduos recicláveis	25
Compostagem do lixo orgânico da merenda	10
Descarte no lixão	1

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observa-se no Quadro 8 que, a opção “*Coleta seletiva dos resíduos recicláveis*” obteve um maior número de opiniões em concordância entre os professores participantes, constatando, portanto, ser a melhor ação sustentável a ser adotada pela escola, seguida pela “*Compostagem do lixo orgânico da merenda*” (Figura 22-23).

Uma questão de grande importância a ser discutida e absorvida pela sociedade brasileira e global como um todo é a reutilização e/ou reciclagem dos resíduos sólidos. Neste contexto segundo Gomes (2010, p.02), “Reciclar significa transformar objetos materiais usados em novos produtos para o consumo. Esta necessidade foi despertada pelos seres

humanos, a partir do momento em que se verificou os benefícios que este procedimento trás para o planeta Terra.”

Figura 22: Oficina de reciclagem na confecção de um porta Treco (2015).



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2015)

Figura 23: Composteira construída pelos alunos (2019)



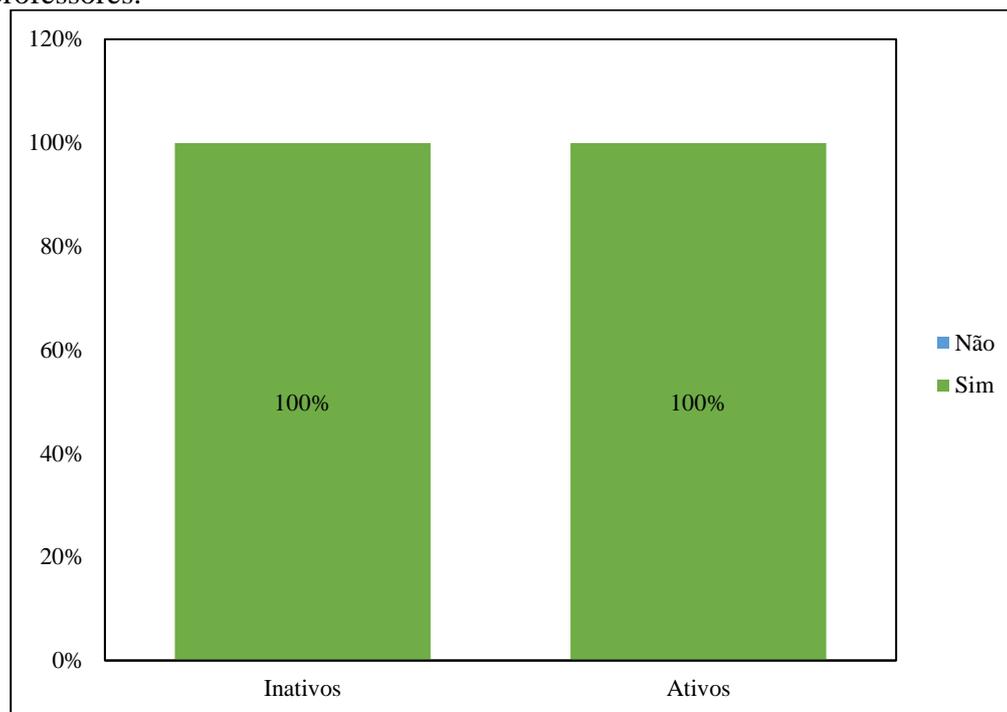
Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019)

Já com relação a compostagem, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), apontou como sendo uma medida indicada por minimizar problemas ambientais causados pelos seres humanos.

Portanto, um dos maiores desafios da Educação Ambiental é descobrir o equilíbrio entre o meio ambiente e o ser humano, já que, cada vez mais a humanidade está se aproveitando inadequadamente do recursos naturais, tornando urgente e necessário a conscientização sobre as questões ambientais de forma geral.

No Gráfico 11, se tem o percentual da existência de áreas verdes na escola, segundo a opinião dos professores. Mediante os resultados demonstrados as observações uma consonância entre as opiniões que representaram os professores inativos e ativos, quanto a existência de áreas verdes nas dependências da escola pesquisada, constatando-se que ela se encontra em condições favoráveis tanto para a realização de aulas práticas, quanto para o descanso ou convivência.

Gráfico 11: Percentual de existência de áreas verdes na escola na opinião dos professores.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Esses resultados provavelmente se refletem de forma positiva, estimulando alunos e professores a desenvolverem novos projetos e ações, como por exemplo, a prática de hortas para o consumo escolar, contribuindo com a mudança de comportamentos ao mesmo tempo em que serve de subsídio para progredir nos cuidados com a natureza.

4.3 Análise do questionário aplicado aos alunos

Após a aplicação dos questionários aos 50 alunos, sendo 30 inativos na faixa etária entre 20 e 80 anos com o Ensino Fundamental e Médio, e 20 ativos, com a idade entre 15 a 17 anos, do Ensino Médio, da escola estadual da cidade de Várzea-RN, realizou-se uma triangulação dos dados coletados, transformando em informações as questões mais relevantes, relacionadas ao estudo da Educação Ambiental. Partindo desse pressuposto, foram elaborados gráficos e tabelas, a partir das informações dos consultados, e tudo foi inserido no trabalho com a finalidade de se analisar melhor e de forma mais detalhada, os resultados obtidos, como será visto posteriormente.

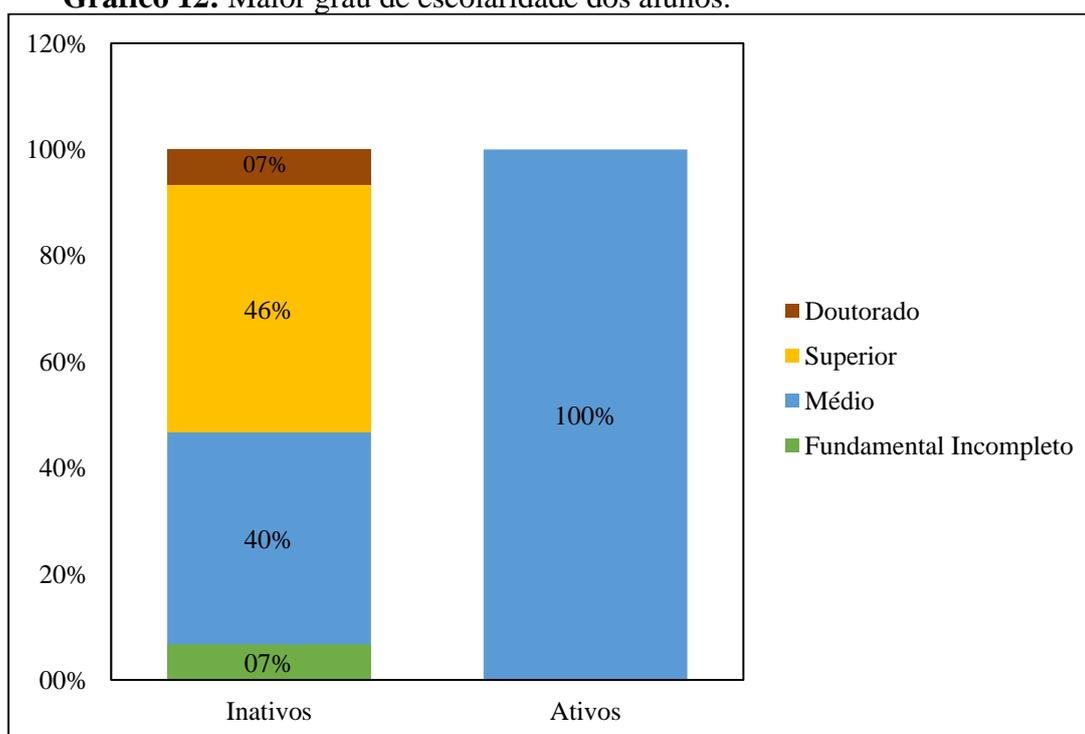
Em toda pesquisa, procurou-se fazer levantamentos de temas ligados ao assunto, para que se pudesse ter uma visão mais próxima possível da realidade vivenciada por eles. Neste

sentido, buscou-se aplicar questionários individuais, onde todos puderam dar suas contribuições acerca do tema trabalhado, ou seja, Educação Ambiental.

Ao avaliar inicialmente o tempo de permanência dos alunos na escola pesquisada, observou-se que entre os inativos, o mais antigo deles entrou na instituição em 1952 permanecendo até 1953. Já entre os alunos ativos, o mais antigo está estudando na Escola Dom Joaquim de Almeida desde 2009.

Quanto ao maior grau de instrução observado entre os alunos, eles estão reportados no Gráfico 12.

Gráfico 12: Maior grau de escolaridade dos alunos.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observou-se entre os alunos inativos com maior grau de escolaridade, que a graduação é a que apresenta o maior índice, com 46%. Essas graduações se deram principalmente na área de Pedagogia, além dos cursos de Turismo, Educação Física, Psicologia, Nutrição, Tecnologia da Informação, Recursos Humanos, História e Matemática. Observa-se também, entre os alunos inativos, um percentual de 07%, referente àqueles que apenas chegaram até a 5ª série do ensino fundamental, não concluindo, portanto, o ensino básico. O mesmo percentual foi obtido entre aqueles que apresentaram a titulação de doutorado, demonstrando interesse em dar continuidade à vida acadêmica. Já entre os

alunos inativos, que concluíram o ensino médio, o gráfico apresenta um índice de 40% dos pesquisados.

Na questão 1, cujas respostas mais significativas estão descritas abaixo, os alunos foram interpelado sobre os conteúdos trabalhados com mais frequência na educação ambiental:

A7: “A coleta seletiva do lixo, a redução do desperdício de água, desmatamento de matas e florestas, a poluição de rios e lagoas entre outros”.

A14: “Se trabalhava sobre a questão da horta, sobre o desmatamento, sobre o dia da árvore entre outros”.

A20: “Saneamento básico, aquecimento global e etc.”

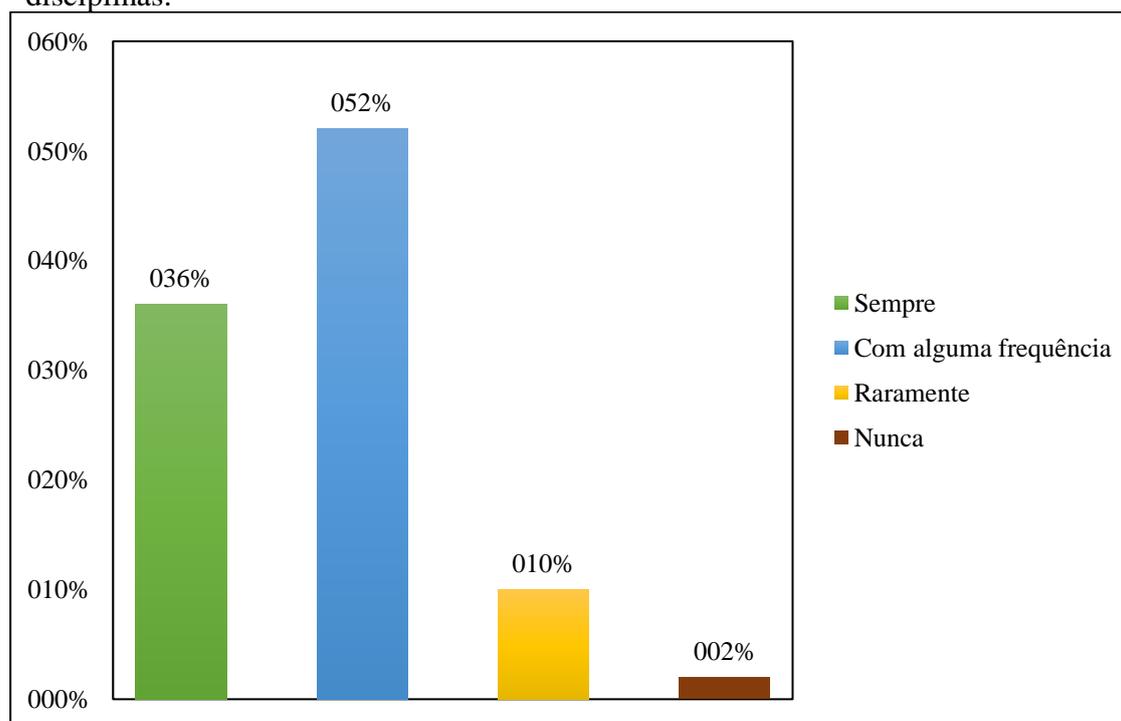
A49: “A importância da Educação Ambiental para o ser humano e Sustentabilidade”.

A25: “Os mais pertinentes eram poluição atmosférica e hídrica, o combate a biopirataria e de forma mais incisiva a questão do desmatamento”.

Dentre os temas ambientais apontados com maior frequência pelos alunos, estiveram presentes o desmatamento e a poluição hídrica, dentre outros. A escolha dessas temáticas pode ser atribuída não apenas a visão interpretativa do alunado quanto ao lugar de destaque que esses assuntos têm pra eles, mas também por serem questões inerentes ao convívio deles, ou seja, práticas sustentáveis ainda não consolidadas nesses locais.

No Gráfico 13, tem-se dispostos em percentuais as opiniões dos alunos com relação à frequência com que os assuntos sobre meio ambiente são abordados pelos componentes curriculares em sala de aula.

Gráfico 13: Percentual de frequência de assuntos relacionados ao Meio Ambiente nas disciplinas.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O gráfico acima os resultados observados, demonstra que ocorre uma interatividade bastante significativa entre os assuntos relacionados com o meio ambiente, debatidos pelos professores e a frequência com que ocorrem, visto que os efeitos mais relevantes se situaram no entorno das opções “*Com alguma frequência*” e “*Sempre*”, que apresentaram índices de concordância entre o alunado de 052% e 036% respectivamente, mostrando que essa temática está sempre ocorrendo.

Como meio de promoção da Educação Ambiental Crítica, o ideal, para a conscientização das pessoas, é a realização de programas educativos interdisciplinares, abordando a problemática ambiental dentro da realidade vivenciada pela sociedade, para que educando e educadores troquem conhecimentos, contribuindo para a transformação socioambiental. Sendo assim, na visão de Bertolucci, Machado e Santana (2005, p.41) a,

EA Crítica nega intensamente a ruptura sociedade-natureza e propõe compreender os problemas socioambientais que nossa sociedade gera. Para isto, aposta na formação de um indivíduo que seja capaz de transformar a realidade que está inserido, fazendo fortes reivindicações sociais e ambientais. Suas ações pedagógicas estão vinculadas à contextualização da

realidade, recusa à educação tecnicista e a simples transmissão do conhecimento.

Portanto, argumenta-se que o trabalho coletivo envolve o diálogo e, de acordo com Freire (2005, p. 79), devemos respeitar uma relação dialógica entre as pessoas para uma possível libertação pedagógica, ou seja, o entendimento de sua própria realidade, afirmando “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si...”

Ao perguntar, na questão 3, sobre como os alunos definem a Educação Ambiental, entre todos os que responderam ao questionário, foi feita uma seleção de 6 respostas, apresentadas na íntegra abaixo:

A19: “Os meios de defender e conhecer a natureza”.

A11: “A Educação Ambiental é um processo educativo que visa conscientizar as pessoas da importância da preservação do meio ambiente”.

A2: “É uma forma de se conscientizar, esclarecer e manter o foco no meio ambiente”.

A50: “São ações para manter o ambiente limpo e organizado”

A22: “Para mim a educação ambiental é o meio de preservar a natureza”.

A37: “Uma construção social, que abarca habilidades e competências que se relacionam a preservação do meio ambiente, imprescindível a uma boa qualidade de vida”.

Percebe-se que existe certa propriedade dos alunos em se tratando da Educação Ambiental, como também observada entre os demais públicos anteriormente estudados. No entanto, as ações diárias não refletem essa conscientização, ficando evidente a importância de ser trabalhada a Educação Ambiental para a formação de um pensar crítico sobre os problemas ambientais que afetam a humanidade, especialmente no que se refere à concepção moral e à precisão de mudanças nos moldes atuais de nossa sociedade.

Em resumo, a Educação Ambiental é um dos mais importantes requisitos educacionais contemporâneos para a formação do cidadão e não apenas um requisito de conhecimento sobre o meio ambiente, explicando que não deve ser empregado como a transferência de conhecimento ambiental, mas procurando ampliar a participação política do cidadão. Ao conceituar educação ambiental, Guimarães (1995; p. 107) diz que “é um processo longo e contínuo de aprendizagem, de uma filosofia de trabalho participativo, em que todos, família, escola e comunidade, devam estar envolvidos”.

No Quadro 9, se tem, de forma clara, as disciplinas que, na opinião dos alunos, mais abordam a Educação Ambiental.

Quadro 9: Disciplinas que mais abordam a Educação Ambiental na opinião dos participantes.

Quais disciplinas, em sua opinião abordavam/abordam com mais frequência a EA?	Nº de opiniões dos participantes
Artes	3
Biologia	22
Ciências	4
Economia Primária	1
Educação Ambiental	1
Estudos Sociais	1
Ética Moral e Cívica	1
Filosofia	1
Geografia	43
História	4
Língua Portuguesa	3
Organização Social e política do Brasil (OSPB)	1
Química	5
Não informou	2

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

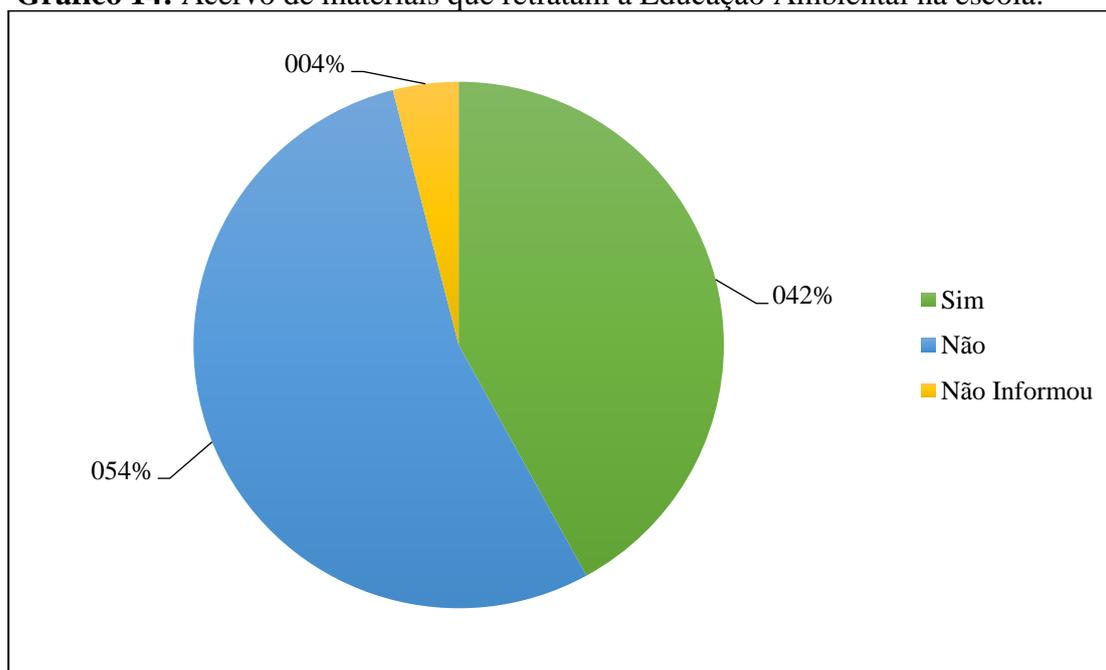
No Quadro 9, observa-se uma predominância de Geografia e Biologia, matérias que tradicionalmente tendem a abordar o tema de uma forma mais aprofundada. O número de disciplinas onde se percebe a abordagem da temática ambiental é considerável, indo em um primeiro momento de encontro com a proposta de interdisciplinaridade ambiental,

proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Neste contexto a EA apresenta um caráter interdisciplinar, onde sua abordagem deve ser integrada e contínua, e não ser uma nova disciplina, ou seja, “A Educação Ambiental não deve ser implantada como uma disciplina no currículo de ensino em conformidade com a lei 9.795/99.” A percepção da abordagem do assunto em cada disciplina, porém, ainda está bem abaixo do valor ideal, devendo ser melhorado.

Com relação as questões 5 e 6, que objetivava, respectivamente, apontar os recursos didáticos utilizados nas aulas de Educação Ambiental e o relato de troca de experiências adquiridas com os eventos nessa temática, foi identificado uma convergência de opiniões entre professores e alunos ao se tratar de recursos didáticos, enquanto que muitas foram as experiências relatadas pelos alunos, ações desde a participação em projeto socioambiental, no qual se aprendia a teoria e depois se dava a prática no campo, com o plantio de árvores, a limpeza das nascentes dos rios que cortam a cidade, discussões em torno da vegetação existente, documentários e até mesmo peças teatrais que tinham como temática a reciclagem, nas quais as roupas dos atores eram recicláveis.

O Gráfico 14 tem em sua representação os percentuais da existência de acervos relacionados à Educação Ambiental.

Gráfico 14: Acervo de materiais que retratam a Educação Ambiental na escola.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observa-se pelas taxas representadas no gráfico acima, que 054% dos entrevistados não possuem acervos sobre Educação Ambiental, enquanto que um público inferior de 042% se dizem possuidor de algum pertence, restando um percentual de 004% que não opinou acerca do assunto. Resultado semelhante foi observado no Gráfico 8, que retratou essa mesma abordagem na versão do professor, demonstrando o maior percentual para aqueles que não possuem nenhum tipo de acervo que venha a retratar a Educação ambiental.

No Quadro 10, está demonstrado a opinião dos alunos inativos e ativos quanto às problemáticas que existiam e existem na atualidade.

Quadro 10: Avaliação dos alunos inativos e ativos quanto aos tipos de problemas ambientais existentes no entorno da escola estudada.

Que tipo de problemas ambientais você percebe/percebe que existiam/existem no município onde a escola está situada?	Opinião dos participantes	
	(Inativos) Percebia/Existiam	(Ativos) Percebe/Existem
Esgoto a céu aberto	27	18
Lixão	26	13
Desmatamento	27	7
Rios assoreados e poluídos	26	18
Queimadas	13	10
Ar poluído	5	7

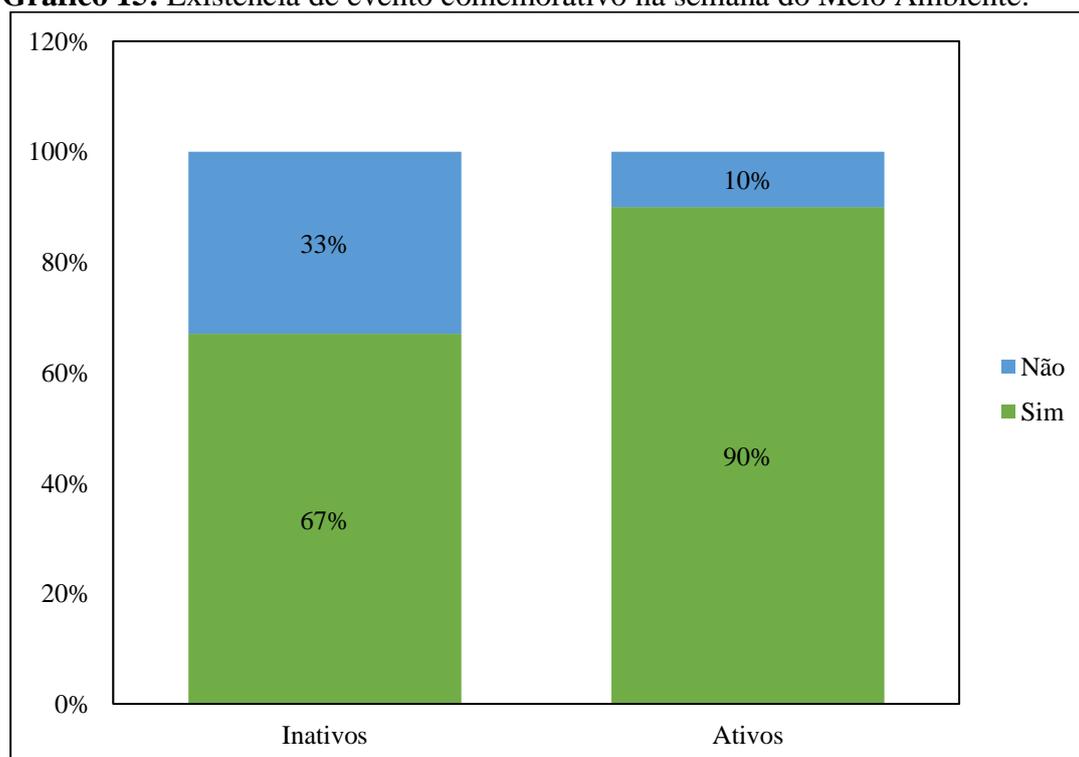
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observa-se no Quadro 10 que entre as problemáticas apontadas, várias foram as opções identificadas como “Existiam” para os alunos inativos, merecendo destaque para “Esgoto a céu aberto” e “Desmatamento” que apresentaram a mesma pontuação, isto é 27, seguidas pelo “Lixão” e “Rios assoreados e poluídos” que de forma análoga também apresentaram um mesmo número de opiniões (26), o que demonstra quase que uma mesma percepção acerca dos problemas que afetam as imediações escolar. Quanto às problemáticas que “Existem” indicadas pelo aluno ativo, verifica-se um comportamento semelhante apenas em parte, ao qual também “Esgoto a céu aberto” foi tido como a maior problemática seguida da alternativa “Rios assoreados e poluídos”, que obtiveram 18 opiniões cada. Ainda com

relação ao Quadro 10, nesse quesito “*Existem*” verifica-se um resultado semelhante de 7 opiniões para as alternativas “*Desmatamento*” e “*Ar poluído*”. Embora divergindo em alguns momentos as opiniões declaradas por alunos inativos e ativos, ou mesmo dos professores no Quadro 6, essas observâncias devem ser aceitas e discutidas e não descartadas, tendo em vista que possivelmente parte de uma visão menos pontual, estando ainda esse ponto de vista relacionado não somente com o entorno da escola, mas as suas condições de moradia.

No Gráfico 15, estão expostos os percentuais de respostas obtidas dos alunos, relacionadas a existência de evento comemorativo na semana do meio ambiente.

Gráfico 15: Existência de evento comemorativo na semana do Meio Ambiente.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De acordo com o Gráfico acima, ao se comparar as respostas afirmativas dos alunos inativos e ativos, questionados sobre a existência de evento comemorativo relacionado ao meio ambiente, verifica-se que há uma diferença relevante no percentual, que é de 23%. Em contrapartida, observa-se um decréscimo nos percentuais também 23% dos alunos que concordaram em dizer que “*Não*” se tem evento comemorativo alusivo a semana do meio ambiente. Esse expressivo aumento no número de evento alusivo ao meio ambiente, possibilita enxergar uma maturidade quanto a inter-relação com a questão ambiental, proporcionando a possibilidade de se ter um alunado mais consciente de suas ações e do retorno condizente a elas. Eventos realizados no ano de 2019 (Figuras 24-27).

Figura 24: Projeto semana do Meio Ambiente (2019).



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019)

Figura 25: Comemoração na semana do Meio Ambiente (2019).



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019)

Figura 26: Atividade realizada na semana de meio Ambiente 2019.



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019)

Figura 27: Ação realizada dia da árvore (2019).



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019)

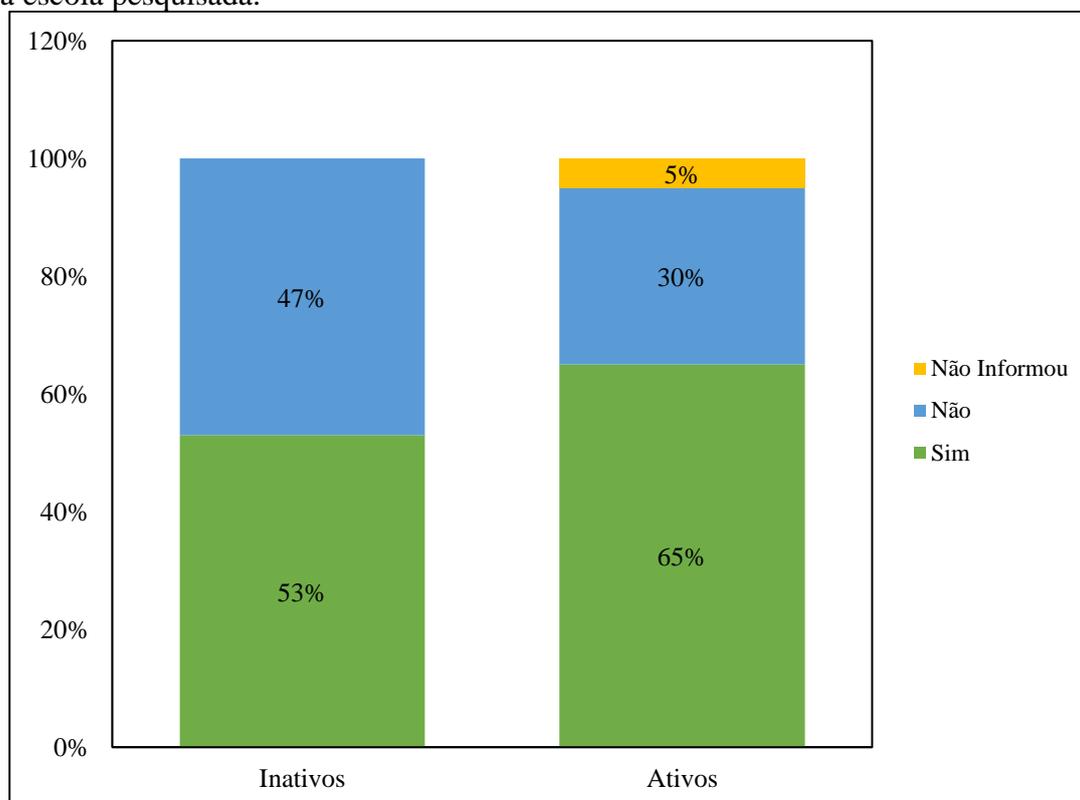
Essas ações nos remetem ao documento legal as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013), onde se afirma que:

Educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do Planeta. Educar é, enfim, enfrentar o desafio de lidar com gente, isto é, com criaturas tão imprevisíveis e diferentes quanto semelhantes, ao longo de uma existência inscrita na teia das relações humanas, neste mundo complexo. Educar com cuidado significa aprender a amar sem dependência, desenvolver a sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro e com tudo o que existe, com zelo,

ante uma situação que requer cautela em busca da formação humana plena”.
(Brasil, 2013, p.18).

No Gráfico 16 são avaliados os percentuais de envolvimento dos alunos em projetos relacionados a Educação Ambiente.

Gráfico 16: Percentual de envolvimento em projetos relacionados a EA, enquanto aluno da escola pesquisada.

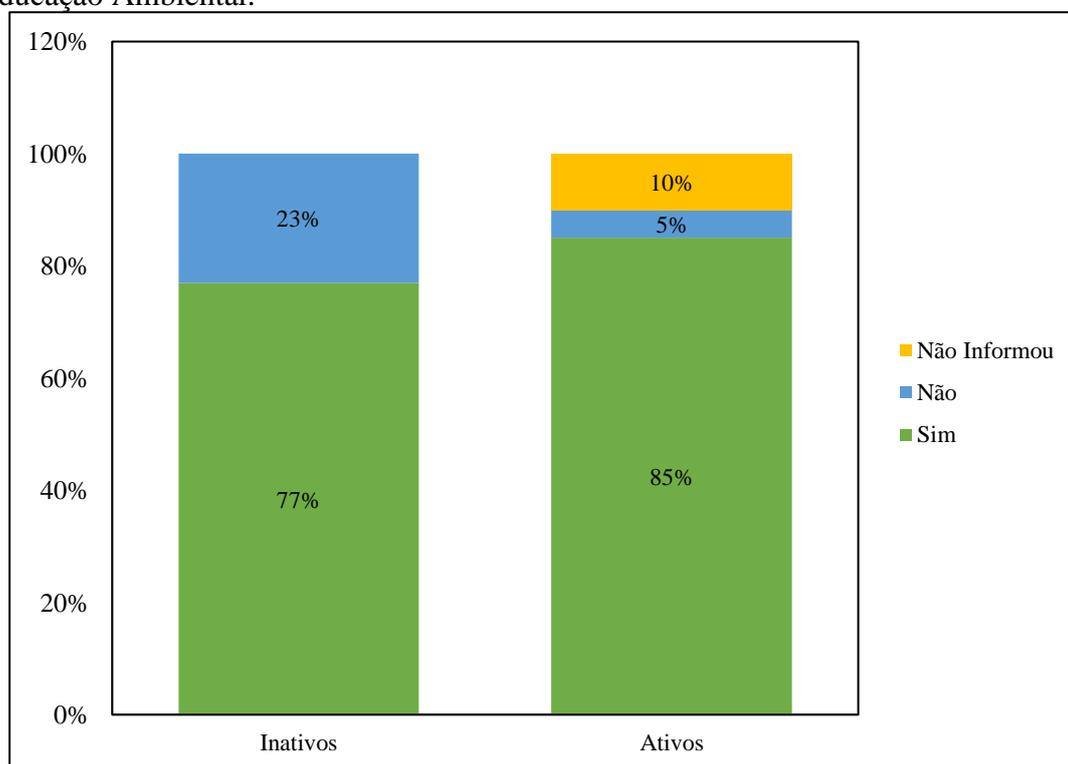


Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De forma análoga ao Gráfico 15, que atestou ter ocorrido um aumento no número de eventos relacionados a Educação Ambiental, vê-se também uma resposta favorável aos resultados observados no Gráfico 16, ou seja, um aumento no compromisso por parte do aluno, que não pensa em ficar apenas com o conceito da temática abordada em mente, mas de se envolver em projetos interligados a área, primeiramente por uma possível identificação, além de ratificar ter compreendido que a Educação Ambiental vai além da transmissão de conhecimento, ela exige, portanto, uma mudança de postura comportamental, para que assim se tenha futuros agentes multiplicadores capazes de alcançar resultados cada vez mais expressivos, quando o assunto trata do meio ambiente e sua sustentabilidade.

No Gráfico 17, verificam-se o percentual de participação dos alunos pesquisados em alguma ação ocorrida na escola referente a Educação Ambiental.

Gráfico 17: Percentual de participação em alguma ação na escola relacionada a Educação Ambiental.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Mais de 75% do alunado pertencente às duas especificações de alunos (Gráfico 17), isto é, inativos e ativos, confirmam o avanço participativo em ações escolares envolvendo a Educação Ambiental, se confirmando a queda gradual no número de não participantes de alguma atividade relacionada à temática abordada.

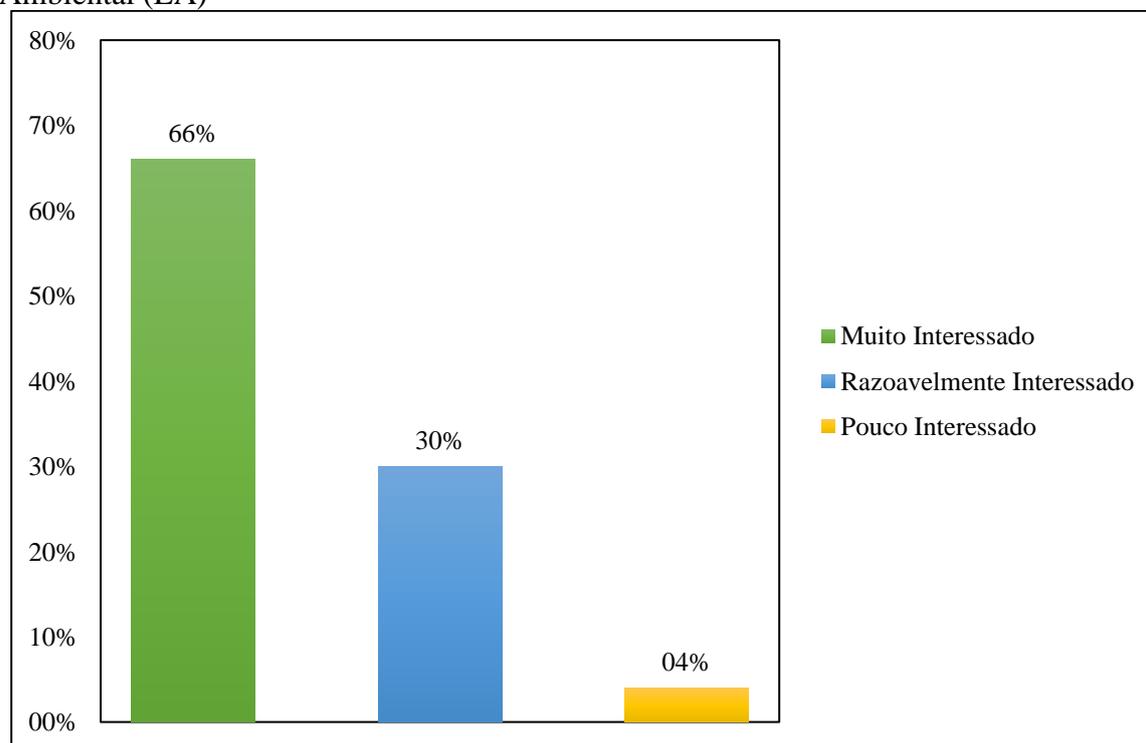
A educação ambiental não é, portanto, uma ‘forma’ de educação (uma ‘educação para...’) entre inúmeras outras; não é simplesmente uma ‘ferramenta’ para a resolução de problemas ou de gestão do meio ambiente. Trata-se de uma dimensão essencial da educação fundamental que diz respeito a uma esfera de interações que está na base do desenvolvimento pessoal e social: a da relação com o meio em que vivemos. A educação ambiental visa a induzir dinâmicas sociais, de início na comunidade local e, posteriormente, em redes mais amplas de solidariedade, promovendo a abordagem colaborativa e crítica das realidades socioambientais e uma

compreensão autônoma e criativa dos problemas que se apresentam e das soluções possíveis para eles (Sauvé, 2005, p.317).

Observando o Gráfico 18, fica evidente que os alunos desejam aprender sobre meio ambiente de uma forma que extrapole as aulas tradicionais, desejando participar de palestras, atividades extraclasse dentre outros. Tal resultado mostra que a educação ambiental deve ser trabalhada na escola de forma criativa, através de atividades dinâmicas e participativas, unindo teoria à prática, para que melhores resultados sejam alcançados.

No Gráfico 18, estão demonstrados em percentuais, o interesse dos alunos por assuntos relacionados a Educação Ambiental.

Gráfico 18: Percentual de interesse dos alunos por assuntos relacionados a Educação Ambiental (EA)



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Diante dos resultados, constata-se no Gráfico acima, valores muito parecidos com aqueles obtidos pelo Gráfico 10, referente a análise dos professores indagados, no qual existe um predomínio da alternativa “*Muito interessado*”, com 66% das opiniões válidas, em vista de 30% que se disseram “*Razoavelmente interessado*” por abordagens direcionadas a Educação Ambiental. Visivelmente cresce o interesse do público estudado pela temática, tendo como uma das possibilidades explicativas o fato de ser uma área atual e que vem

ganhando destaque entre os meios de comunicação, empresas privadas, ONGs, dentre outros.

No Quadro abaixo, estão dispostas as opiniões dos alunos referentes a ações para a obtenção de um consumo sustentável.

Quadro 11: Número de opiniões dos alunos relacionadas a ações para um consumo sustentável.

Com relação a CONSUMO quais ações sustentáveis você considera mais importantes para implementar na escola?	Nº de opiniões dos participantes
Uso do papel reciclado.	32
Papéis reutilizados para fazer blocos de anotações/rascunhos.	28
Reutilização da água para limpeza e irrigação dos jardins e hortas.	42
Lâmpadas e equipamentos de baixo consumo de energia.	33
Material de limpeza sem químicos que agredam o meio ambiente.	29

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De modo semelhante a pontuação apontada pelos professores no Quadro 7, também se obteve no Quadro 11 uma boa aceitação, por parte do alunado pesquisado, das práticas indicadas para promoção de uma maior sustentabilidade na escola. Observou-se ainda que dentre as alternativas ofertadas, a “*Reutilização da água para limpeza e irrigação dos jardins e hortas*” ganhou destaque em sua aprovação, talvez por ter ocorrido, nos últimos 5 anos, um longo processo de estiagem, em que a população, principalmente da Região Nordeste, teve de se reinventar quanto ao uso racionado de água, sendo refletido portanto em número de votos para essa ação sustentável.

Nesta perspectiva Leff (2009, p.18) argumenta sobre o saber ambiental,

O saber ambiental reafirma o ser no tempo e o conhecer na história; estabelece-se em novas identidades e territórios de vida; reconhece o poder do saber e da vontade de poder como um querer saber. O saber ambiental faz renascer o pensamento utópico e a vontade de liberdade em uma nova racionalidade na qual se fundem o rigor da razão e os excessos do desejo, a

ética e o conhecimento, o pensamento racional e a sensualidade da vida. A racionalidade ambiental abre caminho para uma reerotização do mundo, transgredindo a ordem estabelecida, a qual impõe a proibição de ser. O saber ambiental, interrompido pela incompletude do ser, pervertido pelo poder do saber e mobilizado pela relação com o Outro, elabora categorias para apreender o real desde o limite da existência e do entendimento, a diferença e a outredade. Dessa maneira, cria mundos de vida, constrói novas realidades e abre o curso da história para um futuro sustentável.

No Quadro 12, estão dispostas as opiniões dos alunos referentes à escolha de ações sustentáveis adotadas para descartar corretamente os resíduos sólidos gerados pela escola.

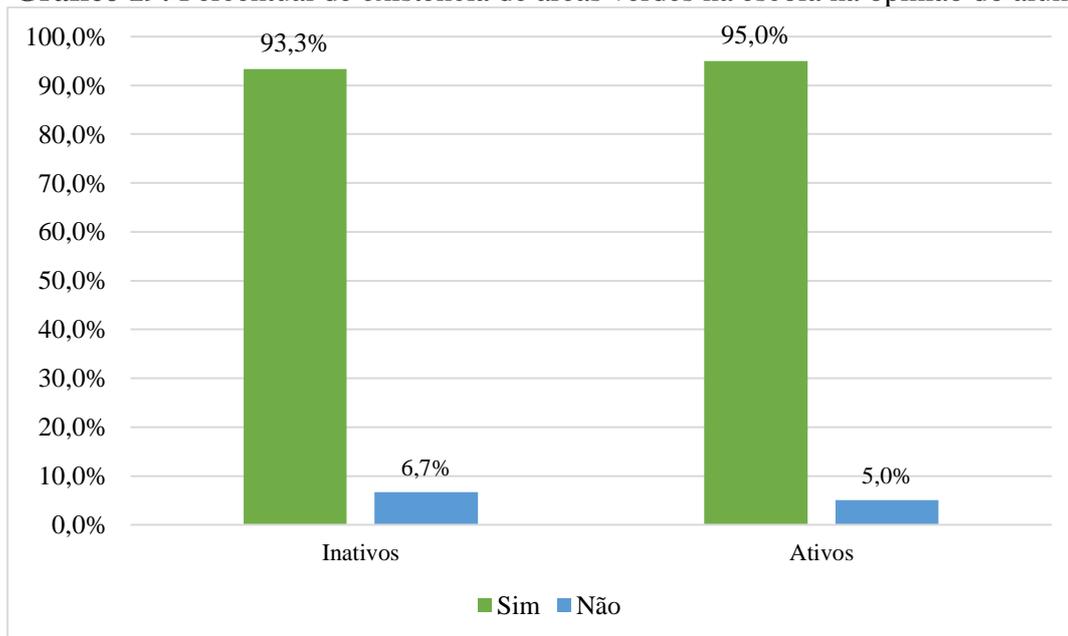
Quadro 12: Número de opiniões dos alunos relacionadas a ações para o descarte legal dos Resíduos Sólidos.

Com relação aos RESÍDUOS SÓLIDOS quais ações sustentáveis você considera mais importantes para ser implementada na escola?	Nº de opiniões dos participantes
Coleta seletiva dos resíduos recicláveis	47
Compostagem do lixo orgânico da merenda	34
Descarte no lixão	4

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

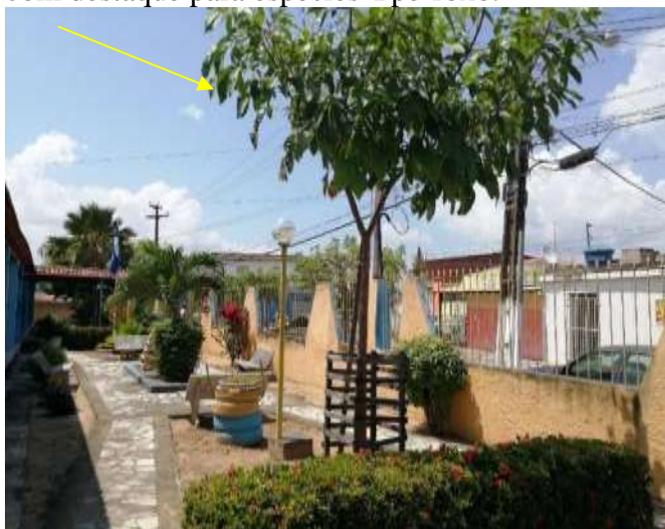
Quando comparado aos resultados obtidos no Quadro 07, apontados pelos professores pesquisados, verifica-se neste Quadro 12, uma semelhança de opiniões acerca das alternativas mais bem aceitas pelo alunado, que ficaram entre as opções “*Coleta seletiva dos resíduos recicláveis*” com 47 opiniões idênticas, seguida “*Compostagem do lixo orgânico da merenda*”, com 34 votos.

No Gráfico 19, tem-se o percentual de existência de áreas verdes na escola na opinião dos alunos.

Gráfico 19: Percentual de existência de áreas verdes na escola na opinião do alunado.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em resposta à questão colocada, demonstrada no gráfico 19, um percentual acima de 90% dos alunos pesquisados, concordaram que a Escola dispõe de áreas verdes em seu interior, enquanto que, menos de 7% deles informaram não existir áreas verdes no pátio interno da mesma. Como praças ecológicas (Figura 28- 30).

Figura 28: Ecopraça do saber inaugurada em 2008, com destaque para espécies Ypê-roxo.

Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019)

Figura 29: Praça escola sustentável inaugurada em (2016).

Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019)

Figura 30: Áreas verdes e espaço de convivência.



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019)

Destaca-se na história da instituição iniciativas de arborização da área da escola, principalmente com espécies arbóreas plantadas em gestões diferentes, tendo como marco a árvore de Raf., Jasmin-manga (*Plumeria rubra*), Algaroba (*Prosopis juliflora*) Flamboyant (*Delonix regia* Bojer ex Hooke) e o Pau-Brasil *Guilandina echinata* (Lam.) (Figura 31-34).

Figura 31: Jasmin-manga (*Plumeria rubra*) plantada na década de 1950 por (Zilda Roriz).



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019).

Figura 32: Algaroba (*Prosopis juliflora*) Plantado na década de 1960, pela gestão da época.



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019).

Figura 33: A escola em 1963, ao fundo, à direita, árvore Flamboyant (*Delonix regia* (Bojer ex Hook.))



Fonte: George Luiz Coelho Cortês (1963).

Figura 34: Pau-Brasil *Guilandina echinata* (Lam.) plantado pela gestão da época em 2003.



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva (2019).

Os jardins e as áreas arborizadas fazem parte do cotidiano da escola com espécies que foram plantada desde a fundação da instituição, porém durante essa trajetória a escola já passou por várias reformas e adequação da sua estrutura física que ocasionou a substituição de algumas espécies de plantas nativas e exóticas das áreas verdes que circundam a escola.

“Semana da Árvore. Ela tinha forte conotação da temática ambiental, embora não fosse tratada com essa terminologia. A celebração abrangia todas as turmas e geralmente se encerrava com uma solenidade centralizada com plantio de uma árvore. A diretora designava para realizar o plantio uma jovem, pois dizia que a juventude dela era bom prenúncio para a planta progredir. Recordo-me do plantio de um Flamboyant no jardim, à entrada do educandário, o qual resistiu longas décadas, mas foi eliminado. Há, no entanto, um velho jasmim que sobrevive no canto do jardim, com suas flores brancas e perfumadas em todas as estações.” (Memória de um ex- aluno - 1963/1967).

Por intermédio da coleta de dados estatísticos podemos produzir visões sobre nosso objeto de estudo, tendo em vista que os argumentos de provas são bastante relevantes para a construção de novas pesquisas. Neste sentido, com uma base de coleta pautada em questões que englobam conhecimentos históricos e contemporâneos no que tange a educação

ambiental, poderá levar a reflexões que podem contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico.

Atualmente há grandes consensos na sociedade: o reconhecimento da gravidade dos problemas ambientais, que estes são decorrência de um modelo de desenvolvimento econômico de forte impacto ambiental e que a Educação Ambiental é uma importante ação para a superação destes problemas. No entanto, este reconhecimento não significa que estão sendo propostas soluções consensuais. (Guimarães, 2016, p.14).

A educação ambiental não pode abranger somente o meio científico e teórico. Neste caso,

Trate-se então de desenvolver o processo educativo, contemplando tanto o conhecimento científico como os aspectos subjetivos da vida, que incluem as representações sociais, assim como o imaginário acerca da natureza e da relação do ser humano com ela. Isso significa trabalhar os vínculos de identidade como o entorno socioambiental. (Brasil, 1998, p. 182).

Sendo assim, os gráficos que permitiram a representação de dados em diversos conteúdos, amplia a importância de tais sistemas de representação, uma vez que não se relacionam apenas com conteúdos da matemática, mas de fato permitem tratamento de informações de diversas outras áreas de conhecimento. Portanto, a elaboração e análise dos gráficos foram de grande importância no que diz respeito ao quantitativo e para fins comparativos (qualitativo) no intuito de ressaltar a eficácia em que a pesquisa se fundamentou para ter êxito no conjunto de objetivos e metas planejadas.

Com base no exposto, ressalta-se que a Educação Ambiental traz uma concepção ligada ao mundo atual, sendo esta visão atrelada a interação de cada um sobre as questões ambientais. Assim, por falta de convívio ou mesmo conscientização, cada aluno chega com suas convicções, cabendo à comunidade escolar envolvê-los na realização de trabalhos que superem esses desafios, pois falta-lhes, na maior parte do tempo, vivenciar a teoria e a prática, levando-os a se inserir dentro de suas realidades e assim, retirá-los muitas vezes do estado de indiferença que se encontram com relação aos assuntos de relevância, como é a temática abordada.

CONCLUSÕES

Diante de uma realidade degradante com relação ao trato com o meio ambiente, em termos mundial, nacional, regional e local, se percebe, através das pesquisas realizadas para a efetivação deste trabalho, o quanto o ser humano, ainda permanece alienado ao seu cotidiano. Em discordância a toda essa degradação, a escola se apresenta como um espaço de construção de conhecimento, podendo assim servir como base para fins educativos e ecológicos. Sendo provavelmente, o local mais apropriado para este tipo de educação, pois ela pode encorajar ações, através de planos, projetos e programas de Educação Ambiental, além de facilitar a comunicação e a troca de experiências entre os educandos e os educadores.

A instituição pode estimular o hábito de participação e a adoção de comportamentos sustentáveis no seu dia a dia. Os projetos de meio ambiente sempre terão por finalidade auxiliar na formação e qualificação dos discentes, com base nos princípios da legislação vigente do país e na metodologia que envolve a comunidade.

Ao se analisar a trajetória deste estudo, percebe-se a intensidade e a riqueza que foram vivenciadas pelos primeiros atores envolvidos nessa temática, que, mesmo com as limitações da época, não se intimidaram e partiram em defesa do meio ambiente, construindo uma Educação Ambiental coletiva e participativa.

Todavia, ressaltamos que nas primeiras décadas da instituição, quando a comunidade escolar comemorava o dia da árvore, tinha a importância equivalente ao que hoje é comemorado o dia do meio ambiente. Da mesma forma que, ao se preocupar com a escassez da água, também estava despertando mesmo que de forma intuitiva para com os cuidados com o meio ambiente.

Porém, ainda destacamos que, embora houvesse um desvio de finalidade das ações praticadas, não podemos deixar de observar que, de alguma forma e em algum momento, por menos consciente e por mínima que fosse a atitude ou atitudes, proporcionavam benefícios para a questão ambiental, que, na época, não era tão preocupante quanto nos tempos atuais.

Após o levantamento bibliográfico e a realização da pesquisa de campo por meio de questionários, o passo seguinte foi ordenar, analisar e escrever o presente trabalho, e, com base nos objetivos específicos propostos, verificou-se que os mesmos foram alcançados, obtendo-se os resultados esperados.

Com relação ao primeiro objetivo, que é identificar no processo histórico os registros de práticas e intervenções de Educação Ambiental realizadas na instituição, constatou-se que ela concretiza, além de evento na semana do meio ambiente, ações que vão desde gincana, limpeza das margens do rio e plantio de mudas, como também a realização de projetos direcionados a produção de horta, reciclagem e reutilização de água de chuva, sendo considerados como experiências exitosas, tendo em vista que a escola tem procurado desenvolver atividades de conscientização em relação ao meio ambiente, de modo a promover o engajamento entre todos da comunidade escolar, principalmente gestores, professores e alunos.

Quanto à constatar a relevância desses registros para o embasamento da análise socioambiental na escola, pretendida no segundo objetivo permitiu-se observar que os eventos escolares relacionados à educação ambiental funcionam como proposta para fortalecer os sistemas de ensino, atraindo de forma direta o envolvimento da escola como um todo, além de sensibilizá-la para a importância da conservação da biodiversidade, contribuindo com a formação de uma consciência ambiental orientada pela sustentabilidade, ética e cidadania. Além disso, favorece uma maior proximidade entre os colaboradores, proporcionando a execução e obtenção de resultados mais satisfatórios e eficazes.

Partindo do terceiro e quarto objetivos específicos, constatou-se que é na escola que se deve incentivar a busca desse novo saber, construído através de um bom planejamento voltado a realidade da comunidade escolar, a exemplo das ações como um todo, para que gestores, alunos e professores possam interagir de forma dinâmica e satisfatória, contribuindo assim com uma maior conscientização da sociedade em que estão inseridos, como ressaltados pelos diversos teóricos, como Dias, Sato, Reigota, Paulo Freire, entre outros, considerados grandes pensadores e pesquisadores dessa área estudada.

Por meio dessas ações realizadas no contexto escolar, torna-se necessário informar que, as mesmas não acarretaram mudanças relevantes de currículo e estrutura do funcionamento escolar, portanto, existe ainda a necessidade de implantação de melhorias significativas para que seja possível construir uma escola sustentável.

Neste contexto, essas prerrogativas de domínio da natureza vêm atrapalhando o processo do discurso da preocupação com as questões ambientais, isso explica que mesmo que a Educação Ambiental tenha se universalizado, as práticas nesse intuito, em contrapartida, se concretizam num ritmo ainda lento.

Diante da realidade percebida se sente a necessidade de intensificar a realização de atividades democráticas, com princípios éticos e transformadores, que sejam delineadas

estratégias a serem realizadas na escola. Por isso, acreditamos que cada vez mais devemos incluir no cotidiano escolar, ações relacionadas com as questões socioambientais.

Através da vivência da pesquisa, juntamente com a estrutura teórica levantada, e pautado na abordagem quali-quantitativa, bem como na fusão entre a teoria e prática, a ótica de finalização desse trabalho ressalta a convicção de que a escola, em sua trajetória socioambiental, mesmo diante de muitas dificuldades e limitações, realmente contribuiu para o conhecimento dessas questões, possibilitando aos envolvidos a absorção desses valores e habilidades, além de estimular atitudes necessárias para melhorar o meio que os cercam, tornando-os cidadãos multiplicadores da proposta sustentável e na busca da valorização da vida.

Mediante a proposta deste estudo, é importante salientar que ele não se encerra aqui, é preciso ir além, já que, sempre haverá um outro olhar para o qual ele sempre se apresentará de forma diferente. Por essa razão, pode-se ressaltar que, numa perspectiva futura, possa oferecer outras interpretações, objetivando inúmeros fenômenos e ressignificações.

RECOMENDAÇÕES

Em um trabalho de pesquisa, as recomendações são indicações, em geral feitas numa ordenação pelo pesquisador, no sentido de serem realizadas intervenções na natureza ou na sociedade, segundo as conclusões da pesquisa. Neste caso, os pontos recomendados são:

- A contribuição para promover a inovação, utilizada como forma para modificar as bases do ensino, pressupondo o trabalho de pesquisa e o desenvolvimento da autonomia dos estudantes na construção do conhecimento, da curiosidade epistemológica e da interdisciplinaridade;

- Mostrar que a escola configura um espaço incentivador para pensar/repensar e contribuir acerca da Formação Continuada;

- A Educação Ambiental e Educação Integral podem ser potencializadas nos processos de formação continuada, considerando o caráter dialógico, crítico e reflexivo;

- Quanto aos valores assumir a promoção da Sustentabilidade;

- Pensar na inclusão da EA, no ambiente escolar, como uma das formas para solucionar os problemas;

- A implantação de novas ações, novas interpretações e novos comportamentos, possibilitando uma nova forma de ver o mundo, que surge a partir do momento em que se acredita nas possibilidades de intervir e construir um bem estar coletivo;

- Efetivar ações e conceber novos projetos que possibilitem uma maior conscientização ambiental, contribuindo para a valorização da trajetória da educação ambiental no espaço escolar;

- Formação de multiplicadores da educação ambiental na comunidade de Várzea.

SUGESTÕES

Outro ponto de grande importância em um trabalho de pesquisa, após sua conclusão, são as sugestões, que, sem dúvida contribuirão para o desenvolvimento da ciência, já que consiste no fato de apresentar novas temáticas de pesquisa e, conseqüentemente, ocorrerá o levantamento de novas hipóteses, disponibilizando espaço para outros pesquisadores desenvolverem novas pesquisas. Na presente pesquisa, pode ser considerada como sugestões, o seguinte:

- Investigações para acompanhar a evolução da escola, seguindo o seu desenvolvimento e, simultaneamente, as suas atitudes e valores relativos ao ambiente. Para que a educação ambiental possa dar frutos, em termos de mudança de atitudes para com o ambiente, é necessário que sejam lançadas as sementes em tempo de germinar.

- Sabe-se que o discurso da preocupação com as questões ambientais tem se universalizado, porém, as práticas estão se concretizando num ritmo ainda lento. Neste sentido, é instigador uma pesquisa que relacione os conhecimentos e as ações desenvolvidos pela Escola Dom Joaquim de Almeida e a situação do meio ambiente como um todo do município de Várzea, incluindo as áreas urbana e rural e, qual foi, na realidade, a influência das ações da escola.

- Uma pesquisa sobre o meio ambiente em todos os seus aspectos, do município de Várzea, desde a sua origem, relacionando as áreas urbana e rural, já que é perfeitamente visível, na atualidade, a degradação dos rios, espaço inadequada e sujeira excessiva na realização da feira livre, devastação da fauna e da flora, esgotos a céu aberto, etc.

BIBLIOGRAFIA

- Alberti, V. (2006). Histórias dentro da História. In C. B. Pinsky (Org.), Fontes históricas (2a ed.) São Paulo: Contexto.
- Alves, M. C. S. de O. (2016). A importância da história oral como metodologia de pesquisa. In Anais eletrônicos IV Semana de História do Pontal/III Encontro de ensino de História da Universidade Federal de Uberaba. (pp. 1-9). Ituiutuba, Minas Gerais. Recuperado de www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf América Ltda.
- Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. Edições 70. Lisboa. Portugal.
- Barenho, C. P., Copertino, M. D. S., & Calloni, H. (2008). Traçando relações entre o conhecimento ecológico tradicional e a teoria da complexidade. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 20.
- Barros, (2009) J. D'A. Campos da história: especialidades e abordagens. (6a ed). Petrópolis: Vozes.
- Barthes, R. (1990). O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Belo Horizonte: FEAM, 2002.(64).
- Machado B, D. J., & Santana, L. C. (2005). Educação Ambiental ou Educações Ambientais? As adjetivações da educação ambiental brasileira. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, 15.
- Bittencourt, C. M. F.(2009). Ensino de história: fundamentos e métodos. (3a ed). São Paulo: Cortez.
- Boff, L. (2013). Sustentabilidade: o que é - o que não é. (2a ed). Petrópolis: Vozes.
- Brasil (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm.
- Brasil (1997). Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais - terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília.
- Brasil (1999). Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 79, 28 abr.
- Brasil (1999). Ministério da Educação, Secretária de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília.
- Brasil (2001). Ministério de Educação. Lei nº 10.172/2001. Plano Nacional da Educação. Brasília.

- Brasil (2001). Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde. (3a ed.). Brasília.
- Brasil (2004). Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, (156).
- Brasil (2005). Ministério do Meio Ambiente. Programa nacional de educação ambiental – ProNEA. (3a ed.). Brasília.
- Brasil (2007). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume 1.
- Brasil (2007). Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola Com-vida, Série Documentos Técnicos, nº 10. Brasília.
- Brasil (2012). Câmara dos Deputados. Subcomissão Especial para acompanhar as atividades da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro, em Junho de 2012 – Outubro 2012. Brasília.
- Brasil (2012). Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. DOU nº 116, Seção 1, p. 70-71).
- Brasil (2013). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília.
- Brasil (2014). Constituição [da] República Federativa do Brasil. (15a ed. rev. ampl. e atual). São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Brasil (2014). Ministério do Meio Ambiente - Ministério da Educação. Educação Ambiental: por um Brasil sustentável, documentos de referência para o fortalecimento da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental ProNEA: ProNEA, Marcos Legais & Normativos. Brasília.
- Brasil. (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26.
- Brasil, (2017). Base Nacional comum curricular. Brasília-DF: MEC, Secretaria de Educação Básica.
- Campoy, T. J. (2018). Metodología de la Investigación Científica: Manual para Competências e habilidades tecnológicas elaboración de tesis y trabajos de investigación. Marben Editora : Asunción- Paraguay.

- Cano, W. (1989). Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. *Revista de Economia Política*, 9(1).
- Capra, F. (2012). O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente 30ª ed.
- Cascino, F. (2003), Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores. 3ªed. São Paulo: editora Senac São Paulo (109).
- Chalita, G.(2002). Educação: a solução está no afeto. São Paulo: Gente.
- Cortês, G. L. C. (2001). Uma história do ensino em Várzea - Memórias de um ex-aluno. Rio de Janeiro: Cortês.
- Cruz Ferreira, C. A., Melo, I. B. N., & Marques, S. C. M. (2016). A educação ambiental brasileira: história e adjetivações. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 11(1), 183-195.
- Deslandes, S. F (2008). O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In M. C. de S. Minayo. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (27a ed., pp. 31-60). Petrópolis: Vozes.
- Deslandes, S. F., & Iriart, J. A. B. (2012). Usos teórico-metodológicos das pesquisas na área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 28, 2380-2386.
- Dias, G. F. (1993). Educação Ambiental: princípios e prática. In *Educação ambiental: princípios e pratica*. Gaia.
- Dias, G. F. (2004). Educação Ambiental: princípios e práticas. 9ª ed. São Paulo: Gaia.
- Dias, G. F. (2015) Educação e gestão ambiental. Global Editora e Distribuidora Ltda.
- Dias, G.F. (2004). Educação Ambiental: princípios e práticas. 9ª ed. São Paulo. Gaia.
- Dias, G.F.(2000). Educação ambiental: princípios e práticas. 6ª ed. São Paulo: Gaia. (551).
- Dosse, F. (1992). A história em migalhas: dos “Analles” à “Nova História”. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Effting, T. R. (2007). Educação Ambiental Nas Escolas Públicas: realidade e desafios. (Monografia de Especialização em Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon). Recuperado de <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/autoresind/EducacaoAmbientalNasEscolasPublicasRealidadeEDesafios.pdf>.
- Ferreira, L. J. C. (2011). Educação ambiental: abordagens no ensino fundamental. (Monografia de Graduação em Ciências Biológicas). Faculdade Patos de Minas, Patos de Minas.

- Ferreira, M. de M., & Franco, R. (2009). *Aprendendo História: reflexão e ensino*. São Paulo: Editora do Brasil.
- Filloux, J.-C. (2010). *Émile Durkheim*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. (Coleção Educadores).
- Fiorentini, D. & Lorenzato, S. *Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos*, 2009. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/drupal/sites/files/pf/subportais/pesquisa/etica-napesquisa/etica_na_pesquisa_educacional.pdf. Acesso em: 30/08/2018.
- Fonseca, S. G. (2009). *Fazer e ensinar história*. Belo Horizonte, MG: Dimensão.
- Fonseca, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.
- Freire, P. (2000). *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho d'Água.
- Freire, P. (2001). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Editora UNESP.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia da autonomia*. (31. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia do oprimido*. (50. ed. rev. e atual). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2012). *À sombra desta mangueira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Freitas, E. de S. M., & Ferreira, A. A. (2012). (Orgs.) *Meio Ambiente em cena*. Belo Horizonte, MG: RHJ.
- Furet, F. *A oficina da história*. Lisboa/Portugal: Gradiva.
- Gadotti, M. & Romão, J. E. (2004). *Autonomia da escola*. (Guia da escola cidadã, 6a ed., v.1). São Paulo: Cortez.
- Gadotti, M. (2000). *Pedagogia da Terra*. (3a ed.). Petrópolis.
- Gadotti, M. (2009). *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Paulo Freire.
- Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (Orgs.). (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. - São Paulo : Atlas.
- Gomes, A. H. A. da S. (2010). *A reciclagem do lixo: prática de educação ambiental formal interdisciplinar*. In *IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*. Sergipe (p. 2-12).
- Gonçalves, C. W. P. (2005). *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto.

- Grün, M. (1996). *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. Papirus Editora.(120)
- Grün, M. (2007). *Em busca da dimensão ética da educação ambiental*. Papirus Editora.
- Grzebieluka, D., Kubiak, I., & Schiller, A. M. (2014). Educação Ambiental: a importância deste debate na Educação Infantil. *Revista Monografias Ambientais*, 13(5), 3881-3906.
- Guerra, A. F. S., & Orsi, R. F. M. (2017). O PRONEA como política pública: a educação ambiental e a arte do (re) encontro. *REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, 25-39.
- Guerra, A. F. S., & Orsi, R. F. M. (2017). O PRONEA como política pública: a educação ambiental e a arte do (re) encontro. *REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, 25-39.
- Guimarães, M. (1995). *A dimensão ambiental na educação*. Campinas: Papirus.
- Guimarães, M. (2004). *A formação de educadores ambientais*. Papirus Editora. (174).
- Guimarães, M. (2004). *Educação ambiental crítica. Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 25-34.
- Guimarães, M. (2007). *A formação de educadores ambientais*. (3a ed.). Campinas: Papirus.
- Guimarães, M. (2016). Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual. *Revista Margens Interdisciplinar*, 7(9), 11-22.
- Heller, A. (1970). *O cotidiano e a história*. (4a ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. (1998). *Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras.
- Hora, D. L. da (1994). *Gestão demográfica na escola: artes e ofícios de participação coletiva*. Campinas: Papirus.
- IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Brasília: Coleção Meio Ambiente, série Estudos de Educação Ambiental.
- Köche, J. C. (2006). *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa*. (23a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Le Goff, J. (2003). *História e memória*. (5a ed.). Campinas: Editora da UNICAMP.
- Leff, E. (2007). La complejidad ambiental. *Polis. Revista Latinoamericana*, (16).
- Leff, E. (2009). Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. *Educação & realidade*, 34(3), 17-24.
- Leff, E. (2012). *Aventuras de la Epistemología Ambiental: De la articulación de Ciencias al Diálogo de Saberes*. São Paulo: Cortez editora (132).

- Leff, H. (2001). *Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*.
- Leonardi, M. L. A. (2002). A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In. CAVALCANTI, Clovis.(Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco.
- Libâneo, J. C. (2004). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa.
- Lima, G. C. (2003). O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. *Ambiente & Sociedade*, 6(2), 99-119.
- Lima, M.J.A. & Brandão M. L. (1989) *Educação ambiental*. In Fascículo do Curso de Ecologia. Número 03. Universidade Aberta do Nordeste. Recife.
- Loureiro, C. F. B. (2004). *Educação ambiental transformadora*. In P. P., Layrargues (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Loureiro, C. F. B. (2012). *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez.
- Loureiro, C. F. B., & Layrargues, P. P. (2009). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. Cortez.(205).
- Lovelock, J. (2006) *A Vingança de Gaia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.
- Lück, H. (2006). *Concepções e processos democráticos de gestão educacional*. Petrópolis: Vozes.
- Marcatto, C. (2002). *Educação ambiental: conceitos e princípios*:
- Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Metodologia científica*. (5a ed.). São Paulo: Atlas.
- Medina, N. M (1994). *Elementos para a introdução da dimensão ambiental na educação escolar – 1º grau*. In: BRASÍLIA: IBAMA. *Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental: documentos metodológicos*.
- Medina, N.M. & Santos, E. C. (2001). *Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- Mello, S. S. Trajber, R. (Coor.). (2007). *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, UNESCO.
- Minayo, M. C. S. *Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta*. In M. C. S. Minayo. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (27a ed., pp. 61-77). Petrópolis: Vozes.

- Morin, E. (1977). *O Método: a natureza da natureza*. 2. ed. Portugal: Publicações Europa-
- Neves, J. (1997). História local e construção da identidade social. *Saeculum. Revista de História*, João Pessoa, (3), 32-39.
- Oliveira, E. M. (2000). *Educação ambiental: uma possível abordagem*. (2a ed.). Brasília: IBAMA.
- Oliveira, P. S. (Org.). (1998). *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: Hucitec /UNESP.
- Organização das Nações Unidas UNESCO. (2018). Rio+20. Recuperado de: <http://www.onu.org.br/rio20/alem-da-rio20-avancando-rumo-a-um-futuro-sustentavel/>
- Orth, Lúcia Mathilde Endlich (trad). (2001). 5. ed. Petrópolis: Vozes, *Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental*. Brasília.
- Paro, V. H. (Org.), 2003, *Gestão Escolar Democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia*. 1. ed. Goiânia: Editora Alternativa.
- Parolin, I. (2005). *Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem*. Curitiba: Positivo.
- Pinto, A. V. (1994). *Sete lições sobre educação de adultos*. (9a ed.). São Paulo: Cortez.
- Prins, G. (1992). História oral. In: P. Burke (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Prochnow, T. R., Damasceno, K. A. L. C., & Farias, M. E. (2014). Educando para atitudes sustentáveis em Escola Estadual de Guaíba/RS e comunidade do entorno. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, 7(2).
- Reigota, M (1995). *Meio Ambiente e Representação Social*. 1. ed. São Paulo: Cortez, (Coleção Questões da Nossa Época).
- Reigota, M. (2014). *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense.
- Rodriguez, J.M.M., & Silva, E.V. (2009). *Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável: problemática, Tendências e Desafios*. Fortaleza: Edições UFC.
- Richardson, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2007.
- Sander, B. (2007). *Administração da educação no Brasil: genealogia do conhecimento*. Brasília: Liber Livro.
- Santos, A. S., Flores, B. N., Amorim, C. D., Costa, P. A. D., da Silva Júnior, M. F., & da Silva, E. V. (2016). O saber e a intencionalidade científica ambientalista. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 11(5), 184-196.

- Santos, Boaventura de Souza (2004). Introdução Geral à Coleção. In: Reinventar a Emancipação Social para novos manifestos – Democratizar a democracia ou caminho da democracia participativa. SANTOS, Boaventura de Souza (Org). Rio de Janeiro: Colonização Brasileira.
- Santos, J. A., & Toschi, M. S. (2015). Vertentes da Educação Ambiental: da conservacionista à crítica. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 4(2), 241-250.
- Santos, J., A. & Toschi, M. S. (2015). Vertentes da Educação Ambiental: da conservacionista à crítica. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 4(2), 241-250.
- Sato, M. (2001) Formação em Educação ambiental – da escola à comunidade. In: MEC.
- Sauvé, L. (2005). Educação Ambiental: possibilidades e limitações. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 31, (2), 317-322.
- Schunemann, D. R., & Rosa, M. B. (2010). Conscientização ambiental na educação infantil. *Revista Monografias Ambientais*, 1(1), 122-132.
- Segura, D. S. B. (2001). Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua a consciência crítica. São Paulo: Annablume.
- Severino, A. J. (2016). Metodologia do trabalho científico. (24. ed. ver. e atual.). São Paulo: Cortez.
- Silva, A M. M. (2002). Da didática em questão às questões da didática. In V. M. Candau (Org.) *Didática, Currículo e Saberes Escolares X ENDIPE*. (2a ed., pp. 187-197). Rio de Janeiro: DP&A.
- Silva, K. V. & Silva, M. H. (2006). *Dicionário de conceito histórico*. (2. ed.). São Paulo: Contexto.
- Silva, L. M. A. (2009). De que “natureza” se fala na escola: Representação social de professores e alunos no contexto da educação ambiental / Lúcia Maria Alves e Silva. - Recife : (434).
- Sorrentino, M., Trajber, R., Mendonça, P., & Junior, L. A. F. (2005). Educação ambiental como política pública. *Educação e pesquisa*, 31(2), 285-299.
- Sorrentino, M., Trajber, R., Mendonça, P., & Junior, L. A. F. (2005). Educação ambiental como política pública. *Educação e pesquisa*, 31(2), 285-299.
- Tozoni-Reis, M. F. C. (2004). *Educação Ambiental: natureza, razão e história*. Campinas: Autores associados.
- Trein, E. (2008). *Salto para o futuro*.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Unesco. (1997) *Educação Ambiental: As grandes orientações da Conferência de Tbilisi*.

Unesco. (1997). International Standard Classification of Education-ISCED 1997: November 1997. Unesco.

Weber, M. (1999). Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. Revisão técnica de Gabriel Cohn-Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

WEBSITES

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: agosto. 2019.

<http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=1410&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=Materia>

http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2005.07.2013.pdf

<https://www.ufrgs.br/soft-livre-edu/kaka/category/uncategorized/>

<https://cidades.ibge.gov.br/rn/varzea/panorama>

Brasil (2012). Cidade-Brasil. Município de Olho d'Água. Disponível em: <<http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-olho-d-agua.html>> Acesso em 27 de agosto de 2017.

Garcia, Rafael, 2015, COP 21: representantes de 195 países aprovam acordo global do clima. Disponível em:< <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2015/12/representantes-de-195-paises-aprovam-acordo-global-do-clima.html>>. Acesso em: jun. de 2018.

Guisso, Luana Frigulha.; Baiôco, Valdinéia Rodrigues Mantovani. Acesso em: 16. Jun.2018. A educação ambiental e o papel do educador na cultura da sustentabilidade. S/D. Disponível em:<<http://revistaea.org/pf.php?idartigo=2580>>.

IBGE. Acesso em 13 de jun. de 2018. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=240580>.

IBGE. Acesso em jun. de 2018. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Educação. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/rn/varzea/panorama>.

IDEMA. Acesso em jun. de 2018. Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.idema.rn.gov.br/>>.

MEC. Vamos cuidar do Brasil, conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Disponível em:<<http://portalmeec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>>. 2007. Acesso em: 11 mar 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas, 2018, Rio+20. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/alem-da-rio20-avancando-rumo-a-um-futuro-sustentavel/>. Acesso em: 7 junho

PNUD, "Atlas do Desenvolvimento Humano", 2013. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/>. Acesso em jun. 2018.

Prefeitura Municipal de Várzea, 2018, Localização. s/d. Disponível em< <http://varzea.rn.gov.br/novo/conteudo.php?id=15>>. Acesso em jun.

Silva, Márcia Nazaré, 2018 A educação ambiental na sociedade atual e sua abordagem no ambiente escolar. 2012. Disponível em:< <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental-na-sociedade-atual-e-sua-abordagem-no-ambiente-escolar>>. Acesso em: 13 de jun.

APÊNDICE

APÊNDICE 01 - Termo de autorização da pesquisa



01,825.180/0001-03
E. E. DOM JOAQUIM DE ALMEIDA
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
Rua Dom Joaquim de Almeida, 04
CEP: 59185-000 - Fone: (84) 3285-2382
VÁRZEA-RN

**Universidad Autónoma de Asunción
Dirección de Investigación y Proyectos
Ficha Técnica de Proyecto de Tesis**

Prezado/a Professor/a

Solicito autorização para desenvolver nesta conceituada Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida com turmas do Ensino Médio, da educação básica e seus professores a pesquisa cujo tema é:

A Trajetória Histórica da Realidade Socioambiental da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida no Município de Várzea-RN/Brasil.

Com os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Analisar a realidade socioambiental a partir das ações realizadas no decorrer da trajetória histórica na percepção de diferentes atores da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, na cidade de Várzea/RN, Brasil.

Objetivos Específicos

- 1) Identificar na trajetória histórica os registros de práticas e intervenções de Educação ambiental realizadas na instituição;
- 2) Constatar a relevância desses registros para o embasamento da análise socioambiental na escola;
- 3) Verificar os atores envolvidos no processo histórico da escola quanto ao zelo ambiental e as decisões tomadas em prol do cuidado com o meio ambiente;
- 4) Conferir os efeitos desse cuidado na organização do ambiente e da comunidade escolar.

Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

Grato pela Colaboração.

Várzea, 12 de março de 2019.

Edson Coelho de Oliveira
Assinatura e carimbo da escola

Edson Coelho de Oliveira
Diretor - Aut. 2017/2019
Matricula: 127461-9

APÊNDICE 02 - Instrumento de pesquisa



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

A Trajetória Histórica da Realidade Socioambiental da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida no Município de Várzea-RN/Brasil.

Prezado (a) Professor (a),

Este formulário destina-se à 1ª fase da validação do instrumento que será utilizado na coleta de dados em minha pesquisa de campo de doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção – UAA.

Título da pesquisa: A Trajetória Histórica da Realidade Socioambiental da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida no Município de Várzea-RN/Brasil.

O objetivo geral da proposta da pesquisa é: Analisar a realidade socioambiental a partir das ações realizadas no decorrer da trajetória histórica na percepção de diferentes atores da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, na cidade de Várzea/RN, Brasil.

Nessa base, os objetivos específicos estão listados a seguir: 1) Identificar na trajetória histórica os registros de práticas e intervenções de Educação ambiental realizadas na instituição; 2) Constatar a relevância desses registros para o embasamento da análise socioambiental na escola; 3) Verificar os atores envolvidos no processo histórico da escola quanto ao zelo ambiental e as decisões tomadas em prol do cuidado com o meio ambiente; 4) Conferir os efeitos desse cuidado na organização do ambiente e da comunidade escolar.

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o verso desta folha.

As colunas com SIM e NÃO devem ser assinaladas com (X) se houver, ou não, coerência entre perguntas, opções de resposta e objetivos. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna (?) descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou no verso da folha. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO PARA APLICAÇÃO COM GESTORES

OBJETIVO GERAL: Analisar a realidade socioambiental a partir das ações realizadas no decorrer da trajetória histórica na percepção de diferentes atores da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, na cidade de Várzea/RN, Brasil.

1. Identificar na trajetória histórica os registros de práticas e intervenções de Educação ambiental realizadas na instituição	COERENCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
2. Constatar a relevância desses registros para o embasamento da análise socioambiental na escola	COERENCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
3.) Verificar os atores envolvidos no processo histórico da escola quanto ao zelo ambiental e as decisões tomadas em prol do cuidado com o meio ambiente	COERENCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
4. Conferir os efeitos desse cuidado na organização do ambiente e da comunidade escolar.	COERENCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES

I. IDENTIFICAÇÃO E PERFIL PROFISSIONAL

- 1) Período de trabalho na escola pesquisada (anos): De _____ a _____
- 2) Período de atuação como gestor(a) na escola: De _____ a _____
- 3) Situação atual como gestor na escola: () Ativo(a) () Inativo(a)
- 4) Formação acadêmica: _____
- 5) Grau de escolaridade: () Graduação () Especialização. Área: _____
- () Mestrado. Área: _____ () Doutorado. Área: _____

II. RELAÇÃO GESTOR/ ENSINO APRENDIZAGEM

1º) Definição de EA sob o ponto de vista da Gestão.

2º) A gestão junto a escola costumava/costuma comemorar datas relacionadas a EA? Ex: Dia da água, da árvore, semana do meio ambiente etc.

() Sim () Não. Comente.

3º) Você dispõe em seu período como gestor de materiais, registros fotográficos, folders, cartazes, encartes, apostilas etc., que retratasse/retrate a EA?

() Sim () Não. Comente.

4º) Que tipo de problemas ambientais você percebia/percebe que existiam/existem no município onde a escola está situada?

- Esgoto a céu aberto Lixão Desmatamento Rios assoreados e poluídos
 Queimadas Ar poluído Outro: _____

5º) Qual a maior preocupação da época/hoje em relação ao meio ambiente?

6º) Você como gestor participou/ participa de algum projeto de relevância, sobre EA?

- Sim Não. Comente.

7º) Qualifique seu interesse pelos assuntos relacionados ao Meio Ambiente.

- Muito interessado Razoavelmente interessado Pouco interessado
 Nenhum interesse Não sei

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

OBJETIVO GERAL: Analisar a realidade socioambiental a partir das ações realizadas no decorrer da trajetória histórica na percepção de diferentes atores da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, na cidade de Várzea/RN, Brasil.

1. Identificar na trajetória histórica os registros de práticas e intervenções de Educação ambiental realizadas na instituição	COERENCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
2. Constatar a relevância desses registros para o embasamento da análise socioambiental na escola	COERENCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
3.) Verificar os atores envolvidos no processo histórico da escola quanto ao zelo ambiental e as decisões tomadas em prol do cuidado com o meio ambiente	COERENCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
4. Conferir os efeitos desse cuidado na organização do ambiente e da comunidade escolar.	COERENCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?

I. IDENTIFICAÇÃO E PERFIL PROFISSIONAL

- 1) Período de trabalho na escola pesquisada (anos): De _____ a _____
- 2) Formação acadêmica: () Pedagogia () Outro. Qual? _____
- 3) Grau de escolaridade: () Graduação () Especialização. Área: _____
() Mestrado. Área: _____ () Doutorado. Área: _____
- 4) Série que lecionava ou leciona: _____ Disciplina(s) que ensinava ou ensina: _____

II. RELAÇÃO PROFESSOR/ ENSINO APRENDIZAGEM

1º) Conteúdos trabalhados com mais frequência na educação ambiental.

2º) Com que frequência eram/são tratados assuntos ligados ao Meio Ambiente ao ministrar sua disciplina?

- () Sempre () Com alguma frequência () Raramente () Nunca () Não sei

3º) Como você define a Educação Ambiental (EA)?

4°) Quais disciplinas, em sua opinião abordavam/abordam com mais frequência a EA?

5°) Quais recursos didáticos eram/são utilizados?

6°) Quanto a existência de eventos sobre EA na escola, comente suas principais lembranças.

7°) Quais os materiais que você dispõe?

() Registros fotográficos () Folders () Cartazes () Encartes () Apostilas () Outro(s).
Qual(is)? _____

8°) Que tipo de problemas ambientais você percebia/percebe que existiam/existem no município onde a escola está situada?

() Esgoto a céu aberto () Lixão () Desmatamento () Rios assoreados e poluídos
() Queimadas () Ar poluído () Outro: _____

9°) a) Existia/existe algum evento comemorativo, na semana do meio ambiente?

() Sim () Não.

b) Se SIM, responda: Você participava/participa desse(s) evento(s)?

() Sim () Não. Por quê?

10°) Em sua atuação como docente, se envolvia/envolve em projetos relacionados a EA? () Sim. Por quê? () Não. Por quê?

11°) Você já participou/participa de alguma ação na escola relacionada a Educação Ambiental? () Sim () Não. Comente.

12°) Qualifique seu interesse pelos assuntos relacionados ao Meio Ambiente.

() Muito interessado () Razoavelmente interessado () Pouco interessado
() Nenhum interesse () Não estou seguro

13º) Com relação ao CONSUMO quais ações sustentáveis você considera mais importantes para implementar na escola?

- Uso do papel reciclado.
- Papéis reutilizados para fazer blocos de anotações/rascunhos.
- Reutilização da água da chuva para limpeza e irrigação dos jardins e hortas.
- Lâmpadas e equipamentos de baixo consumo de energia.
- Material de limpeza sem químicos que agredam o meio ambiente.

14º) Com relação aos RESÍDUOS SÓLIDOS (lixo) quais ações sustentáveis você considera mais importantes para ser implementada na escola?

- Coleta seletiva dos resíduos recicláveis.
- Compostagem do lixo orgânico da merenda.
- Descarte no Lixão.

15º) Na escola existiam/existem áreas verdes e praças para estudo, convivência e/ou descanso?

- Sim Não Não me lembro.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

OBJETIVO GERAL: Analisar a realidade socioambiental a partir das ações realizadas no decorrer da trajetória histórica na percepção de diferentes atores da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, na cidade de Várzea/RN, Brasil.

1. Identificar na trajetória histórica os registros de práticas e intervenções de Educação ambiental realizadas na instituição	COERENCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
2. Constatar a relevância desses registros para o embasamento da análise socioambiental na escola	COERENCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
3.) Verificar os atores envolvidos no processo histórico da escola quanto ao zelo ambiental e as decisões tomadas em prol do cuidado com o meio ambiente	COERENCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
4. Conferir os efeitos desse cuidado na organização do ambiente e da comunidade escolar.	COERENCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?

I. IDENTIFICAÇÃO E PERFIL PROFISSIONAL

- 1) Período como aluno(a) na escola pesquisada (anos): De _____ a _____
- 2) Situação atual como Aluno(a) na escola: ()Ativo(a) ()Inativo(a)
- 3) Grau de escolaridade: ()Ensino Médio ()Graduação. Área: _____
- ()Especialização. Área: _____ ()Mestrado. Área: _____
- ()Doutorado. Área: _____

II. RELAÇÃO ALUNO/ ENSINO APRENDIZAGEM

1º) Conteúdos trabalhados com mais frequência na educação ambiental.

2º). Com que frequência eram/são tratados assuntos ligados ao Meio Ambiente nas disciplinas?

- () Sempre () Com alguma frequência () Raramente () Nunca () Não sei

3º) Como você define, a Educação Ambiental (EA)?

4º). Quais disciplinas, em sua opinião abordavam/abordam com mais frequência a EA?

5º). Quais recursos didáticos eram/ são utilizados nas aulas de EA?

6º). Quanto a existência de eventos sobre EA na escola, comente suas principais experiências:

7º). Você dispõe de materiais, registros fotográficos, folders, cartazes, encartes, apostilas etc., que retratasse/retrate a EA? () Sim () Não. Comente.

8º). Que tipo de problemas ambientais você percebia/percebe que existiam/existem no município onde a escola está situada?

() Esgoto a céu aberto () Lixão () Desmatamento () Rios assoreados e poluídos
() Queimadas () Ar poluído () Outro: _____

9º) a) Existia/existe algum evento comemorativo, na semana do meio ambiente?

() Sim () Não.

b) Se SIM, responda: Você participava/participa desse(s) evento(s)?

() Sim () Não. Por quê?

10º). Enquanto aluno, se envolvia/envolve em projetos relacionados a EA? () Sim.

Por quê? () Não. Por quê?

11º). Você já participou/participa de alguma ação na escola relacionada a Educação Ambiental? () Sim () Não. Comente.

12º). Qualifique seu interesse pelos assuntos relacionados ao Meio Ambiente.

() Muito interessado () Razoavelmente interessado () Pouco interessado () Nenhum interesse () Não sei

13º). Com relação ao CONSUMO quais ações sustentáveis você considera mais importantes para implementar na escola?

- () Uso do papel reciclado.
- () Papéis reutilizados para fazer blocos de anotações/rascunhos.
- () Reutilização da água da chuva para limpeza e irrigação dos jardins e hortas.
- () Lâmpadas e equipamentos de baixo consumo de energia.
- () Material da limpeza sem químicos que agredam o meio ambiente.

14º). Com relação aos RESÍDUOS SÓLIDOS (lixo) quais ações sustentáveis você considera mais importantes para ser implementada na escola?

- () Coleta seletiva dos resíduos recicláveis.
- () Compostagem do lixo orgânico da merenda.
- () Descarte no Lixão.

15º) Na escola existiam/existem áreas verdes e praças para estudo, convivência e/ou descanso?

() Sim () Não () Não me lembro.

APÊNDICE 03 - Validação de instrumentos de pesquisa científica


UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN
MAESTRÍA EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

DADOS DO AVALIADOR

Nome completo: Euzimar Gregório dos Santos
Formação: Professora Doutora em Ciências da Educação
Instituição de Ensino: Escola Municipal Cônego Joaquim de Assis Ferreira
Assinatura do Avaliador (opcional):


Malta, 15 de fevereiro de 2019


UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN
DOCTORADO EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

DADOS DO AVALIADOR

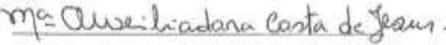
Nome completo: Paulo Sérgio Brindeiro de Araújo
Formação: Professor Doutor em Ciências da Educação
Instituição de Ensino: UFPB (Universidade Federal da Paraíba)
Assinatura do Avaliador


João Pessoa, 25 de Fevereiro de 2019


UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN
DOCTORADO EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

DADOS DO AVALIADOR

Nome completo: MARIA AUXILIADORA COSTA DE JESUS
Formação: Professora Doutora em Ciências da Educação
Instituição de Ensino: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO DO ESTADO DO AMAZONAS.
Assinatura do Avaliador (opcional):


Dr^a Maria Auxiliadora Costa de Jesus

MANAUS, 26 de fevereiro de 2019


UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN
DOCTORADO EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

DADOS DO AVALIADOR

Nome completo: Patricia Rodrigues Pê
Formação: Engenharia Agrícola
Instituição de Ensino: Universidade Federal de Campina Grande
Assinatura do Avaliador (opcional): 

Campina Grande, 01 de abril de 2019

APÊNDICE 04 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, eu _____, declaro que reconheço o caráter voluntário de minha participação em pleno exercício dos direitos me disponho a participar da pesquisa: **A Trajetória Histórica da Realidade Socioambiental da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida no Município de Várzea-RN/Brasil.**

Declaro ser esclarecido(a) e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho terá como objetivo analisar a realidade socioambiental a partir das ações realizadas no decorrer da trajetória histórica na percepção de diferentes atores da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, na cidade de Várzea/RN, Brasil.

Ao voluntário só caberá a autorização para responder ao questionário e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial, revelando os resultados ao indivíduo e/ou familiares, se assim o desejarem.

O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.

Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.

Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ou voluntários e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da instituição responsável.

Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimento, o participante poderá contatar a equipe científica que tem como responsável Josinaldo Clemente da Silva.

Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador.

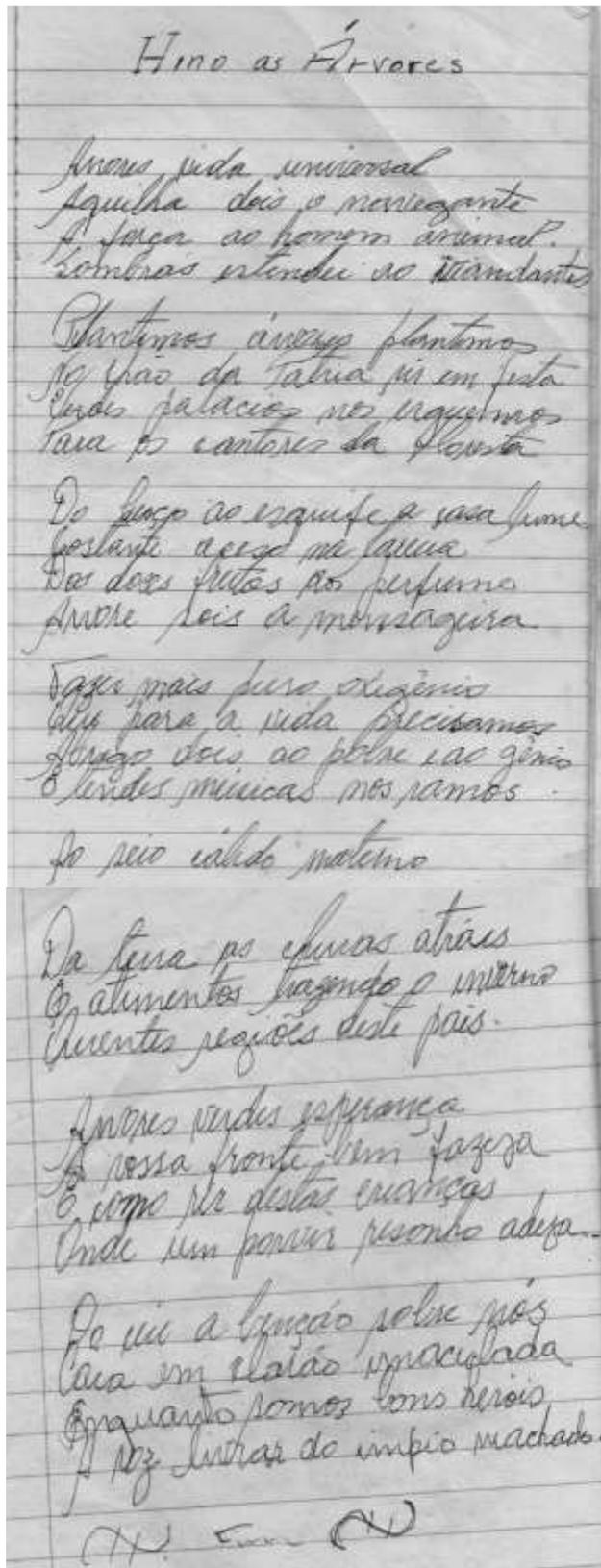
Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Participante da Pesquisa

ANEXOS

ANEXO 01 - Caderno de memória da ex-aluna Maria Assunção Gomes de Moura (1969) Cânticos ensinados pelas professoras Zilda Roriz de Oliveira e Zeneide Hortêncio de Medeiros, aos alunos da Escola com a temática ambiental.



(Hino da Árvore)

Árvores vida universal
Águila dos navegantes
A força ao homem animal
Sombras estendi aos viajantes

Plantemos árvores plantamos
No chão da pátria rir em festa
Verdes palácios nós erguemos
Para os cantores da floresta

Do berço ao esquife a casa lume
Constante aceso na lareira
Dos doces frutos aos perfumes
Árvore sois a mensageira

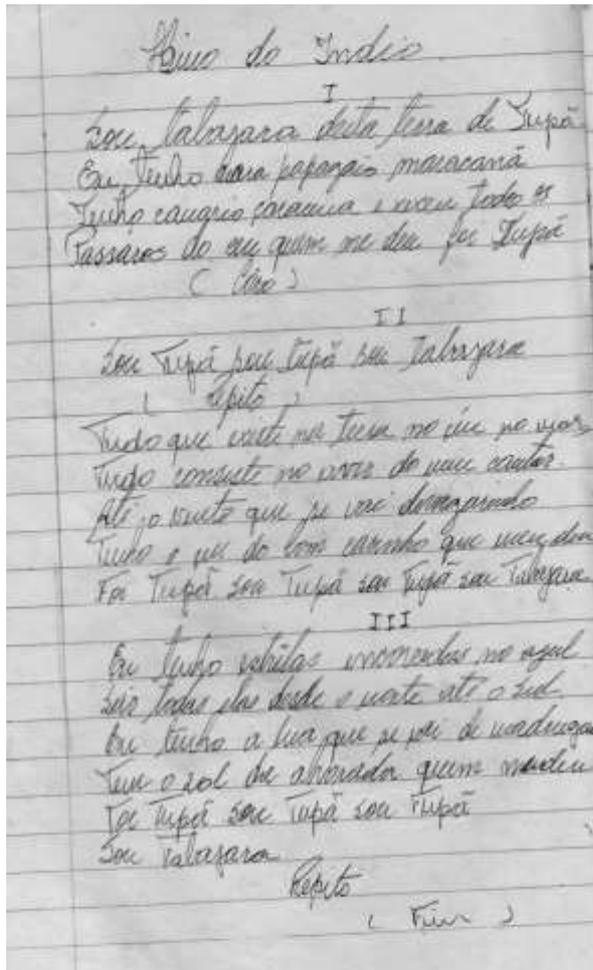
Fazei mais puro oxigênio
Que para vida precisamos
Abrigo dais ao pobre e ao gênio
E tendes música nos ramos

Ao seio cálido materno
Da terra as chuva atraís
O alimento trazendo o inverno
Quentes regiões deste país

Árvores verdes esperança
A nossa frente benfazeja
E como rir destas crianças
Onde um porvir risonho adeja...

Do céu a benção sobre nós
Caia em clarão imaculada
Enquanto somos bons heróis
A nos livrar do ímpio machado

ANEXO 02 - Hino do índio



Hino do índio

Sou tabajara desta terra de tupã .
Eu tenho arara papagio maracanã.
Tenho canário caraúna e xexeu.
Todo os pássaros do céu quem me
deu foi tupã.

(Coro)

Sou tupã sou tupã
Sou tabajara

Tudo que existe na terra no céu no
mar.

Tudo consiste no viver do meu
cantar .

Até o vento que se vai devagarinho.
Tenho o céu do bom carinho quem
me deu foi tupã.

(Coro)

Sou tupã sou tupã
Sou tabajara

Eu tenho estrelas encovada no azul.
São todas elas desde o norte até o
sul.

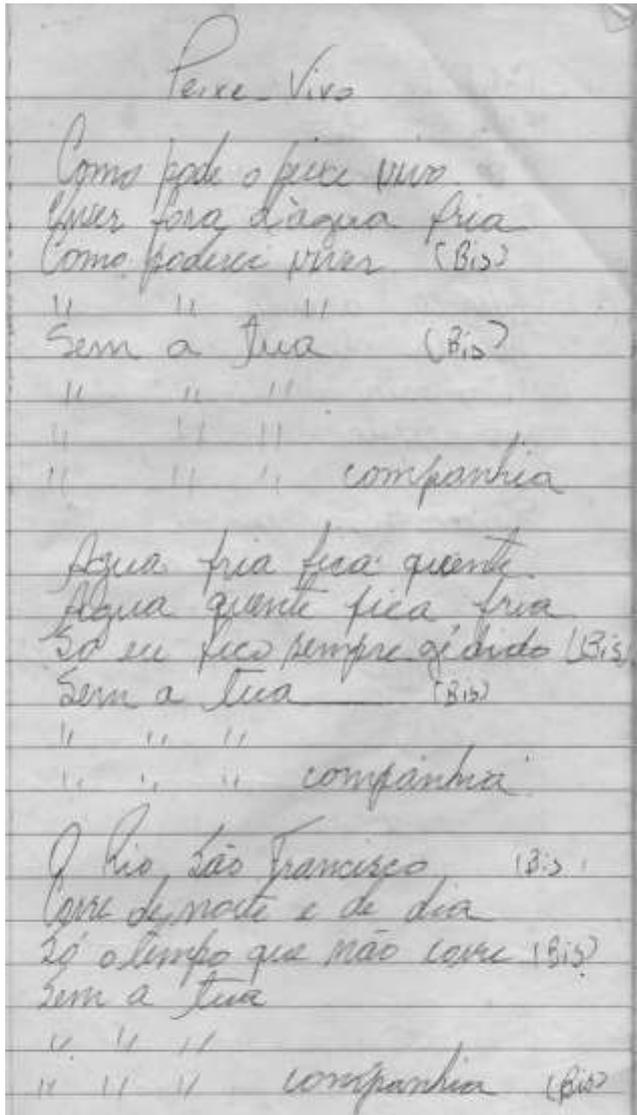
Eu tenho a lua que se vai de
madrugada.

Tenho o sol da alvorada quem me
deu foi tupã.

(Coro)

Sou tupã sou tupã
Sou tabajara

ANEXO 03 - Cântico Peixe vivo



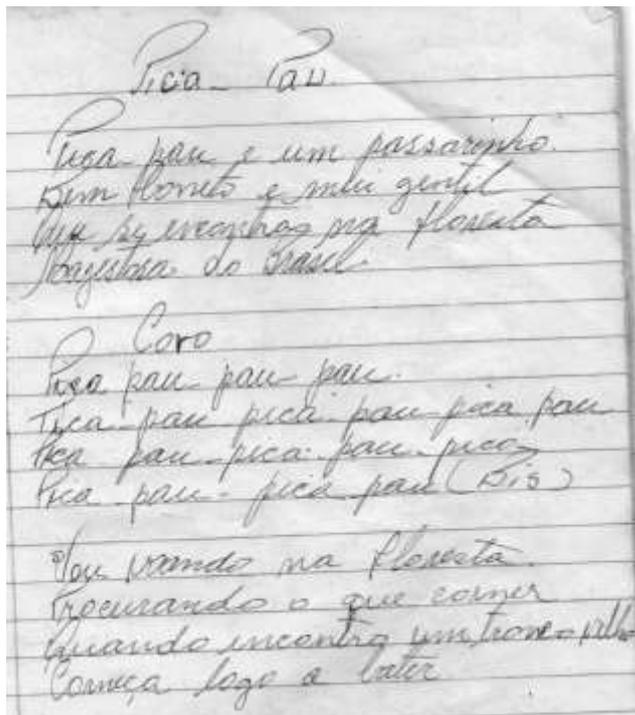
Como pode peixe vivo
Viver fora da água fria
Como poderei viver (Bis)
Como poderei viver
Sem a tua
Sem a tua
Sem a tua
Sem a tua companhia

Água fria fica quente
Água quente fica fria
So eu fico sempre gelido

Como poderei viver (Bis)
Como poderei viver
Sem a tua
Sem a tua
Sem a tua
Sem a tua companhia

O rio São Francisco
Corre de noite e dia
Só o tempo que não corre
Sem a tua
Sem a tua
Sem a tua companhia (bis)

ANEXO 04 - Cântico Pica Pau



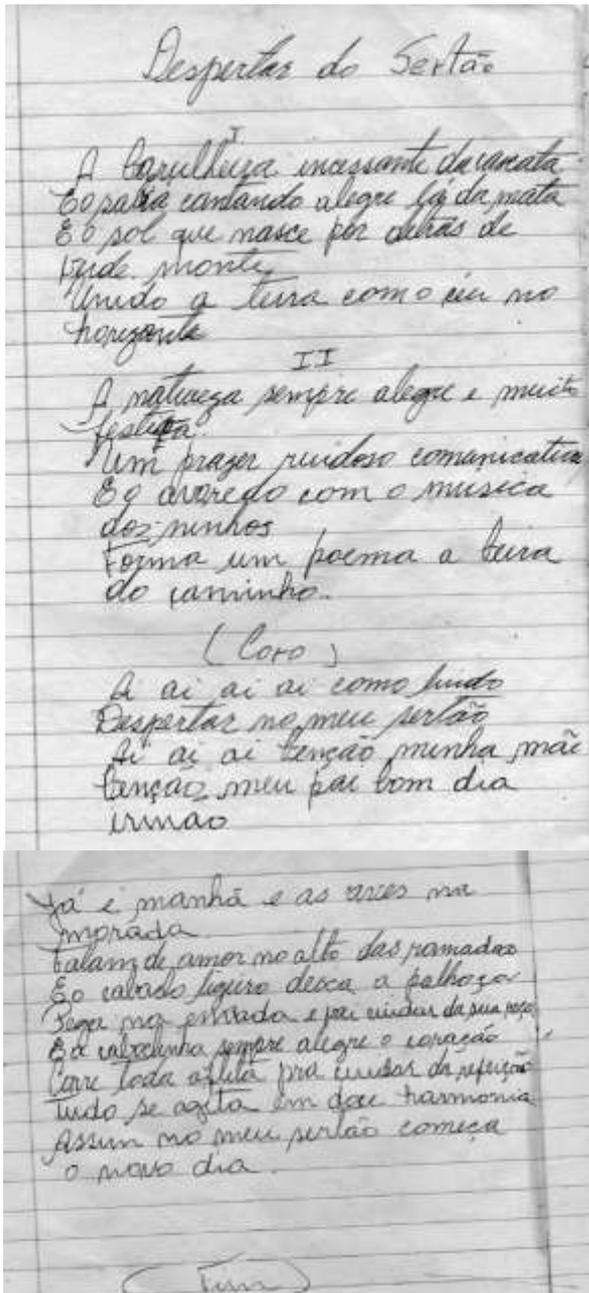
Pica pau é um passarinho
Bem bonito e mui gentil
Que se encontra na floresta.
Majestosa do Brasil

(coro)

Pica pau pica pau
Pica pau pica pau pica pau
Pica pau pica pau pica pau
pica pau

Vou voando na floresta
Procurando o que comer
Quando encontro um tronco
velho começa logo a bater.

ANEXO 05 - Cântico Despertar do sertão



(I)

A barulheira incessante na cascata
E o sabiá cantando alegre lá da mata e o
sol que nasce por detrás de verde monte
Unindo a terra com o céu no horizonte

(II)

A natureza sempre alegre e muito festiva
Um prazer ruidoso comunicativa
E o alvoredo com a música dos ninhos
Forma um poema a beira do caminho.

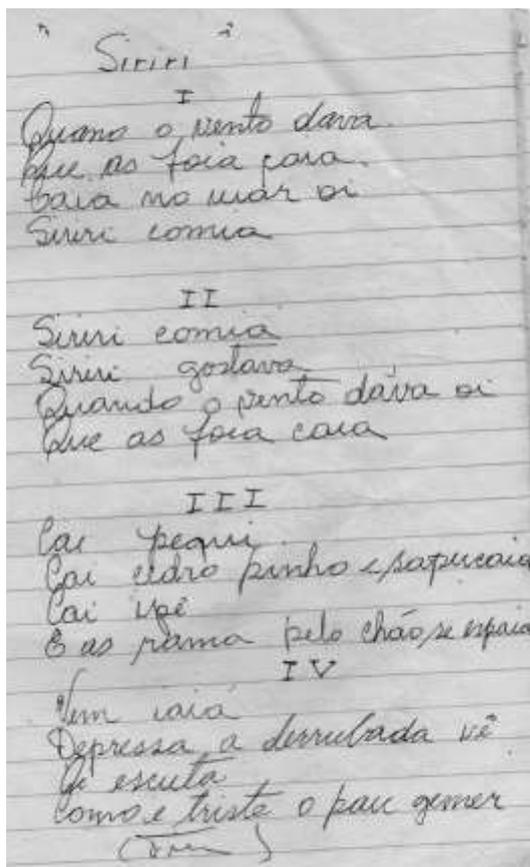
(coro)

Ai ai ai ai como é lindo
O despertar do meu sertão
Ai ai ai benção minha mãe
Benção meu pai bom dia irmão

Já é manhã e as aves na morada
Falam de amor no alto das ramadas
E o cabloco ligeiro deixa a palhoça
Pega a enxada e vai cuidar da sua roça

E a cabloquinha sempre alegre o coração
Corre toda aflita pra cuidar da refeição
Tudo se agita em doce harmonia
Assim no meu sertão começa o novo dia.

ANEXO 06 - Cântico Siriri



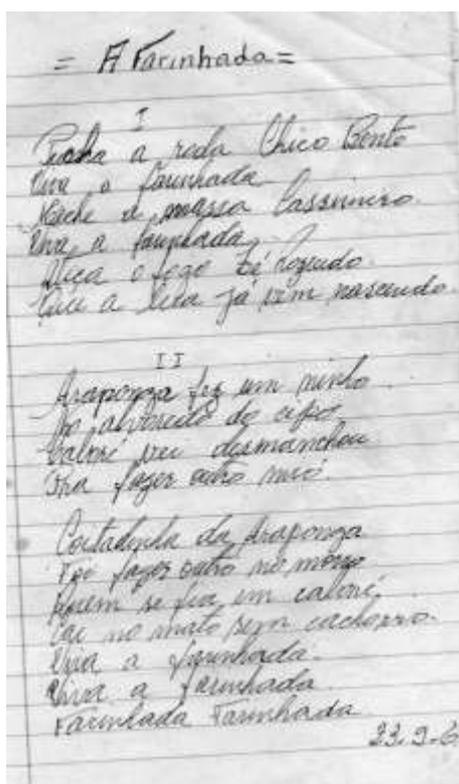
Quando o vento dava
Que as foia caia
Caia no mar aí siriri comia

Siriri comia
Siriri gostava
Quando o vento dava aí que
as foia caia

Cai pequi
Cai cedro pinho e sapucaia
Cai ipê
E as rama pelo chão se
espaia

Vem iaiá
Depressa a derrubada vê
Aí escuta
Como é triste o pau gemer
(fim) .

ANEXO 07 - Cântico a farinhada



(I)

Pucha a roda Chico Bento
viva a farinhada,
Meche a massa Cassemiro
viva a farinhada
Atiça o fogo Zé Rosendo
que a lua já vem nascendo

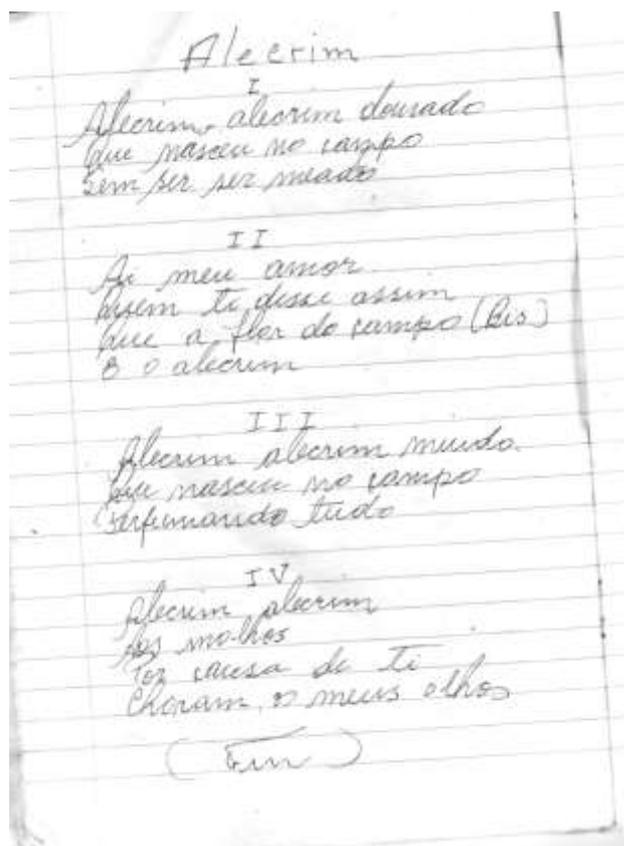
(II)

Araponga fez o ninho
no arvoredado do cipó
Caburé veio desmanchou
pra fazer outro mió

(III)

Coitadinha da araponga
foi fazer outro no morro
Quem se fia em caburé
caí no mato sem cachorro
Viva a farinhada
viva a farinhada
farinhada, farinhada.

ANEXO 08 - Cântico Alecrim



I

Alecrim alecrim dourado
Que nasceu no campo sem ser
semeado.

II

Ai meu amor
quem te disse assim
que a flor do campo é o alecrim
(Bis).

III

Alecrim alecrim miudo
Que nasceu no campo
Perfumando tudo.

IV

Alecrim alecrim aos molhos
Por causa de ti
Choram os meus olhos.

ANEXO 09 – Poema: Um Ninho de Tico-tico

Um ninho de tico-tico,
Feito com arte e primor,
Achei no galho mais rico
Da minha roseira em flor.

Entre as flores encoberto,
Ninguém sabe se ele existe.
É preciso olhar de perto
Para que a gente o aviste.

E lá no fundo somente
Três ovitos, nada mais...
E o ninho tão fofo e quente!
E os três ovos tão iguais!

Mas tive muito cuidado,
Não toquei com meus dedinhos.
Mamãe disse que é sagrado
O ninho dos passarinhos.

A Poesia na Escola - Coletânea das Poesias sugeridas pelos programas de ensino primário elementar - (Recitado na escola por dona Wilma Anacleto de Sousa Ribeiro na época era aluna, em cumprimento a uma advertência ministrada pela Diretora Zilda Roriz de Oliveira, pois a mesma mexeu no ninho de um pássaro que estava em um pé de laranjeira no jardim da escola. 1956)

ANEXO 10 -Termo de doação do terreno e construção do imóvel (2002)



Prefeitura Municipal de Várzea
Gabinete do Prefeito

Rua Coronel Felipe Jorge, nº 20, Bairro Centro, Várzea
CNPJ (MF) 08.168.940/0001-04

LEI Nº 167/2002 de 14 de outubro de 2002.

EMENTA:

Dispõe sobre a autorização para doação de imóvel e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA-RN:

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o imóvel tipo terreno, onde está encravada a Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, localizado à Rua Dom Joaquim de Almeida, s/n - Centro - Várzea/RN, tendo como limites:

- Ao Norte - com a Rua Coronel Felipe Jorge, medindo 44,10 mts;
- Ao Sul - com a Rua Dom Joaquim de Almeida, medindo 41,0 mts;
- Ao Leste - com a Praça Kleberval Florêncio, medindo 54,20 mts; e
- Ao Oeste - Com a propriedade do Centro Social São Pedro, medindo, 50,40 mts.

Art. 2º - A doação de que se trata o Artigo 1º, oficializará a doação do referido imóvel.

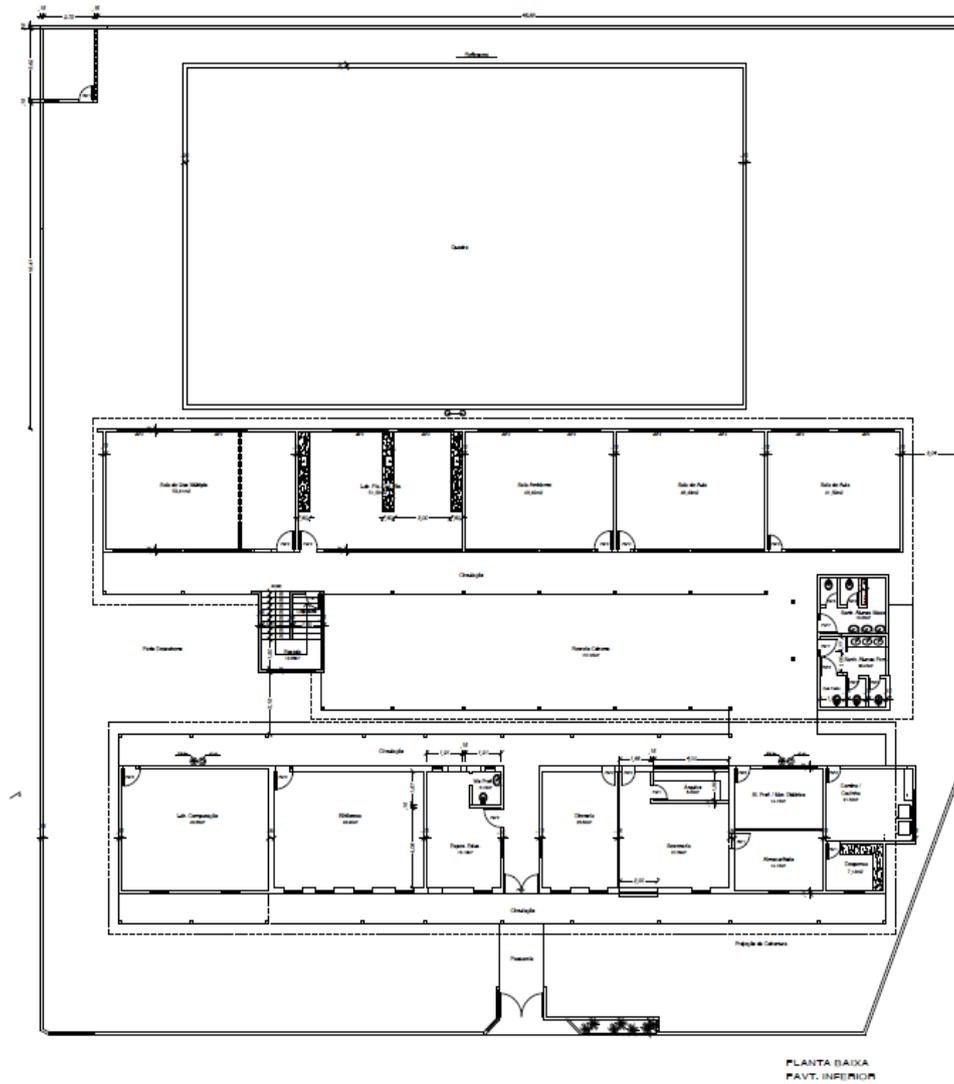
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Várzea - RN, em 14 de outubro de 2002.


ANTÔNIO GENIVAL DE CARVALHO
Prefeito Municipal

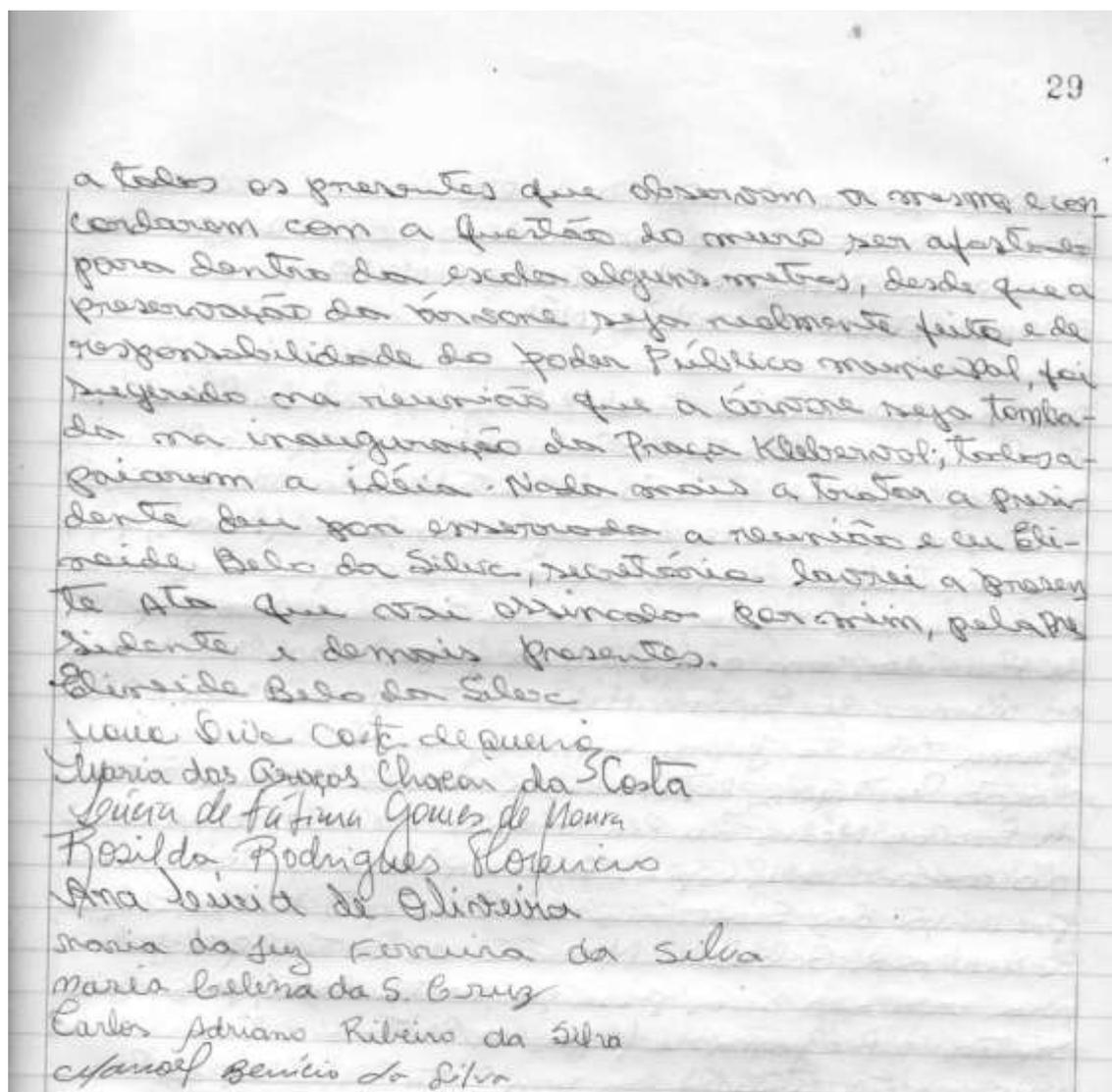
ANEXO 11 - Planta baixa (2005)



ANEXO 12 - Ata em defesa da árvore Algaroba (*Prosopis juliflora*) (2006)

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS
ESCOLA ESTADUAL DOM JOAQUIM DE ALMEIDA
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

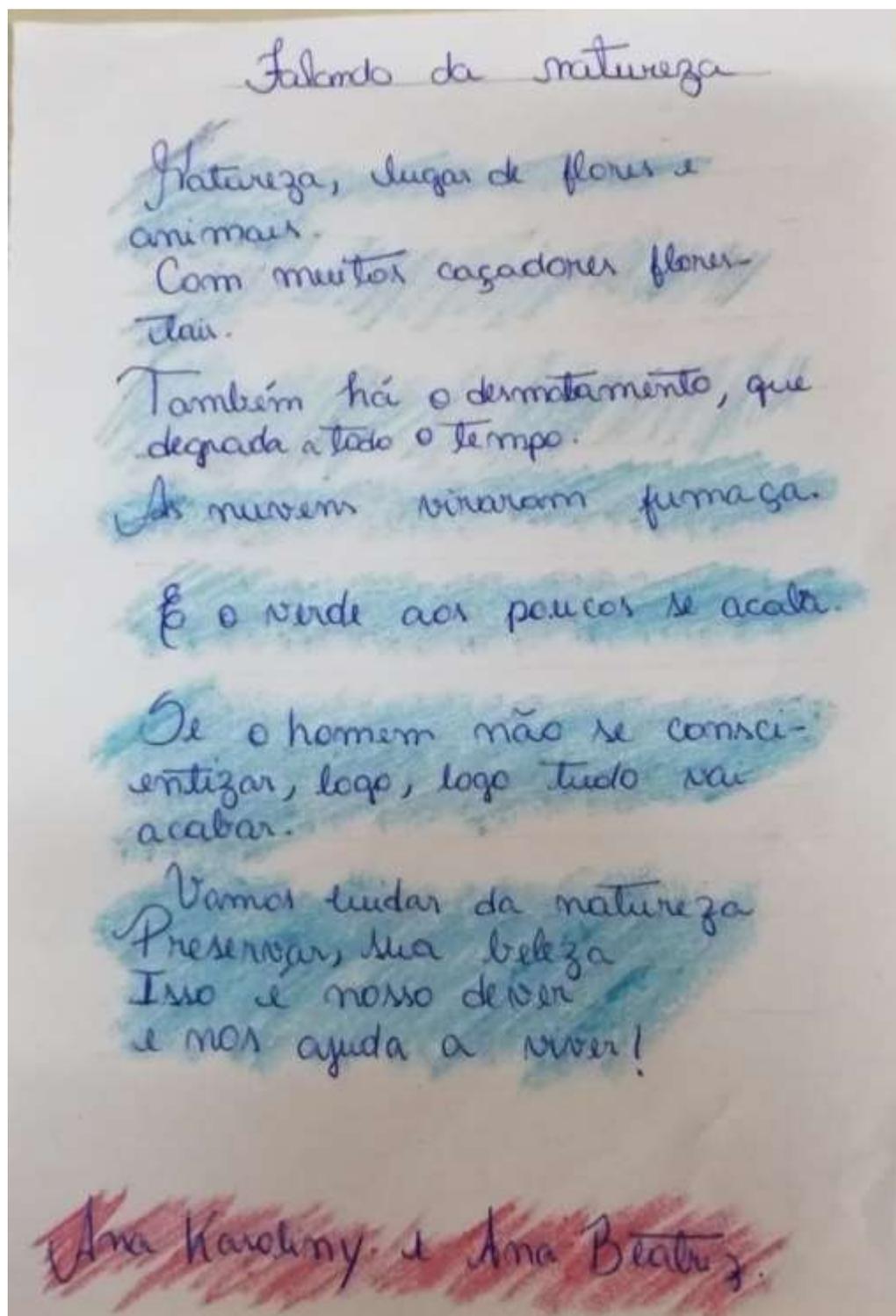
Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Escola da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida.
Nos vinte e três do mês de maio do ano de dois mil e seis, reuniram-se os membros do Conselho de Escola, a presidente do Conselho Maria Dura Costa, de Oliveira cumprimentou a todos os presentes e passa a palavra para o professor Manoel Bonício da Silva e o mesmo trata de explicar sobre a reunião está sendo realizada por motivo da destruição da árvore (algaroba) que está plantada no terreno da Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida, explica também que a polémica existente também orientada a onze anos atrás quando a árvore fora podada, apresenta a planta



Relato da ex-professora Maria Diva da Costa Queiroz

Naquela época eu era presidente do Conselho Escolar e não deixamos que a algaroba fosse cortada, eu peguei os alunos a gente deu as mãos e ficamos ao redor da árvore, e a gente circulou ela com as mãos impedindo que ela fosse derrubada pelo pessoal da prefeitura, depois eu reuni o conselho e foi feito um documento já que ela ia ficar fora da escola, foi dado mais terreno para construção da praça, em compensação a Prefeitura teria que preservar a árvore, graça a escola e aos alunos a árvore foi salva. A gente reuniu e lá no livro de ata do Conselho Escolar tem informação sobre o ato que ocorreu no ano de 2006, foi bem interessante aquele momento, os alunos bateram até panelas para chamar a atenção, fizeram um protesto para não cortar a algaroba.

ANEXO 13 - Atividade realizada na disciplina de Português no 6º ano sobre a preservação da Natureza (Agosto 2019)



O desmatamento

Natureza querida
O que fizeram com você?
Com tanto desmatamento
Já não dá mais pra te ver.

E como tudo começou?
Com queimadas, desmatamento
É muita falta de amor.

Nossa natureza querida
Hoje alegria não há mais
Por causa da ganância do homem
Que não pensa nos animais.

Vamos preservar nossa Amazônia
Vamos preservar a natureza
Pois nela há vidas inocentes:
plantas, animais e nascentes.

Maria Márcia

ANEXO 14 - Projeto Promovendo a Educação Ambiental Através de Ações Sustentáveis na Escola Estadual Dom Joaquim de Almeida – (Horta e Aeroogerador eólico - 2019)



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva – 2019

ANEXO 15 - Atividades realizadas na Semana do Meio Ambiente e no dia da Árvore (2019)



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva – 2019

ANEXO 16 - Ação no dia da Limpeza Mundial (2019)



Fonte: Josinaldo Clemente da Silva - 2019